

Lúcio Antonio Rodrigues Leão

**A disputa pelo poder no Rio Grande do Sul:
a participação estrangeira no conflito de 1923**

Passo Fundo, junho de 2009

Lúcio Antônio Rodrigues Leão

**A disputa pelo poder no Rio Grande do Sul:
a participação estrangeira no conflito de 1923**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld

Passo Fundo

2009

À Maria por tudo... Em memória de Rogério Leão...

Aos mestres, pelas contribuições na construção do conhecimento.

Ao Ilmo. Dr. Prof. Adelar Heinsfeld por sua orientação segura e competente. Sem palavras. Muito Obrigado maiúsculo ao Sr.

À Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel por seu inestimável interesse e toque sutil de suas colocações. Um enorme obrigado.

Aos colegas pelo convívio nesta jornada.

A Universidade de Passo Fundo e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

A secretária do PPGH Jenifer Brum por sua atenção e paciência. Sem palavras, apenas um obrigado profundamente sincero.

Ao Sr. Sergio Saraiva Santestevan um obrigado pelas contribuições pertinentes ao trabalho e por sua digna atitude de manter viva a memória familiar dos Saraiva.

Aos amigos, pela força e descontração.

Aos familiares, pelo apoio.

Ao Leonardo, Martin e Gabriel, que sem sombra de dúvida foram à força necessária em todos os momentos.

A minha querida companheira, amiga, mulher, sempre tão incansavelmente paciente. Pequena mulher que me faz um gigante, diante das situações que juntos enfrentamos. Este trabalho, que por hora, é o trabalho de minha vida, sendo que esta obra somente foi possível de ser concretizada com o seu apoio e auxílio. Minha vida, muito obrigado...minha Giana por acreditar de que este meu sonho, era também seu sonho...sem você nada teria tido o mesmo valor neste trabalho. Obrigado Gi... por tudo!

À mãe Maria, pelo maior presente e privilégio de todos, a vida...

“Os homens fazem sua própria história, mas não o fazem como querem...a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Karl Marx

RESUMO

O presente trabalho referente aos enfrentamentos no Rio Grande do Sul durante a República Velha visa verificar as diferentes formas de utilização do poder, por parte do governo do estado, enfatizando a participação e contratação de “mercenários” na Revolução de 1923, bem como uma análise das lutas travadas. Republicanos e Federalistas articulavam-se no enfrentamento pelo poder em detrimento da Revolução de 1923, cujo motivo seriam as eleições de 1922, momento em que Assis Brasil (federalista) fora derrotado nas urnas por Borges de Medeiros (republicano). As diferenças políticas travadas no Rio Grande do Sul entre federalistas e republicanos, muitas vezes ultrapassavam fronteiras, demonstrando o poder de alcance destas elites regionais em disputa pelo poder do Estado.

ABSTRACT

This work on the fighting in Rio Grande do Sul during the Old Republic focuses on whether the different forms of use of power by the state government, emphasizing the participation and recruitment of "mercenaries" in the Revolution of 1923, as well as an analysis of struggles. Republicans and Federalists were divided in confronting the power before the Revolution of 1923, which would cause the election of 1922, when Assis Brazil (federal) had been defeated at the polls by Borges (Republican). The political differences caught in Rio Grande do Sul between Federalists and Republicans, often went beyond borders, demonstrating the power to reach these regional elites struggle for power in the state.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I. RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA COM A BANDA ORIENTAL DO URUGUAI NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA.....	14
1.1. A diplomacia oficial brasileira a partir do advento da Primeira República.....	22
1.2 A economia.....	32
2. RIO GRANDE DO SUL: ECONOMIA, POLÍTICA, CONFLITOS DE IDEOLOGIAS E INTERESSES DE (1889-1930).....	40
2.1 A economia das exportações e seus produtos.....	40
2.2 Um Estado em alerta: Borges de Medeiros x pecuaristas.....	43
2.3 Personalidades, partidos e a organização política do Estado do Rio Grande do Sul na Primeira República.....	48
2.4 A formação das oposições no RS e a ascensão de Assis Brasil à candidatura das eleições de 1922.....	55
2.5 Assis Brasil e a influência do liberalismo clássico à idéia liberal democrática.....	56
3. FRONTEIRA E TRANSPOSIÇÕES: DAS ELEIÇÕES À REVOLUÇÃO E O ENGANJAMENTO DO CORONEL NEPOMUCENO SARAIVA ÀS FILEIRAS REPUBLICANAS.....	67
3.1 Fronteiras: ora problemas, ora soluções.....	67
3.2 Da luta constitucional nas urnas ao Pacto das Pedras Altas.....	78
3.3 As movimentações na região da campanha e a defesa ao cerco da cidade de Uruguaiana.....	81
3.4 Perseguições à coluna revolucionária de Honório Lemes e o engajamento da tropa do Coronel Nepomuceno Saraiva e sua fusão à Brigada do Oeste.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
ANEXOS.....	106

INTRODUÇÃO

A escolha do tema que este trabalho de pesquisa desenvolveu recaiu sobre a necessidade de cobrir, ou, ao menos, tentar elucidar uma lacuna deixada referente à história da participação de elementos estrangeiros no cenário político do Rio Grande do Sul, especificamente durante os períodos de convulsões, em que o Estado entrava em enfrentamentos de cunhos políticos, econômicos e ideológicos. Porém, para se alcançar tal objetivo, a ênfase ficou circunscrita à análise da participação e da contratação de “mercenários” na Revolução de 1923. Desse modo, ganharam relevo as lutas travadas em torno das idéias políticas republicanas, inicialmente personificadas em Júlio de Castilhos e, após, alicerçadas na figura de Borges de Medeiros; bem como as liberais, defendidas por Assis Brasil, dissidente do Partido Republicano Rio-Grandense, e, mais tarde, fundador do Partido Republicano Democrático. Destarte, os desdobramentos dessas disputas ideológicas produziram, em detrimento à disputa do poder do Estado rio-grandense no pleito de 1922, uma interferência significativa na posterior formação e desenvolvimento da democracia, a partir de 1930.

Entretanto, o tema de que trata esta pesquisa é, precisamente, as relações entre o Rio Grande do Sul e elementos de origem uruguaia, estando balizado cronologicamente no período de 1922-1923, abrangendo a Revolução de 1923 no território sulino. Situa-se, assim, esta investigação nas conexões entre os rio-grandenses e os uruguaios, em um período, conturbado por instabilidades políticas, que vai da Revolução Federalista até 1923, quando o Rio Grande do Sul enfrentava uma grande crise econômica e política, que acabou por transformar-se em um novo conflito armado conhecido como “Revolução de 1923”, sendo esta um reflexo da Revolução Federalista. Não há, até o presente momento, uma sistematização específica acerca do assunto em questão, especialmente acerca das vinculações entre os níveis local e internacional.

Na região sulina, precisamente na campanha, a presença dos “coronéis”¹ teve forte influência nos acontecimentos, por arregimentar grupos de homens que incorporaram as fileiras republicanas, como na formação dos Corpos Provisórios², no período que é cerne desta pesquisa. Desse modo, a proposta deste estudo é não somente interpretar o caráter de internacionalidade da região, mas também demonstrar a efetiva participação de elementos de origem “estrangeira”, pela perspectiva dos fatos analisados durante este período. Portanto, na tentativa de entender a luta político-partidária no RS, tornou-se necessário realizar um estudo da formação social rio-grandense e uma análise das formulações políticas da classe dominante gaúcha, bem como o exame das conjunturas históricas que se manifestaram nos conflitos.

Divididas em grupos partidários da classe dominante, as oposições articularam-se politicamente a partir da postura tomada pelo governo Borges de Medeiros do PRR, frente aos problemas desencadeados no Rio Grande do Sul pela crise econômica do pós-guerra. A crise mundial de 1921 provocou uma dramática queda nos preços dos produtos agrícolas e pastoris, a elevação dos preços de todos os gêneros importados, bem como com a retração dos créditos, tornando-se freqüentes as notícias de falências e execuções judiciais de criadores, bem como o fechamento de pequenas fábricas rio-grandenses. Destarte, a crise econômica de 1921 propiciou, no RS, condições concretas para uma atuação ferrenha das oposições contra o domínio do PRR. Porém, como aponta Gramsci, “(...) a existência de condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário conhecê-las e saber utilizá-las.”³

As formulações políticas de Borges de Medeiros e de Assis Brasil são consideradas opostas como expressão de projetos da classe dominante gaúcha que disputaram a orientação política na área do Rio Grande do Sul, chegando à luta intraclasse dominante na Primeira República que confere especial importância aos chefes locais, notadamente os “coronéis”. Esses chefes locais mantinham sob seu controle as massas rurais, que se constituíram nos grandes eleitores brasileiros até a Revolução de 1930, através da institucionalização por Campos Sales da “política dos governadores”⁴, baseada numa estrutura de poder coronelista, sistema que permitia

¹ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As Oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981, p. 12.

² PEREIRA, Maristela Silva. *Os corpos provisórios da Brigada Militar: seus aspectos sociais e utilitários (1923- 1927)*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993, p. 44.

³ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. São Paulo: Civilização brasileira, 1966, p. 47.

⁴ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As Oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 12.

contatos com elementos de origem de nacionalidade estrangeira, devido às peculiaridades das fronteiras sulinas, mais especificamente o Uruguai. Podia-se contar, ainda, com o apoio eleitoral dos coronéis gaúchos às estratégias políticas em luta no RS, dependendo de seus interesses em determinadas conjunturas históricas. A correlação de forças, ao nível das conjunturas, renovava ou esgotava as possibilidades de viabilização do projeto que orientava a organização do Estado, surgindo, dessa forma, a possibilidade de uso alternativo do poder.

A conjuntura é o momento histórico da reatualização das estruturas, quando estas revelam os conflitos que possibilitam uma direção alternativa aos movimentos sociais. Porém, a possibilidade de direção alternativa, para ser concretizada, precisa ser, antes, aproveitada e conduzida por grupos políticos. Entretanto, na conjuntura de 1921/23, no Rio Grande do Sul, na orientação da participação dos grupos políticos da oposição, surgiu a ação de Assis Brasil, inserida numa dessas “(...) encruzilhadas da história em que a orientação política e a capacidade de ação assumem importância decisiva. São precisamente as situações em que os homens fazem a História”.⁵ Mas a fazem em condições bem definidas, como expressão de uma força social que se manifesta ao nível da conjuntura histórica. Nesse preciso sentido, o homem, o indivíduo, é o que pode se tornar; o homem é o processo de seus atos.⁶

O trabalho está composto de três capítulos: o primeiro apresenta, de forma sintética, a situação do Rio Grande do Sul na passagem Império/República, exato momento em que ocorreu a cisão da classe dominante gaúcha, com a reestruturação de seus grupos políticos; já o segundo estuda a movimentação dos produtores rio-grandenses, assim como a atitude dos governos federal e estadual frente às dificuldades advindas para o Rio Grande do Sul, com a crise econômica do pós-guerra. Ainda no segundo capítulo, esboça-se uma análise de como a crise político-partidária adquiriu expressão na conjuntura de 1921/23, tendo congregado os descontentamentos sob a liderança de Assis Brasil, que veio a conduzir a oposição até o combate organizado do Estado por parte do PRR, bem como a utilização do aparelho estatal por este último - aliás, utilizando-se, inclusive, de uma “diplomacia marginal”⁷ e praticamente sem registros, em negociações feitas em torno de material bélico e um contingente de

⁵ WEFFORT, Francisco C. *Origem do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)*. In: Estudos CEBRAP, vol. 4. São Paulo: Brasiliense, abr./mai./jun. de 1973, p. 70.

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966, p. 38.

⁷ RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.

“mercenários” uruguaios. Finalmente, o terceiro capítulo considera o processo eleitoral de 1922, até a revolução propriamente dita, mais especificamente, tratando dos combates e enfrentamentos entre republicanos e federalistas, em que se constata a participação dos referidos elementos estrangeiros em favor do governo, assim como o emprego do referido material bélico⁸ superior aos revoltosos oposicionistas, finalizando posteriormente com o Pacto de Pedras Altas.

Todos os fatos acima mencionados, que envolvem a ação pública dos homens históricos, permitem revelar uma série de procedimentos ideológicos voltados para a aniquilação de uma ou outra corrente ideológica, mesmo que a custo de manobras não tão lícitas. Entretanto, como convém ressaltar, numa disputa pelo poder político, econômico e ideológico, em uma guerra, utiliza-se de todos os meios, inclusive dos contraventores em relação ao mesmo sistema que defendem. Isso se refere à participação efetiva e à compra de material bélico por parte do governo de Borges de Medeiros, assim como aos comitês de ajuda e apoio aos federalistas, instalados inclusive em outros estados da federação.

Para a concretização deste trabalho, realizou-se uma pesquisa junto às fontes constantes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRSG), no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHRGS), no Arquivo Histórico de Porto Alegre (AHPOA), em Riveira no Uruguai junto ao Archivo Particular Família Saraiva (APFS), na Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, no Arquivo Histórico do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul (Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul) e nos jornais *A Federação* e *Correio do Povo*. Também foram consultadas outras fontes não de menor importância, nos registros de autores regionais que, de alguma forma, participaram dos acontecimentos do Estado, assim como o de figuras ilustres com efetiva participação, como no caso de Flores da Cunha, no período analisado. Por fim, não foi possível, devido a alguns entraves, proceder a uma pesquisa no Arquivo de Assis Brasil, localizado na Fazenda de Pedras Altas, embora se tenha feito mais de uma tentativa nesse sentido, sem se obter êxito. Todavia, a documentação e a proposta oposicionista de Assis Brasil foram analisadas a partir de obras que já abordaram este aspecto da historiografia rio-grandense.

⁸ CUNHA, José Antônio Flores da. *A campanha de 1923*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 13.

1 RIO GRANDE DO SUL: FRONTEIRA COM A BANDA ORIENTAL DO URUGUAI NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

Antes mesmo de sua independência, o Brasil contemplou-se de duas maneiras de fazer sua história, ou melhor, suas histórias, nas quais se resumiram por apresentarem formas distintas entre si. Nesse sentido, o Brasil, ainda colônia, fazia parte da Política Externa Portuguesa num mundo oficial, porém havia também um mundo não oficial, um mundo a parte, o mundo do contrabando que escapa das vistas do Estado Português. Fatos ocorridos como do Caribe, da África e do Rio da Prata tiveram seu início ainda no período colonial, passando pelo império e chegando até a República e suas fronteiras.

Diferentemente das outras áreas do Brasil colonial, com características peculiares – dentre elas o fato de não configurar atrativo econômico, o que o punha à parte dos moldes econômicos adotados pela economia imposta pela metrópole, tendo ainda como empecilho a distância do centro administrativo da colônia –, impuseram ao Rio Grande do Sul mais de dois séculos de isolamento, somente havendo mudança nesse cenário após 1700. A região sul do país, à primeira vista, não foi enquadrada em nenhuma das alternativas econômicas, pois não possuía reserva mineral que interessasse ao comércio mercantil e se encontrava distante dos primeiros centros produtores que estavam voltados para o exterior. Foi totalmente desconsiderada nas primeiras explorações agrícolas realizadas pelos portugueses. A partir do século XIX, a região sulina começou a adquirir relativa importância econômica em decorrência das necessidades do centro do país durante o período minerador, mais especificamente no que se refere à apropriação do gado, à fonte de alimento e a meio de transporte para a região central. Nesse contexto, a estreita vigilância sobre a atividade comercial desenvolvida pelo porto de Buenos Aires veio a resultar na fundação da Colônia de Sacramento, demonstrando o caráter ambicioso lusitano em relação à bacia do Prata. A exemplo disso, para Celso Furtado, a região sul do Brasil não fez parte dos planos mercantis da Coroa portuguesa nos primeiros séculos de ocupação do território, ao contrário das demais regiões que se

inseriram na economia brasileira, com uma base comercial dedicada exclusivamente nas exportações para os países da Europa.

O objetivo principal da ocupação da América pelos europeus (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses) era a exploração das riquezas comerciais. Ora, nos primeiros tempos, não havia no atual território do Rio Grande do Sul riquezas que interessassem ao comércio e a metrópoles européias. Por isso, essa parte da América ficou mais de um século esquecida, sem despertar o interesse dos europeus.⁹

Essa inserção do RS na economia do país somente veio a ocorrer no princípio do século XVIII, com a descoberta do ouro na região de Minas Gerais, quando surgiu na região mineradora a necessidade de abastecimento da carne bovina para a alimentação dos escravos e de mulas para o transporte, pois aquela região, caracterizando-se por zonas montanhosas, não tinha como se dedicar à criação de animais.

Entretanto, logo após este período, o Rio Grande do Sul colocar-se-ia numa posição de extrema importância, não pelo fator econômico e político, mas sim pela relevância estratégico-militar, devido à extensa fronteira sulina. Segundo argumenta Heinsfeld¹⁰, com base em Carlos de Meira Matos, ao se fazer uma análise sobre a história das formações das fronteiras, pode-se identificar três tendências básicas: as *fronteiras naturais*,¹¹ a *fronteira faixa*¹² e a *fronteira linha*.¹³ Cada uma dessas possui suas especificidades, que possibilitam a formação das doutrinas geopolíticas, utilizadas brilhantemente pela diplomacia brasileira para não somente garantir o domínio de seus

⁹ BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura-trigo e soja*. Ijuí – RS: FIDENE, 1985, p. 18.

¹⁰ HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: Unoesc3, 2003, p. 28-29.

¹¹ Como o próprio termo denota, a fronteira natural caracteriza-se essencialmente pela separação, distinção de dois espaços politicamente independentes, por acidentes geográficos separadores, como rios, lagos, montanhas, floresta fechada... Essas fronteiras naturais seriam utilizadas em regiões onde houvesse uma área de povoamento mais acentuada.

¹² A *fronteira faixa* caracteriza-se pela maleabilidade de transição que há em determinado território onde existem vários níveis de interesses, principalmente onde a posse da terra se acentua mais que a própria povoação.

¹³ No caso da *fronteira linha*, seu papel apresenta-se de maneira muito mais simbólica que os demais em relação a um espaço propriamente delimitado. Serviria para marcar um território, ainda despovoado, através de linhas imaginárias, apenas para manter o direito de posse do estado. Entretanto, a partir da pressão ocasionada pelo povoamento de uma área limítrofe, busca-se a fronteira natural, para então delimitar concretamente o espaço.

territórios, como também, na maioria das vezes, fazer prevalecer seus interesses políticos na consolidação do Estado.

No que se refere aos conceitos de *limite e fronteira*, cabe aqui uma breve elucidação. Segundo Ana Luiza Setti Reckziegel¹⁴, com base em Moodie, ao fazer uma análise sobre o significado do termo “limite”, entende que este é reconhecido como linha, delimitação, determinada por tratados interestatais com o objetivo de precisar o direito de sua soberania. Quanto à fronteira, esta se diferencia, posto que ocupa uma faixa, geralmente povoada, podendo os habitantes dos estados vizinhos desenvolver um intenso intercâmbio, sendo esta a definição correta para as relações rio-grandenses-uruguayas, onde se evidenciam essas vinculações intrinsecamente interfronteiriças.

Porém, temos variantes quanto à abordagem do termo “fronteira”, sendo uma mais tradicional que privilegia a geopolítica e outra que estende a acepção de fronteira ao domínio da história cultural, identificando modos de viver diferenciados que distinguiam uma região da outra e demarcavam a sua identidade cultural. Contudo, quando se trata de considerar as disputas entre Portugal e Espanha em torno das possessões americanas, a primeira vertente é mais recorrente. De fato, a geopolítica como pano de fundo é de suma importância para a interpretação das políticas utilizadas por Portugal e Espanha, a fim de garantir seus limites na América. Isso vale também para Brasil, Argentina e Uruguai, que se utilizariam da mesma geopolítica, e, dessa forma, das relações internacionais e inter-regionais, como no caso do Rio Grande do Sul com o Uruguai, para demarcar fronteiras meridionais, num projeto de “longa duração”.¹⁵

Nesse sentido, Braudel¹⁶ afirma que as fronteiras agem dentro de um dado espaço de duas formas: a primeira seria uma “disjunção espacial”; a segunda, uma “disjunção temporal”. A primeira ocorre pela quebra ou pela descontinuidade do espaço a partir do momento em que é dividido ou desmembrado em duas ou mais partes, que passam a ter condicionantes sociais, políticos e econômicos distintos. Já a segunda proposição eleva-se mais ao nível da relação temporal que há entre os espaços, não distante de ter sido determinada pelo fator anterior, apresentando-se nada mais que a

¹⁴ RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999, p. 19.

¹⁵ Verificar a explanação sobre este conceito em BRAUDEL, Fernand. *A longa duração*. In: BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença. 1982.

¹⁶ BRAUDEL, *A longa duração*. In: op. cit., p. 9.

“evolução não paralela”¹⁷ dos mesmos condicionantes mencionados. Entretanto, a questão suscitada em relação à longa duração das fronteiras históricas, para Rui Cunha Martins, remete a uma ambivalência, a um conceito contraditório, na medida em que a fronteira, como resultado de um tratado de limites ou como uma construção político-identitária, a partir da miscigenação, tenha de se conformar com a dualidade da própria idéia de fronteira. Dessa forma, Martins afirma que,

mesmo no âmbito dos materiais aparentemente mais rígidos como constituintes da construção fronteiriça, mesmo no âmbito de fenômenos aparentemente mais lineares, como por exemplo os tratados mesmo aí a arrumação prendida é obrigada a conviver com o lastro de ambigüidade inerente à própria idéia de fronteira¹⁸.

Referindo-se à ideia da sociedade que se encontra em uma região de fronteira, essa foi percebida por Elsa Laurelli¹⁹ da seguinte forma: a fronteira comum, onde a identidade étnica e a economia encontrada dos dois lados da fronteira são comuns; a fronteira ativa, onde se encontram as cidades-pares, que se complementam ou não através de atividades diferenciadas nos núcleos urbanos ali encontrados, e a fronteira de trânsito, onde apenas se encontram ligações por meio de transportes entre os dois lados, mas não há intercâmbio.

Possibilitando uma aproximação entre os conceitos de fronteira aqui referidos, percebe-se, em Meira Matos²⁰, que a fronteira natural poderia assemelhar-se, no que se refere ao entrelaçamento social, ao que expõem Laurelli sobre as fronteiras comuns, assim como a fronteira faixa se assemelha a uma noção de fronteira ativa, com maior ou menor grau de dependência. Porém não se deve ter a idéia de que a finalidade máxima da fronteira é a transgressão, assim sendo as fronteiras que importa ultrapassar não estão sempre configuradas sob a forma de limite, pois persistem no interior do que foi demarcado.

¹⁷ HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*, p. 28.

¹⁸ MARTINS, Rui Cunha. Portugal e Brasil: modernidade e fronteiras In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas. Reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 141-142.

¹⁹ LAURELLI, Elsa. Reestructuración económica en América Latina: ¿integración o fractura de los territorios fronterizos? In: CASTELLO, Iára [et.al.] (org.). *Fronteira na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 180.

²⁰ MATOS, Geopolítica e teorias de fronteiras. In: HEINSFELD, op. cit., p. 28-29.

Devido às trocas desenvolvidas pelas sociedades, a fronteira como uma construção é passível de transposições, até porque a real fronteira depende daquilo que se depreende de interações que nela constantemente ocorrem, bem como dos meios que se utilizam dela. Destarte, no Prata, essas transposições ocorreram por diversas vezes ao longo de toda fronteira com o território lusitano, desde o princípio do povoamento dessa região. Porém, como afirma Heinsfeld, “uma vez traçadas as fronteiras elas podem não ficar para sempre definidas, principalmente quando surge entre dois Estados um núcleo cujos interesses afetam a ambos”.²¹

Assim sendo, referente às questões comentadas anteriormente acerca de interpretações relacionadas às fronteiras, verifica-se que uma tentativa de divisão dos tipos de fronteira, ou a conceituação das mesmas, restringe-se a uma simples visão técnica, até porque a fronteira não se define de uma única forma. Além disso, a fronteira pode ser apenas uma “referência facilitadora”²², que age em duas frentes, tendo o mesmo papel: auxiliar na definição subjetiva de um limite de fronteira em ambos os seus lados.

Seguindo o que diz Heinsfeld, é possível chegar à conclusão do que se deve entender por fronteira e limite:

Os limites que estabelecem a soberania do Estado são linhas fixas, enquanto as fronteiras são linhas móveis. As fronteiras apresentam um caráter mais amplo, sendo faixas territoriais maiores ou menores de acordo com a conveniência de cada Estado e simbolizam não apenas as relações existentes entre os Estados, mas também as relações entre Estado e território.²³

Para Milton Santos, o espaço é um fato social, sendo produto da ação humana e tendo ainda uma natureza socializada, que interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade possível de ser construída.²⁴

²¹ HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*, p. 31.

²² GOLIN, TAU. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*, p. 14.

²³ HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*, p. 22.

²⁴ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.) *República em migalhas. História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 28.

O “espaço social”, para Lipietz, é o fundamento do espaço empírico, com o qual se mistura o socioeconômico, que pode ser analisado em “termos de articulação de espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes instâncias de diferentes modos de produção existentes numa formação social. Essas espacialidades consistem na correspondência (no espaço) entre presença/distância, e (na estrutura da relação considerada) da participação/exclusão, sendo mais bem compreendido pela distribuição de lugares no espaço e na relação”.²⁵

Ao se falar de espaço, deve-se levar em consideração que este é parte de um todo que o produz, que engloba os elementos fundadores, tais como as economias, as políticas, as perspectivas e as ideologias que perpassam sua existência como um elemento subjetivamente construído. Por esse motivo, deve ser compreendido em sua totalidade. Porém, este espaço, sendo fracionado em diversos “pedaços”, pode ser estudado de variadas formas, utilizando-se, ainda, de diversos métodos, com elementos que interagem e o fazem interagir a fim de que se complemente e seja complementado e modificado a partir das ações internas e externas, supondo uma possível “interdependência funcional”, como afirma Milton Santos.²⁶

O espaço referente à região da Cisplatina deve ser compreendido dentro de suas interdependências e com relação ao todo. Não se trata o espaço como absoluto na história, nem evidente por si mesmo, pois este contém dentro de si não somente o espaço físico, mas também o social, o cultural, o ideológico e o político.

Ainda Milton Santos, sob uma perspectiva marxista, afirma que região

se definiria, [...] como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições de seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações acima indicadas. Pode-se dizer que há uma verdadeira dialética entre ambos esses fatores concretos, um influenciando e modificando o outro.²⁷

Para Ana Luiza Setti Reckziegel, entre os historiadores há uma tendência de assimilarem e utilizarem os conceitos produzidos por geógrafos, porém, entre as muitas vertentes elucidativas quanto ao termo “região” há um ponto consensual de que seria a

²⁵ LIPIETZ, Alain. Le capital et son espace. In: SILVA, *República em migalhas*, p. 29.

²⁶ SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997, p. 7.

²⁷ SANTOS, op. cit., p. 67.

particularização dos lugares, a sua individualização. Assim, é possível aceitar como válida a definição de região “como um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulados em torno de interesses bem específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial”.²⁸ Ou seja, a região é identidade, é personalidade regional e possui as suas especificidades, que são historicamente construídas, assim como a definição do espaço local, que pode ser concebido por dois vieses: o primeiro, concreto, ou definido pelas relações sociais desenvolvidas e incorporados pelos elementos da comunidade.²⁹

Ana Luiza S. Reckziegel demonstra, com clareza, que, ao

referimos ao inter-relacionamento entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, objetivamos chamar a atenção para o fato que se formou uma região na qual se reconhecem características comuns, isto é, a fronteira entre ambos os territórios foi extrapolada pela existência de uma área compartilhada desde os primórdios da ocupação lusitano-espanhola, moldada por uma história comum.³⁰

Dessa forma, cabe aqui o conceito de fronteira-zona que deve ser entendida com base em dois pressupostos: primeiro, que a fronteira tem suas limitações políticas e suas jurisdições territoriais determinadas pelo Estado; e segundo, que a zona de comércio sofre e tem influência, ao mesmo tempo, decisivamente tanto na economia local quanto na regional.

Não cabe, aqui, discorrer sobre o conceito de *relações internacionais*, porém faz-se necessário citar os critérios mais utilizados por especialistas para estruturar esse conceito. Segundo Reckziegel, o critério mais utilizado é o que compreende a política internacional como sendo uma disputa pelo poder, onde a força armada e a violência empregada nesse sentido desempenham um papel de suma importância.

Esse conceito é utilizado por muitos autores que adotam o critério do entendimento de que é a predominância dos Estados, tendo seus atores privilegiados e básicos do sistema internacional, sendo que este critério está diretamente ligado a uma

²⁸ RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 20.

²⁹ COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. UPF, 2004. p. 89.

³⁰ DAL'MORO; TEDESCO. *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. p. 31.

gama de atores imbricados nas relações internacionais. Dentro desse critério está o chamado *paradigma tradicional*.

Outro critério é o que vem a definir as relações internacionais desenvolvidas entre determinados grupos de poder com competência política, assim como outros campos determinantes, tais como o cultural, o ideológico, o jurídico e, muitas vezes, o militar, principalmente primazia econômica. Os desse grupo, inclusive, são defensores de um complexo relacional internacional, denominando-se geralmente de *sociedade internacional*.

Há ainda outro critério, considerado o superador do paradigma estatal, em que pese à não exclusão total, porém agora diminuída, da predominância do Estado na condução das negociações internacionais, privilegiando de forma mais latente as relações entre os indivíduos e as coletividades que não se esgotam no Estado, mas transcendem seus limites.³¹

A abordagem aqui proposta está intimamente ligada ao conceito de relações internacionais, uma vez que trata das ligações de uma unidade da Federação e os países que fazem fronteira com o Rio Grande do Sul, mais especificamente o Uruguai. Esta pesquisa trata do prisma das relações internacionais “não oficiais”, envolvendo elementos de origem argentina e a participação efetiva em combates de cidadãos uruguayos no território sulino, juntamente a grupos de classes do Rio Grande do Sul. De qualquer maneira, vale salientar que as questões da pauta das relações internacionais seriam, a rigor, determinadas e condicionadas pela política externa adotada pelo governo central, ao menos em tese, no que se refere ao Rio Grande do Sul.

No momento em que as fronteiras estatais se interpõem aos indivíduos desta região, compreendemos que as relações destes grupos e os governos são internacionais. Doutra forma, a separação político-jurídica do espaço criará o fato da internacionalidade, enquanto houver Estados soberanos. Dentro dessa perspectiva, o Rio Grande do Sul e o Uruguai, com o seu inter-relacionamento, apresentam um caráter eminentemente internacional, mesmo ocorrendo por vezes um distanciamento entre as coordenadas do governo central e a postura tomada pelo governo gaúcho.

Entretanto, ao se aproximar história e relações internacionais, faz-se necessário uma breve retrospectiva desta ligação, ao longo dos séculos XVIII e XIX, período das

³¹ RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 15.

concepções gerais sobre a história mundial e de generalizações político-internacionais realizadas com base na evolução histórica das grandes potências e/ou Estados europeus.

Todavia, ainda que se projete esta ligação, não seria de menor conveniência, mencionar, brevemente, o processo que ocorreu, partindo do início da expansão marítima e comercial europeia, no séc. XV, em que é possível identificar os acordos diplomáticos firmados pelas duas monarquias ibéricas, paralelamente ao avanço das conquistas e ao estabelecimento de postos avançados sob a sua soberania na Ásia, na África, especialmente no caso português, e na América, principal área de litígio entre lusos e castelhanos.

Entretanto, foi no século XX, após a Primeira Guerra Mundial, que a história das relações internacionais passou a ser reconhecida como disciplina científica, tomando como base para seus estudos a senhora de enfoques teóricos e metodológicos próprios: a *história*. Diante do exposto, o relacionamento rio-grandense-uruguaio, antes de estar pautado nas negociações de chancelarias, esteve fundamentado nas ligações históricas que se desenvolveram entre ambos, assim como em seus pontos de confluência concretos e nos laços familiares, nas vinculações econômicas, nas afinidades culturais e na conhecida *solidariedade política*, notadamente nos conflitos revolucionários tanto de um lado quanto de outro.³²

Destarte, parece inviável compreender um fato, um acontecimento internacional, sem se levar em conta sua origem e seu desenvolvimento, tendo na história um instrumento fundamental na construção do marco teórico que serve de suporte para o contexto factual, por possibilitar uma compreensão mais ampla de determinados fatos, que, isoladamente, perdem seu sentido e sua significação. Assim neste sentido, “a teoria deve basear-se diretamente na observação, antes que partir de um postulado a priori, deve ser indutiva antes que dedutiva, como única forma de compreender a realidade”.³³

1.1 A diplomacia oficial brasileira a partir do advento da Primeira República

Após a instauração da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, e o pronto reconhecimento pelas repúblicas vizinhas, no dia 20 pelo Uruguai e em 29 de

³² RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai*. (1893-1904). Passo Fundo, Ediupf, 1999, p. 17.

³³ DEL ARENAL, Celestino. *Introducción a las relaciones internacionales*. Madrid: Tecnos, 1984, p. 438. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai* (1893-1904). Passo Fundo, Ediupf, 1999, p. 18.

novembro de 1889 pela Argentina, o Brasil passa a buscar o reconhecimento de nações de seu interesse nas relações diplomáticas. Dessa forma, ocorreu um período de esforços por parte da diplomacia brasileira, para que houvesse um reconhecimento ainda durante o período do Governo Provisório³⁴. Nesse sentido, em 20 de novembro de 1889, a legação do Brasil em Washington informou que o secretário de Estado norte-americano, Blaine, considerava a República fato consumado, chegando a autorizar o representante norte-americano aqui no Brasil, Robert Adams, a manter relações diplomáticas mesmo com o Governo Provisório recém-instalado. Porém o presidente Harrison não acompanhava o secretário de Estado, Blaine, no desejo de reconhecer formalmente o Governo Provisório, tomando uma postura mais conservadora e legalista em relação ao reconhecimento.³⁵ De qualquer forma, mesmo com certa discrepância entre Executivo e Legislativo do governo americano, em 20 de janeiro de 1890, o governo dos Estados Unidos reconheceu a República. Assim, sem muitos problemas, também foi a postura tomada pela Grã-Bretanha, que, após o Quinze de Novembro, continuou a manter relações oficiosas com o Brasil, aceitando a República como fato consumado, mas protelando seu reconhecimento formal. Numa atitude cautelosa no primeiro aniversário do novo regime em 15 de novembro de 1890, o ministro britânico Salisbury determinou que os navios de guerra saudassem a bandeira do Brasil, atitude que na prática seria o reconhecimento da nova República, embora o reconhecimento formal somente tenha ocorrido em maio de 1891. No geral, o Brasil Republicano não teve problemas para ser reconhecido pelas nações do Velho Mundo, sendo a Rússia a única exceção, somente reconhecendo a República Brasileira em 26 de maio de 1892, após a morte de dom Pedro II.³⁶

Em 1891, a grave crise política que se instaurou no governo, decorrente dos desentendimentos entre Deodoro da Fonseca e o Congresso, e por acusações imputadas contra o Presidente, foi atentamente acompanhada por imprensas estrangeiras, sobretudo a imprensa londrina. Mesmo com a renúncia de Deodoro da Fonseca e a ascensão de Floriano Peixoto, as expectativas acerca da república brasileira ainda seriam sombrias sobre o futuro do Brasil. No ano de 1893, ainda no governo de Floriano Peixoto, em razão de distúrbios internos, as notícias desfavoráveis e as críticas veementes se intensificaram na imprensa londrina. Segundo João Artur de Sousa

³⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, *Relatório*, 1891, p.6. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. 2. ed.

³⁵ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. 2. ed., p.152.

³⁶ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. 2. ed., p. 155.

Corrêa, representante do Brasil na Grã-Bretanha, os acontecimentos políticos no Estado do Rio Grande do Sul eram muito mal apreciados no exterior, em razão do que enviavam desmentidos por meio de cartas às redações.³⁷

Com a saída de Floriano Peixoto, a conseqüentemente a queda dos militares no governo brasileiro, assim como a chegada do republicanismo no Brasil através do Partido Republicano Paulista na figura de Prudente de Moraes, o influente jornal *The Times* de Londres, na edição de 21 de maio de 1894, fez um julgamento severo ao Brasil. Demonstrando ceticismo quanto à tranquilidade política do país, o jornal mencionou que, depois do “benévolo e pacífico governo de D. Pedro, a administração do país tem caído nas mãos de especuladores e aventureiros”. Segundo esse mesmo jornal, as presidências militares teriam sido:

[...] uma série de agiotagem e peculato [...]. A política na era republicana tem sido uma grande contenda entre turmas rivais de especuladores [...]. Os brasileiros na verdade têm pouca razão para congratular-se pelos resultados da mudança, que em 1889 foi aclamada como a inauguração da idade de ouro.³⁸

Os próprios monarquistas previam, antecipadamente, que as apreciações feitas pelos observadores estrangeiros vinham a confirmar as preocupações de monarquistas assim como o Barão do Rio Branco, que, ainda na condição de Cônsul em Liverpool, vislumbrou a possibilidade de a República virar uma anarquia e, conseqüentemente, equiparar o Brasil às muitas chamadas repúblicas do mundo hispano-americano. Temia pela manutenção da ordem, da integridade e pela consolidação das liberdades no país, colocando em suas observações logo após o advento do novo regime, que não era de se fazer uma opção entre monarquia e República, mas sim entre “República e anarquia”.³⁹ No início do regime republicano ainda não se encontravam consolidadas as novas instituições, sendo uma das principais tarefas da legação brasileira em Londres tentar desfazer a imagem negativa que o país ia adquirindo, doutra forma, isto redundaria em

³⁷ AHI, Ofícios de Londres, 3 e 26 de Nov. 1891; 1893 (273/2/3), sobretudo de 28 de mar. 1893; Sérgio C. da Costa. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A História da Política Exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 157.

³⁸ ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro, Cxa. 8L-25, pacote 6. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A História da Política Exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 157.

³⁹ Carta de Rio Branco a Rui Barbosa, Liverpool, 28 dez. de 1889, apud Lacombe. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A História da Política Exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 157.

prejuízo para as finanças e a economia nacional, pois uma instabilidade política arbitrária traria, inevitavelmente, prejuízo de ordem econômica. Assim, uma das principais tarefas da diplomacia brasileira, no início da vida republicana, consistiu em procurar minimizar, no exterior, os efeitos negativos das convulsões internas.

Na verdade, ocorreu um período de desorientação na política externa brasileira, no início da vida republicana, sendo que os ministros que ocuparam a pasta das Relações Exteriores não eram ligados à diplomacia ou eram poucos afeitos às questões de natureza internacional. Entretanto, na discussão durante o primeiro orçamento republicano pelo Legislativo, em 1891, às vezes percebe-se, que o motivo pela supressão das legações no exterior não se dava somente apenas por razões de pura economia nos gastos públicos, mas sim por uma tentativa de deslocar parte dos diplomatas oriundos da política do Império.

A reorganização do corpo diplomático, na redação final do projeto de 1894, oriundo da Câmara dos Deputados e emendado pelo Senado, dá idéia de quais as áreas que o Legislativo tinha como prioritárias nas relações do Brasil com o exterior. As legações tidas como de suma importância continuavam a ser as da Grã-Bretanha e França, seguidas da legação nos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, Alemanha e Itália. A América do Sul passava a ser objeto de maior atenção para o governo, visto a criação das legações no Equador e Colômbia, assim como a supressão da legação situada no México. Todavia não se questionavam consulados, nem as relações estreitas do Brasil com países centrais do mundo capitalista, como Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos.⁴⁰ Porém, sem atentar para a descortesia com relação à Suíça, o governo advogava pela supressão da legação neste país, mesmo com a aceitação deste país, para o arbitramento em relação à controvérsia Brasil-França, pela posse do Amapá. Vale ressaltar que os deputados, pelo menos em parte, eram evitados de jacobinismo, tendo preconceitos contra formas de governos não-republicanas e contra países europeus em geral.

A impressão causada pela política externa republicana, ou melhor, da inauguração do novo regime até o início da gestão de Rio Branco, isto é, de 1889 a 1902, é que faltou na verdade uma diretriz, impressão reforçada pelo número de ministros que ocuparam a pasta das Relações Exteriores, num total de onze. No governo

⁴⁰ ACD, sessão de 27 de ago. 1895. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 162.

de Deodoro (1889 - 1891), foram dois ministros que ocuparam a pasta: Quintino Bocaiúva e Justo Leite Chermont; já no governo de Floriano Peixoto (1891 - 1894), sete: Fernando Lobo Leite Pereira, Serzedelo Corrêa, Antonio Francisco de Paula Souza, Felisbello Freire, João Felipe Pereira, Carlos Augusto de Carvalho e Cassiano do Nascimento. No governo do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes (1894 – 1898), dois apenas: Carlos Augusto de Carvalho e Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira. Finalmente, o governo de Campos Sales (1898 – 1902) contava com um único ministro, Olinto de Magalhães.⁴¹ Floriano, na verdade, teve nada menos que dez ministros nomeados, levando-se em conta duas interinidades, e um que não aceitou o cargo (Constantino Luiz Paleta).

Não resta dúvida de que o Brasil republicano provocou rupturas na política exterior que vinha sendo posta em prática pelo império, pois a República, nessa primeira fase, querendo inovar, rompeu em grande parte com a tradição diplomática imperial. Quando da ameaça à soberania nacional decorrente do contrato firmado pela Bolívia com o *Bolivian Syndicate*, organização capitalista para a exploração do Acre, e por ocasião da ocupação da ilha de Trindade pela Grã-Bretanha⁴², a diplomacia brasileira constatou que estava só no continente.

Nesse período, os Estados Unidos, uma nação não-europeia, erigiam-se em uma potência mundial nos primeiros anos do século XX, e as relações internacionais adquiriram, então, escala mundial. Foi nesse contexto que Rio Branco, em continuidade com o que fora inaugurado pela República (1889), desenvolveu uma política de aproximação aos Estados Unidos. Essa aproximação não significou, de maneira alguma, um alinhamento automático, servindo exclusivamente aos propósitos do chanceler no plano sub-regional, notadamente a América do Sul. Na verdade, o estreitamento político das relações com os Estados Unidos atendia unicamente aos interesses das oligarquias dominantes do sistema político brasileiro.

O Brasil tinha nos Estados Unidos, dentro do sistema capitalista e exportador de produtos tropicais, de acordo com a divisão internacional do trabalho estabelecida em fins do século XIX, o seu maior e mais importante mercado consumidor. Entretanto, a amizade dos Estados Unidos com o Brasil convinha pela posição estratégica ocupada, já

⁴¹ Abranches. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 163.

⁴² Veja-se Arraes. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 164.

que a Argentina mantinha estreitos vínculos com Grã-Bretanha e repelia a aproximação com os norte-americanos. Porém, é preciso salientar que, nesse período, o Ministério das Relações Exteriores teve uma autonomia de ação, decorrente de seu titular. Desse modo, a condução da política externa nesse período deve ser atribuída quase que unicamente à ação do Barão do Rio Branco, que desde sua posse desfrutou de um lugar privilegiado no Poder Executivo.⁴³ A lucidez de Rio Branco permitiu-lhe perceber o peso dos Estados Unidos na nova distribuição do poder mundial, sendo fato que a América do Sul estava em sua área de influência. Isso porque, para o Brasil, a amizade com os norte-americanos não só assumia o caráter defensivo-preventivo, como também permitia jogar com mais desembaraço com seus vizinhos, notadamente a Argentina, o Uruguai, o Chile, a Bolívia, a Colômbia e outros com os quais o Brasil tinha possíveis interesses. Essa ideia de um sistema continental tornou-se mais frequente nos discursos daqueles que ocupavam de política exterior. Joaquim Nabuco era quem reconhecia a – e insistia na – existência daquele sistema, no qual as repúblicas americanas integravam um só sistema político, sendo este o continente da paz:

A América graças à Doutrina Monroe, e o Continente da paz, e essa colossal unidade pacificadora, interessando fundamente outras regiões da Terra-, forma um Hemisfério, que bem poderíamos chamar o hemisfério Beligerante.⁴⁴

O reconhecimento de que os Estados Unidos eram o centro de um subsistema de poder não implicou integrá-lo passivamente. Não significava ser o Brasil caudatário da política daquele país. Todavia, em carta a Domício da Gama, então ministro do Brasil na capital da Argentina, Rio Branco recomendou-lhe:

(...) da conveniência de estreitar as relações com o ministro americano [de Buenos Aires] e ganhar a sua confiança para

⁴³ LINS; FRANCO; BURNS. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 178.

⁴⁴ Nabuco. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 185.

que ele não se deixe influenciar pela atmosfera de ódio e prevenções contra o Brasil em que vive (...).⁴⁵

Rio Branco não procurou jogar com a influência norte-americana para atingir suas pretensões, porém buscou que outro país o fizesse.

O principal feito de Rio Branco consistiu na solução de pendências lindeiras, assim a aproximação entre Brasil e Estados Unidos dava ao país mais liberdade para negociar com as nações sul-americanas na busca de solução para os ainda pendentes problemas da fronteira.⁴⁶ Contudo, tanto Rio Branco quanto Assis Brasil sabiam que não se podia confiar no Departamento de Estado norte-americano, caso o interesse de cidadãos norte-americanos estivesse em jogo.

A relação de amizade do Brasil com os Estados Unidos despertava receio em outros países da área, pois se temia o imperialismo norte-americano, visto a análise feita pela imprensa na capital Argentina, observando na política externa brasileira pretensões de domínio na América do sul, com apoio, inclusive logístico, dos Estados Unidos. Tanto o diário Argentino *La Nación* como a imprensa da Europa e, sobretudo, da Inglaterra previam um início de uma “diplomacia imperialista, uma hegemonia a ser partilhada entre Brasil e a América do Norte, prestando-se o primeiro a ser um agente do segundo em suas ambições de domínio continental”.⁴⁷ Levada por outras motivações, também a imprensa americana, no *Washington Post*, anunciou que o secretário de Estado Root, ao empreender viagem ao Rio de Janeiro, em 1906, pretendia delegar poderes ao Brasil:

[...] Sr. Root [...] vai visitar o governo brasileiro informalmente e arranjar uma entente cordial com aquele país, da qual a Doutrina de Monroe será base [...]. É a intenção do presidente delegar-lhe [ao Brasil] a política da doutrina de Monroe na América do Sul [...]. Segundo um oficial brasileiro, aquele país estaria interessado em formular a Doutrina de Monroe, com o conselho dos Estados Unidos, e

⁴⁵ AHL, Carta de Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 15 dez. 1908. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 187.

⁴⁶ Lins . In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 187.

⁴⁷ Nabuco; Los triunfos Del Brasil, El Diario, Buenos Aires, 4 dez. 1905; Proyectos navales brasileños, La Nación, Buenos Aires, 19 jan. 1905. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 194.

desta maneira, ser o guardião autorizado das [...] repúblicas [...].⁴⁸

O projeto de rearmamento naval brasileiro, aprovado em 1904 e modificado em 1906, despertou viva rivalidade na Argentina, em um setor da opinião identificado com o rearmamento do seu país. O diário *La Prensa*, que transmitia a posição de Estanislao Zeballos, rival de Rio Branco desde outras questões anteriores, foi um dos maiores expoentes da oposição de sua política. O alarmismo do *La Prensa*, que via o Brasil transformando-se em potência militar, aumentou com a elevação da legação brasileira em Washington à categoria de Embaixada, em 1905. O diário portenho via no episódio o desejo de “ocupar diplomaticamente nos Estados Unidos uma posição superior às demais repúblicas sul-americanas”, além de aspirar ser a maior potência militar da América do Sul e de querer assumir a primeira posição na diplomacia sul-americana, almejando, ao mesmo tempo, a simpatia das nações menores do Prata.⁴⁹

Com efeito, Rio Branco não apenas procurava captar a simpatia destas nações, vale dizer Uruguai e Paraguai, como também aproximar-se do Chile, a fim de conter a Argentina e sua eventual capacidade de influenciar aqueles países que mantinham pendências com o Brasil. Era o estilo Rio Branco de neutralizar forças: “A estreita amizade entre Brasil e o Chile tem servido para conter suas veleidades [dos argentinos] de intervenção franca no litígio chileno-peruano, no que tivemos com a Bolívia e no que ainda temos pendente com o Peru”.⁵⁰ Rio Branco, sempre que possível, tratava de desmanchar suspeitas das nações vizinhas. Dentro dessa linha, pode ser vista a aproximação das três maiores nações sul-americanas (Argentina, Brasil e Chile), buscada por Rio Branco desde o início de sua gestão no Ministério das Relações Exteriores. A aspiração de um projeto de cordial inteligência, conhecido como ABC, que chegou a ser consubstanciada, não foi concretizada no período em que Rio Branco ocupou a pasta. Nesse sentido, o ABC deveria atuar de acordo com o governo de Washington, numa espécie de condomínio oligárquico de nações. Porém, ainda em 1906, ao passar instruções à Embaixada do Brasil em Washington a respeito do

⁴⁸ Washington Post, 26 mar. 1906, apud Valla. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 194.

⁴⁹ El pensamiento Del Brasil, La Prensa, Buenos Aires, 2 de fev. 1905. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 195.

⁵⁰ Despacho para Washington, 31 de mar. 1906. Veja-se João Frank da Costa. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 195.

programa da III Conferência Institucional Americana, manifestou-se contrariamente a um acordo geral entre as nações americanas: “Pensamos que um acordo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil”.⁵¹ Joaquim Francisco de Assis Brasil defendia opinião semelhante, também não emprestava um caráter anti-norte-americano à eventual entente; esta aumentaria o prestígio das nações sul-americanas envolvidas e contribuiria para a sustentação do princípio de que não é admissível a extensão do domínio ou do sistema europeu ao Novo Mundo. Em outras palavras, a América estaria sob o círculo de “proteção” e influência norte americana, contra possíveis investidas dos países do continente europeu.

A principal contribuição de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, foi a definição do território brasileiro, sendo que, vale ressaltar, nenhuma das questões de limites por ele solucionadas foi com o argumento da força. As questões de Palmas com a Argentina e do Amapá com a França foram resolvidas por arbitramento, e Rio Branco atuou em ambas, antes mesmo de assumir a pasta das Relações Exteriores. Já a difícil questão do Acre foi solucionada por Rio Branco, mediante negociações diretas com a Bolívia. Fixou, ainda, os limites com a Colômbia (Tratado de 24 de abril de 1907), o Peru (Tratado de 8 de setembro de 1909), o Uruguai (Tratado de 30 de outubro de 1909) e com a Guiana Holandesa, em 1906. Firmou, também, o Tratado de limites com o Equador, em 6 de maio de 1904. Após esse país ter fixado, mais tarde, suas fronteiras com o Peru, deixou de ser limítrofe do Brasil e, conseqüentemente, o tratado acabou não tendo aplicação.⁵² Com referência ao Uruguai, deve-se ressaltar que o Brasil cedeu-lhe, em 1909, espontaneamente e sem compensações, o condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, em nome da concórdia sul-americana. Esse fato, somado à atuação de Rio Branco no sentido de manter o relacionamento com os países vizinhos em bom nível, contribuiu para recuperar o prestígio do Brasil no Prata e, conseqüentemente, ampliar-lhe o quadro de atração no segmento sul do continente. O

⁵¹ AHI, Despachos para Buenos Aires, 3 de set. 1904; 21 de Nov. 1904; Ofício de Assis Brasil a Rio Branco, Buenos Aires, 19 de abr. 1906; Carta de Joaquim Nabuco ao Dr. Cardoso, Roma, 0 de mar. 1904; Despachos para Washington, 10 de mar. 1906, apud Lins. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 196.

⁵² Cf. franco; Viana. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 197.

próprio chanceler resumiu a posição do Brasil no contexto da América do Sul em correspondência a Joaquim Nabuco, então embaixador brasileiro em Washington:

Com o Uruguai as nossas relações são excelentes, e é imenso o prestígio do Brasil nesse país depois da concessão que espontaneamente lhe fizemos. São também excelentes nossas relações com a Bolívia e com o Peru depois do incidente que trouxe o desastrado laudo argentino e do nosso tratado de limites, assim como com as demais nações da América do Sul, excetuado o Paraguai. Este acha-se há mais de ano sob o jogo de uma minoria despótica.⁵³

A política imposta por Rio Branco foi mantida por seus sucessores, sobretudo Lauro Muller, Azevedo Marque, Félix Pacheco e Otávio Mangabeira. A amizade cultivada com os Estados Unidos foi o principal traço do período (1912-1930). Entretanto, é preciso ressaltar que, referente à década de 1920, a amizade não significou, conforme afirma Vargas Garcia, alinhamento “automático” da política externa brasileira com o Departamento de Estado norte americano.⁵⁴

O Brasil, além de possuir uma posição estratégica no continente sul-americano, tinha outros atrativos que interessavam aos Estados Unidos, visto que um fator para a consolidação dessa amizade foram as relações econômicas. E esse país era o mais importante propulsor da economia agroexportadora do Brasil, notadamente como principal comprador de café. Com uma participação crescente, ao longo de todo período, nas importações de manufaturados e produtos alimentícios, como a farinha e o trigo, foi logo substituindo, gradualmente, os ingleses como investidores no Brasil.

No ano de 1922, teve início uma cooperação militar entre os dois países.⁵⁵ Essa política de cooperação com os Estados Unidos foi além do período em exame, chegando até a década de 1950⁵⁶, tornando a guinada da diplomacia brasileira em direção àquele país uma das mais significativas mudanças advindas da instalação da república.

⁵³ Telegrama para Washington, 23 nov. 1909, apud Viana Filho. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 197.

⁵⁴ Garcia (2001, p.476). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. 2. ed.

⁵⁵ Garcia. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 199.

⁵⁶ Moneta. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 200.

1.2 A economia

No século XIX, a Grã-Bretanha exerceu um papel hegemônico sobre a economia brasileira, pois era de lá que vinham os empréstimos tomados pelo governo (geralmente para acorrer ao serviço da dívida), os investimentos em obras de infraestrutura e a maior parte das importações. Vale referir que, na República, no período anterior à Primeira Guerra, esses empréstimos passaram a vir, também, da França e dos Estados Unidos.

O sistema econômico brasileiro, na fase final da Primeira República, conforme acentuou Paul Singer, apresentava-se ainda extremamente especializado. No período de 1924 a 1929, o café representou 72,5% das exportações nacionais. Na verdade, o Brasil inseria-se no capitalismo mundial, através da exportação desse produto, principalmente, mas também pela importação de manufaturados e alimentos, assim como pelo recebimento de capitais destinados ao pagamento do serviço da dívida externa, às obras de infraestrutura e ao financiamento das safras para atender à política de valorização do café. A borracha, o algodão e o açúcar, nomeadamente outros produtos exportáveis do Brasil, tiveram dificuldades para se expandir nos quadros do capitalismo monopolista e da luta anti-imperialista. Dessa forma, após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, o algodão brasileiro perdeu seu mercado não só pela retomada da produção norte-americana, mas também em virtude das plantações desenvolvidas pelos alemães e ingleses nas suas respectivas colônias, ficando a produção brasileira voltada para o mercado interno das indústrias têxteis. A borracha sofreu com a concorrência das plantações situadas no Império Britânico. O açúcar brasileiro, igualmente, não conseguia competir com Jamaica Inglesa, Cuba, Porto Rico e Filipinas no mercado norte-americano, que recebia este produto com tarifas alfandegárias diferenciadas, tendo ainda a grande concorrência, na Europa, do açúcar de beterraba, o que refletia no mercado interno brasileiro mais prejuízos à economia. Destarte, o imperialismo colonial e a disputa anti-imperialista não deixaram muita margem para os produtos primários do Brasil, cujo sistema econômico viu-se, conforme o afirmado, reduzido à extrema especialização, com base no café.⁵⁷

O triunfo do café sobre as demais exportações decorreu também do aumento tanto da população quanto do consumo, na Europa e nos Estados Unidos, levando a um

⁵⁷ Cf. Singer. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 203.

crescimento da demanda mundial. A exportação de um produto do qual o Brasil era praticamente o único produtor mundial apresentou-se como uma solução natural. Assim, sendo os Estados Unidos o maior consumidor de café e estando sua economia em expansão, o intercâmbio comercial do Brasil com este país foi sempre crescente na época considerada. Passou a ser no período entre-guerras, também, nosso principal vendedor, suplantando a Grã-Bretanha. O declínio da influência inglesa sobre a economia brasileira foi acentuada pela perda da posição de primeira potência do mundo capitalista.⁵⁸ O começo do processo de declínio da influência inglesa na economia brasileira situa-se no início da Primeira Guerra (1914). A considerada retração da presença influente da Grã-Bretanha no Brasil deveu-se, em grande parte, pela perda de seu poder mundial. Evidentemente, não se pode deixar de considerar os esforços norte-americanos destinados a aumentar seu intercâmbio com o Brasil, por fatores mencionados anteriormente.

A protecionista e severa lei que vigorou no período de 1890 a 1894, conhecida como Tarifa Mackinley, trouxe consigo ao menos o benefício da isenção de alguns produtos tropicais, entre eles o café, o açúcar e couros. Essa lei previa a possibilidade de o Executivo impor taxa a tais produtos, caso os países exportadores não fizessem concessões alfandegárias aos produtos dos Estados Unidos. Tendo esse poderoso instrumento de coerção, o secretário de Estado James Blaine obteve concessões de vários países, inclusive do Brasil – o único país da América Latina a manter o convênio aduaneiro com os Estados Unidos, mesmo sendo reafirmado o protecionismo alfandegário na chamada Tarifa Dingley, em 1897. Tal sistema de convênio estendeu-se durante o dilatado período de 1904 a 1922.⁵⁹

Durante boa parte da Primeira República, o Brasil teve seu café isento de tarifas alfandegárias no mercado dos Estados Unidos. Estes, portanto, desempenharam um papel importante como propulsores do polo dinâmico agroexportador brasileiro. As concessões aduaneiras aos produtos norte-americanos eram feitas a título de reciprocidade, porém a isenção de direitos sobre o café era concedida pelos Estados Unidos com o único objetivo de não encarecer o produto para seu consumidor e não por qualquer favor especial ao Brasil. Mesmo assim, nos exercícios de 1904, 1906, 1910, 1911, 1912 e 1913, como compensação da livre entrada do café no mercado norte-

⁵⁸ Mecham. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 204.

⁵⁹ Cf. Bemis. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 204.

americano, o Brasil concedeu redução de 20% - elevada a 30% a partir de 1910 - para a farinha de trigo e outros produtos de procedência norte-americana.⁶⁰

No fim do século XIX e início do XX, a produção brasileira de café não se retraía, indo contra a queda de preços no mercado norte-americano. Dentro desse contexto, surgiu, nos Estados Unidos em 1912-1913, uma manobra conhecida como a questão do truste do café. Para receber um adiantamento de 75 milhões de dólares, o governo do Estado de São Paulo recorreu a comerciantes europeus de café, que, por sua vez, recorreram a um sindicato de banqueiros, que receberia sete milhões de sacas de café, passando a controlar a distribuição desse produto no mercado dos Estados Unidos por meio de um comitê de valorização. Tal comitê passou a monopolizar o controle da distribuição desse produto. O café valorizado transformou-se numa questão comercial entre Brasil e Estados Unidos, em razão da pressão da imprensa. Todavia, essa questão teve uma solução final amigável, passando pelos esforços do embaixador do Brasil em Washington, Domício da Gama, do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Morgan, assim como o nome de Lauro Muller, sucessor de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores. Nesse contexto, não era do interesse dos Estados Unidos abrirem mais uma área de atrito com a América Latina, devido às dificuldades enfrentadas pelos norte-americanos, nas relações com o México, havendo ainda uma perspectiva de guerra na Europa. Toda essa questão ficou circunscrita, sendo que o conjunto de suas relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos era importante, demasiadamente, para impedir que a questão tomasse maiores proporções entre as duas nações.

A política de redução de direitos de entrada para produtos norte-americanos manteve-se inalterada, sendo renovada para o exercício de 1914.⁶¹ A lei do orçamento para 1915 manteve redução: 30% para farinha de trigo e 20% para outros produtos norte-americanos como compensação de reduções concedidas a produtos brasileiros, dando maior ênfase à borracha.⁶² A mesma redução foi dada para 1916, 1917 e 1918, sob o fundamento de isenção dos direitos do café e da redução de direitos de outros produtos brasileiros, concedidas pelo governo norte-americano, ressaltando-se o fumo,

⁶⁰ BRASIL. Ministério das Relações exteriores, *Relatório*, 1913, p.25-27, anexo A, n. 29-38. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 205.

⁶¹ _____. *Relatório*, 1913-1914, Mensagem, v. 1, p. XX, e Exposição, p. 209-212, 218. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 206.

⁶² _____. *Relatório*, 1914-1915, Exposição, p. 402-403. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 206.

além da borracha.⁶³ A convenção para redução de direitos alfandegários continuou em vigor até 1922, sendo interrompida somente em 1923.⁶⁴ Nesse período, os norte-americanos já suplantavam a Grã-Bretanha, tornando-se, a partir da década de vinte, o principal comprador e fornecedor de produtos do Brasil. Quanto à questão dos investimentos, estes tiveram um salto de 50 milhões de dólares, em 1913, para 476 milhões, em 1929.⁶⁵

Entretanto, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, entre 1914-1918, o governo brasileiro adotou uma postura de total neutralidade, até a ruptura de relações com o Império Alemão e posterior declaração de estado de guerra. Não escapou às vistas dos observadores brasileiros o caráter econômico do conflito, o que, aliás, era evidente.

Notadamente, a entrada do Brasil no conflito não ocorreu muito tempo após o engajamento dos Estados Unidos, posto que foi afirmado que o posicionamento do governo brasileiro interessava aos Estados Unidos, pois influenciaria a posição dos demais países latino-americanos.⁶⁶ Há outra interpretação a respeito da razão pela qual o Brasil obedecera às pressões norte-americanas.

Pouco antes do término do conflito, a Itália e a Grã-Bretanha fizeram propostas ao Brasil de cooperação aérea e naval que transcendiam a colaboração brasileira no conflito. Em 6 de julho de 1918, a legação da Itália comunicou, por meio de nota, o governo brasileiro, colocando à disposição de seu governo a possibilidade de ceder, ao preço do dia, aviões de combate à Marinha brasileira, assim como de enviar pilotos instrutores e receber pilotos brasileiros nas escolas italianas. Nesse mesmo período e ocasião, a legação francesa informou, em 19 de agosto, o envio de uma missão de aviação, com aeroplanos e equipamentos para fotos aéreas e telegrafia sem fio. Com efeito, desde o final daquele ano, passando a atuar a referida missão francesa de aviação no campo da instrução aeronáutica.⁶⁷

⁶³ _____. *Relatórios*, 1915-1916, p. 172, 174; 1916-1917, p. 120; 1917-1918, v. 2, p. 239-240. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 206.

⁶⁴ *Relatórios*, 1919-1920, p. 21; 1920- 1921 p. 45; 1921-1922, Mensagem, p. XIII; 1923-1924 p. 72. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 206.

⁶⁵ Singer; Garcia. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 206.

⁶⁶ Valla. “A entrada do Brasil na guerra era importante para os Estados Unidos em relação à sua crescente influência na América Latina” (p. 44). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 210.

⁶⁷ Garcia. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 211.

Entretanto, das propostas surgidas naquele momento, a mais expressiva foi a de firmas britânicas que se propunham a instalar arsenais modernos com capacidade para construir navios de guerra e navios mercantes, aeroplanos, fábrica de armas e munições, além do material de ferro e aço destinado à indústria dos tempos de paz. Conforme a importância e delicadeza do assunto, foram transferidas para exame no quadriênio que se inauguraria. Porém, ainda nessa fase final de hostilidades, a legação britânica no Rio comunicou ao governo brasileiro, por nota de 16 de setembro de 1918, a decisão do governo de Sua Majestade de promover a referida legação brasileira à categoria de embaixada, “como prova de apreço pela atitude do Brasil na guerra e como prova de boa vontade para com o Brasil”, elevando assim o nível de amizade entre os dois países.⁶⁸

Entretanto, anteriormente a essa atitude, em decorrência das dificuldades criadas pela guerra, ressaltavam a guerra submarina e a *Statutory List* (ou Lista Negra) criada pela Inglaterra em 1915, que afetava as atividades das casas comerciais estabelecidas no Brasil. Somente quando o Brasil enviou nota ao chefe da legação britânica no Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1916, a guerra levou as companhias nacionais a interromperem as viagens para a Europa. Outro detalhe importante foi em relação à exportação do café, tendo este uma dificuldade específica, pois esse produto foi declarado contrabando na Grã-Bretanha, conseqüentemente, tendo a entrada deste produto sido proibida, pelo fato de o café não ser considerado gênero de primeira necessidade, priorizando a importação de outros gêneros, essenciais à subsistência. O Brasil tentou, de 1º de junho a 18 de setembro, negociar, objetivando a suspensão da proibição, sendo que a negociação obteve relativo sucesso, pois seriam admitidas certas quantidades de café, quando o governo desistiu por não aceitar a restrição inglesa, segundo a qual o produto deveria ser transportado por navios alemães confiscados pelo Brasil.⁶⁹

Em detrimento da Primeira Guerra Mundial, ou melhor, do fim da neutralidade brasileira em relação ao conflito, em favor dos Estados Unidos e potências aliadas, houve um aumento do intercâmbio comercial Brasil-EUA, ao mesmo tempo em que houve diminuição do relativo em relação à Alemanha. A ascendência norte-americana

⁶⁸ Guerra da Europa..., p. 120-126, 157-159, 152-154, 89-91, 86). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 211.

⁶⁹ *Relatórios*, 1915-1916, p. 19-30; 1916-1917, p. 93-98; 1917-1918, p. 101, 134-136. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 212.

acentuou-se ainda mais após o conflito, tendo Nova York assumido uma posição até então pertencente a Londres nas finanças internacionais.

Destarte, durante a Primeira Guerra e imediatamente após seu término, o saldo da balança comercial brasileira foi favorável. O Brasil importava menos, em razão da desorganização da produção europeia, mas aumentava suas exportações, inclusive de produtos até então pouco expressivos nas vendas para o exterior, tais como cereais, banha e carnes congeladas. Basta analisarmos as estatísticas do comércio exterior, de 1914 a 1919, para observarmos os valores de exportações e importações de mercadorias. Para se ter uma ideia, em 1914, por exemplo, em relação à balança comercial, as exportações foram de 46.803 – valores em Libras-ouro –, sendo que as importações ficaram atrás com 35.473. Já em 1919, as exportações atingiram os 117.388 (Libras-ouro), contra 71.867 das importações, sendo estes números ilustrativos.

Com a normalização da produtividade europeia, a situação da balança comercial brasileira inverteu-se. Em 1920, o Brasil apresentou um déficit de 17.484 mil libras. A partir do segundo semestre de 1921, prolongando-se em 1922, voltaram os saldos favoráveis na balança comercial.⁷⁰ Porém, entre 1920 e 1921, as dificuldades decorreram do valor das importações, sendo que a quantidade de produtos importados não aumentou, havendo até mesmo uma diminuição. Entretanto, entraram no país muitos produtos caros, de luxo, como pianos, carros, sedas, ourivesaria, filmes para cinema, quinquilharias, maquinismos, cuja importação praticamente não ocorria desde o início da Grande Guerra. Outro fator que contribuiu para explicar o desequilíbrio da balança comercial era o aumento do valor da moeda de certos países. As dificuldades eram tais que um dos objetivos buscados pela reforma havida em 11 de fevereiro de 1920 no ministério e corpo consular brasileiro era o incremento das relações comerciais do Brasil.⁷¹

Dessa forma, no quadriênio Wenceslau Brás, que coincide com a Primeira Guerra, a balança comercial brasileira não teve problemas, posto que os saldos obtiveram números favoráveis, não ocorrendo o mesmo no quadriênio seguinte, no mandato de Epitácio Pessoa, no pós-guerra. No entanto, a retomada das atividades econômicas na Europa reflete negativamente na balança de comércio, ocasionando uma

⁷⁰ Pessoa. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 213.

⁷¹ *Relatório*, 1920-1921, p.40-41. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 213.

conseqüente queda do câmbio. Somam-se a isso os empréstimos tomados pelo governo, um deles para acorrer à valorização do café. Todos esses fatos, acrescidos da instabilidade do quadro mundial, dão idéia da magnitude dos problemas econômicos nacionais, ocorrendo nesse período a contestação política da Primeira República, em 1922. No que se refere à questão da defesa das exportações e da lei alfandegária, não cabe aqui discutir, a não ser mencioná-la, pela importância dada ao produto de ponta na exportação brasileira, notadamente o café.

O trabalho de divulgação do Brasil e de seus produtos na Europa ocorreu desde os tempos de Império, sendo mantido durante a Primeira República, seguindo o exemplo de outras nações latino-americanas, com vistas não somente à exportação de seus produtos, mas também em busca de imigrantes e capitais. Em razão disso, o Brasil marcou presença na exposição de Bruxelas, em 1910.⁷²

O motor da agroexportação brasileira, além dos Estados Unidos, era movido também em partes pela Europa, sendo que grande parcela do esforço da diplomacia brasileira neste período fora direcionada para o aumento das vendas nas exportações de seus produtos primários. Um fato ilustrativo desse momento foi a troca de notas entre os governos do Brasil e da Itália, em 5 de julho de 1900, pelo qual o Brasil concedia os benefícios da sua tarifa mínima, desde que os direitos sobre o café na Itália não ultrapassassem as 130 libras a cada 100 quilos. Esse acordo foi renovado até nova prorrogação, firmada em 23 de setembro de 1919.

Com o mesmo intuito, o Brasil fez com a França um acordo, também por meio de notas, de 26 e 30 de junho de 1900, para redução de direitos alfandegários, nos mesmos moldes do acordo firmado com a Itália. Novamente, o Brasil aplicaria sua tarifa mínima aos produtos oriundos da França, pela reciprocidade da redução de 156 para 136 francos a cada 100 quilos dos direitos cobrados sobre o café. Esse convênio foi denunciado em 10 e 22 de março de 1919 por meio de troca de notas.

Logo em 1923, em virtude da nova orientação alfandegária, não houve mais reduções de direitos alfandegários, posto que o prejuízo decorrente da guerra nas relações comerciais com a Alemanha foi recuperado pela mesma, de tal modo que, na

⁷² Stols. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 218.

década de 1920, mais especificamente em 1929, forneceu 12% das importações brasileiras.⁷³

⁷³ *Relatório*, 1913, p. 29; 1919-1929, p. 24; 1920-1921, p. 45; 1921-1922, p. xiii; 1922-1923, p. 47-48; 1923-1924, p. 73-74; Garcia. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Editora UNB, 2002. p. 219.

2 RIO GRANDE DO SUL: ECONOMIA, POLÍTICA, CONFLITOS DE IDEOLOGIAS E INTERESSES DE 1890-1923

2.1 A economia das exportações e seus produtos

Partindo do princípio de que a parte somente é compreendida no todo, vimos a necessidade de expor, em linhas gerais, a situação do Rio Grande do Sul na passagem Império/República, de forma que, a partir deste momento, adquira certa expressão o fracionamento da classe dominante gaúcha. Desse modo, com a estruturação de certos grupos partidários oponentes, a partir de estratégias políticas para a classe dominante em particular, instaurou-se um processo de luta intraclasse no RS.

Com um processo próprio na sua vinculação junto ao mercado – através da exportação de produtos como o gado para Minas Gerais, bem como do charque e de couros para o centro e nordeste do país – o RS estruturou-se como área, no sentido de o desenvolvimento das forças produtivas desencadear este mesmo processo, próprio de vinculação ao mercado e suas exportações. Sob a forma de criação extensiva, a pecuária ocupou a parte sul do RS, conhecida como “região da campanha” ou “zona da campanha”, sendo que, até a metade do século XIX, desenvolveu-se a produção gaúcha em torno da criação e da charqueada, inserindo e articulando o RS no mercado.

Já com a vinda dos imigrantes alemães (1824) e italianos (1875), estruturou-se, a partir daí, um novo espaço produtivo, no centro e no norte do RS: a região colonial, a qual se desenvolveu sob a forma de pequenas propriedades, autênticas colônias onde a policultura e uma pequena criação eram desenvolvidas. Dessa forma, no decorrer da Primeira República, ao lado da concorrência externa do Prata, o RS foi sendo atingido por um processo de concorrência interna. Contudo, as novas possibilidades de mercado dos gêneros alimentícios, geradas pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial, aceleraram o crescimento da economia brasileira, reativando o processo concorrencial interno, posteriormente no período do pós-guerra.

Antes disso, porém, foi introduzida, no decorrer da guerra, no RS, a indústria frigorífica, cuja instalação já havia se tentado diversas vezes em períodos anteriores, não

se obtendo sucesso.⁷⁴ As carnes da Argentina e do Uruguai eram consideradas de melhor qualidade do que as carnes do RS, que durante o período da guerra tiveram seu mercado garantido, abrindo uma fase de euforia econômica para toda a pecuária gaúcha. Os pecuaristas rio-grandenses, numa época de expansão dos mercados, esforçaram-se no sentido de introduzir uma série de melhorias, que ampliaram, em certo sentido, a quantidade e a qualidade dos seus rebanhos, aumentando, em consequência, o preço dos campos e dos produtos agropecuários em geral.⁷⁵

Entretanto, a expansão da produção e seu decorrente aumento no volume das exportações rio-grandenses trouxeram consigo o antigo problema dos transportes. Com incapacidade da iniciativa privada em solucionar essa questão, o governo do RS, o grupo no poder (PRR), chamou para si a solução do problema. Nesse sentido, os atos de encampação, bem como os empréstimos efetuados pelo governo foram criticados tanto pela oposição sob a liderança de Gaspar Saldanha, quanto pela própria imprensa. Ao contrário disso, as divergências não se teriam aprofundado tanto, se nesse momento não comesçassem a interferir outros fatores externos, que refletiam aqui de alguma maneira. Já sentiam os gaúchos os efeitos do pós-guerra, pois a inicial euforia econômica foi seguida de uma paralisação brusca nas comercializações, proveniente da retração dos mercados consumidores europeus a partir dos fins de 1920.⁷⁶ No período em que, justamente, realizar-se-ia a lucratividade dos investimentos feitos na produção gaúcha, ocorreu a retração dos mercados, intensificando a concorrência externa com o Prata, assim como a própria concorrência interna com São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, além de outros estados. As perdas maiores foram na zona pastoril, porque lá estavam as grandes aplicações do Banco Pelotense:

No RS a zona mais atingida era a pastoril, a fronteira sobretudo. Nas casas principais – Bagé, Livramento, Uruguiana, por exemplo – os prejuízos elevaram-se a alguns milhares de contos em cada uma. (...) Foi preciso que o Banco recebesse em pagamento gados adquiridos pelos clientes na base de 150\$000, quando eles já não valiam mais de 70\$000. Momento houve em que o Banco chegou a

⁷⁴ MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional* – estado do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. São Paulo: FELCH/USP, 1972, p. 63.

⁷⁵ Conforme telegrama enviado pelos pecuaristas do município de Uruguiana ao Presidente do Estado, Presidente da República e ministro da Agricultura. *Correio do Povo*. 22/2/1922.

⁷⁶ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 37.

possuir, em várias estâncias arrendadas, 52.000 cabeças de gado.⁷⁷

Em outros setores da produção gaúcha também se evidenciaram dificuldades: conforme indicações contidas na Mensagem Presidencial de 1921, 820 pequenas fábricas fecharam suas portas no RS nesse período.

Essa dramática contenção financeira, proveniente e acompanhada da retração dos mercados consumidores estrangeiros, ocorreu justamente no momento em que se acelerou, internamente, no Brasil, a luta pelo mercado. Nesse sentido, a crise do pós-guerra, para o RS, manifestou-se pela falta de mercados externos para sua produção, pela falta de créditos e pela forte e acentuada concorrência no mercado interno, tanto com relação aos produtos platinos, como em relação aos produtos de outros estados do Brasil.

Entretanto, a situação de 1921 – com a mobilização e arregimentação dos produtores rio-grandenses em torno de associações e cooperativas, com a luta por maior amparo e proteção por parte dos poderes públicos, como movimento pela criação de um Banco de Crédito Agrícola Hipotecário – indica que certas modificações ocorreram nas unidades produtoras gaúchas, as fazendas, e em seus negócios de compra e venda de gado.⁷⁸

Essa contenção dos mercados consumidores europeus e a escassez de dinheiro, a partir de fins de 1920, abateram-se sobre o RS em circunstâncias que não possibilitaram mais o refúgio na subsistência, porque colocaram em risco os investimentos realizados pelos produtores no período da guerra. Esses produtores recorreram ao governo reivindicando que os investimentos feitos durante o período de expansão comercial, invocando agora o amparo e proteção do Estado, a fim de que este assegurasse a lucratividade dos investimentos e mantivesse as condições de reprodução das relações sociais dominantes. Esses mesmos produtores que investiram no período da guerra, principalmente os pecuaristas, reivindicaram, já no pós-guerra, e lutaram para conseguir que a estrutura jurídico-administrativa da área garantisse esses investimentos. Eles solicitaram ao Estado: a) redução de tarifas ferroviárias para fazerem frente à concorrência nacional no mercado interno; b) elevação da taxa de importação devido à

⁷⁷ Mensagem Presidencial de Borges de Medeiros. AAR, 1920. IN: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 37.

⁷⁸ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 39.

concorrência platina; c) diminuição dos impostos; d) criação de um Banco Hipotecário ou de Carteira de Crédito Agrícola.⁷⁹

Na verdade, a orientação política do PRR considerava que a administração direta ou intervenção do Estado na sociedade somente era legítima quando estivesse relacionada aos serviços públicos que estivessem ligados ao interesse da coletividade. Portanto, estando no poder esta fração da classe dominante que era contrária à proteção e à concessão de privilégios a qualquer setor específico da produção, os produtores em crise consideraram que as dificuldades da área deviam-se à falta de proteção e amparo por parte do Estado.

2.2 Um Estado em alerta: Borges de Medeiros x pecuaristas

As dificuldades dos pecuaristas gaúchos aumentaram já logo no início de 1922, pois a falta de mercados e de créditos somou-se a um inverno rigoroso ao extremo, a uma seca de mais de três meses, além de uma disseminação da febre aftosa entre os rebanhos sulinos. Contudo, ainda chegaram ao RS as notícias sobre as medidas tomadas pelas autoridades platinas no auxílio aos pecuaristas,⁸⁰ bem como notícias de que os saladeiros da Argentina e do Uruguai estavam em grande atividade, matando gado e preparando o charque.

Diante da ameaça de perda de mercado interno pela intensificação da produção saladeiril do Prata, um grupo de pecuaristas promoveu uma reunião de criadores em Porto Alegre, em fevereiro de 1922. Esses pecuaristas, no encontro, analisaram a situação da pecuária gaúcha e propuseram providências, tais como a garantia do mercado interno através da taxa de importação.

Estamos com os campos talados de gado; com as invernadas repletas de bois e vacas; com uma produção de quase 2 milhões de terneiros: esse é o nosso ativo. Ativo imobilizado e irrealizável, depreciado em mais de 50%.

Temos os impostos, uns sobre os outros, desde o pecuário ao de matança, desde o de exportação ao de trânsito e ao

⁷⁹ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 39.

⁸⁰ “(...) supressão de todos os impostos sobre as exportações da carne e produtos agropecuários; proibição de introdução de gado a pé dos países limítrofes; concessão de créditos aos governos estrangeiros para compra de produtos, etc...”. *Correio do Povo*. Projetos argentino e uruguaio para remediar a crise da pecuária. 4/2/1922.

territorial, com suas multas; temos os arrendamentos; temos o custeio dos gados, do pessoal e das benfeitorias; temos dívidas com seus juros, usuras, reformas e prazos: esse é o nosso passivo, passivo exigido, vencido, acumulado dia a dia. Para isso necessitamos mercado. Mercado para boi transformado em charque. Necessitamos amparar o nosso produto, custe o que custar (...).⁸¹

Os pecuaristas constituíram uma Comissão de Criadores, que redigiram um memorial, indicando dois tipos de medidas para o amparo da pecuária gaúcha. Em primeiro lugar, estavam as medidas de caráter provisório – que se referiam à defesa do mercado interno diante dos charqueadores platinos: elevação da taxa de importação, proibição de entrada clandestina de gados estrangeiros, equiparação das charqueadas aos frigoríficos no que dizia respeito à isenção de impostos e a fixação de um limite para o preço do charque; em segundo, as medidas de caráter permanente – que se referiam à proteção definitiva da lavoura e da pecuária: instituição de um Banco de Crédito Rural e Hipotecário.

Nesse sentido, convidaram ainda o então intendente de Uruguaiana, Flores da Cunha, para levar o memorial ao Rio de Janeiro, o qual aceitou representar os criadores junto ao Presidente da República e ao Congresso Federal. Porém, Borges de Medeiros assumiu a responsabilidade de enviá-lo ao governo central através do deputado federal Joaquim Osório.⁸²

Responsabilizando-se, então, pelo encaminhamento das solicitações de amparo ao governo federal, Borges de Medeiros passou a responder pelo sucesso ou insucesso dê tal campanha diante dos pecuaristas do RS. Caso a alternativa assumida por Borges de Medeiros não conseguisse sanar os problemas encontrados pelos criadores gaúchos na crise do pós-guerra, o fato redundaria em fracasso para o governo do PRR e principalmente do Estado.

Ocorre que o governo de Borges de Medeiros não apenas encampou o movimento dos criadores rio-grandenses, mas também imprimiu outra direção às solicitações dos pecuaristas gaúchos, infiltrando em suas reivindicações as suas

⁸¹ ARANHA, Osvaldo. *A atual situação da pecuária rio-grandense*. Correio do Povo. 23/2/1922. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 47.

⁸² “(...) para maior segurança, confiei ao deputado Joaquim Osório a incumbência de levar ao Rio o referido memorial, (...) podeis esperar eficientes esforços no sentido de adoção das medidas necessitadas”. Correio do Povo. Ofício de Borges de Medeiros. 23/3/1922. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 47.

concepções. Devido à sua crença nas forças do mercado, o PRR fora contrário às medidas protecionistas, considerando que “(...) a crise da pecuária é pura e simplesmente uma questão de crédito e estaria bem solucionada com a subordinação ao projeto que propõe amparar permanentemente a produção nacional”.⁸³

Na verdade, tais medidas para a proteção do charque rio-grandense no mercado interno, além de fazerem frente às concepções de “livre mercado” do PRR, implicaram em outros interesses. A comissão da Sociedade Nacional da Agricultura, que analisou as medidas pretendidas pelos criadores do RS, dera parecer contrário à elevação da taxa, dizendo:

(...) um produto especialmente destinado à alimentação das populações menos abastadas e que entra no país sobrecarregado por um imposto que, por si, representa, aproximadamente, o preço desse artigo nos anos passados no nosso mercado.⁸⁴

Em nome das populações menos abastadas, consumidores do charque alegaram não poder elevar ainda mais a taxa de importação. Fernando Henrique Cardoso, analisando situação semelhante, porém no contexto do século XIX, coloca que: “(...) a questão se resumia, em última análise, à dominação exercida (...) pelos produtores de açúcar e café sobre o resto do país, e particularmente sobre o Rio Grande, isto é, sobre os charqueadores”.⁸⁵

Entretanto, o Rio Grande do Sul, com seu desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno, ficara na dependência dos interesses ligados à manutenção dos mecanismos econômico-políticos de sustentação e salvaguarda de um produto básico no país, notadamente o café. Dessa forma, a manutenção da política de valorização do café acarretará o encarecimento do custo de vida no país como um todo, excluindo do mercado as camadas urbanas mais baixas. Se, todavia, um alimento básico dessas populações, como o charque, também fosse elevado, o governo se defrontaria com sérios problemas.⁸⁶

⁸³ *A Federação*. A crise da pecuária. 30/03/1922. IN: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 49.

⁸⁴ *Correio do Povo*. Notícias do RJ. 17/3/1922.

⁸⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difel, 1968. p.180.

⁸⁶ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 135.

Destarte, como o governo de Borges chamou para si a responsabilidade de encaminhar ao governo federal as reivindicações dos criadores, o insucesso, ou melhor, o fracasso dessa campanha responsabilizou, em primeiro lugar, o próprio governo do Estado. As restrições que sofreram as solicitações gaúchas, ao serem debatidas e conduzidas ao centro do país, apareceram para os pecuaristas gaúchos como erros do PRR, na condução dos propósitos junto ao governo federal.⁸⁷

Por fim, a crise econômica do pós-guerra revelou formas distintas de conceber o Estado (no interior da classe dominante gaúcha), em suas funções e relações com os grupos sociais. Nesse sentido, os problemas levantados pela crise econômica de 1921 assumiram conotação política e possibilitaram uma luta pelo poder no Rio Grande do Sul.

Antes disso, constituíram-se no RS, no início do século XX, grandes plantações de arroz e de trigo combinados com a pecuária, organizando-se a rizicultura com “(...) aplicações de parcelas do excedente gerado na região pecuária com base em propriedades de tamanho médio (100 a 500 hectares)”.⁸⁸ Ao contrário do que ocorrera com a economia criadora, a partir da segunda metade do século XIX, que enfrentara um período de relativa estagnação, em detrimento da concorrência enfrentada pela produção saladeiril do Prata,⁸⁹ a região de colonização alemã e italiana entrou em um acentuado progresso econômico. Paul Singer, tendo examinado as transformações da pauta de exportações do RS, concluiu que

(...) charque e couros representavam 74,9% das exportações do Rio Grande em 1861, porém apenas 42,2% em 1894. A banha, em compensação, que em 1861 ainda era importada, é o segundo produto da pauta em 1894; os principais produtos coloniais, que em 1861 constituíam apenas 5,4% do valor das exportações, representavam 32,4% em 1894.⁹⁰

⁸⁷ “É de esperar que (...) o governo do Estado, que chamou a si a atual campanha dos nossos criadores para lhe garantir maior e mais rápido sucesso com o prestígio de seu amparo oficial, tome as necessárias providências para fazer corrigir esse erro lamentável da nossa representação federal”. CORREIA, Carlos. A emenda do Senador Vespúcio de Abreu em favor de nossa pecuária. *Correio do Povo*. 2/4/1922. IN: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 51.

⁸⁸ MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional – estado do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: FELCH/USP, 1972, p. 19.

⁸⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, DIFEL, 1972. p. 96-187. In: *História geral da civilização brasileira*. Org. FAUSTO, Boris. São Paulo, DIFEL, 1975.

⁹⁰ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968, p. 163.

Porém, não foram somente essas mudanças na economia que se operaram no RS durante este período. As expansões do mercado nacional, assim como do mercado sulino, propiciaram o desenvolvimento do comércio e da instalação das primeiras unidades fabris no RS. Todavia, esses setores industriais rio-grandenses surgiram das necessidades e dos interesses dos criadores e agricultores, substituindo, assim, os produtos importados, ao mesmo tempo em que mantinha as vinculações da área ao mercado. Ou seja, fora mantido o traço fundamental da estrutura produtiva gaúcha e, com isso, as relações de poder continuaram baseadas nos que eram proprietários ou os que mantinham conexões com estes mesmos donos da terra.

Durante a nova conjuntura que surgia no cenário do RS, emergiam forças sociais ligadas ao desenvolvimento da lavoura, do comércio, da pequena criação e da indústria, sendo que o reajustamento dessas forças sociais provocou pressões na estrutura de poder rio-grandense, sob o controle de criadores e charqueadores, para instaurar uma “nova ordem” – tendo assumido um caráter de um movimento político para instaurar esta “nova ordem”, buscando adequar a estrutura jurídico-política aos novos interesses da área.⁹¹ Esses novos interesses eram encaminhados pelo grupo que se organizara no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), de inspiração positivista, sob a liderança de Júlio de Castilhos. Esses republicanos postaram-se como um novo grupo político frente ao grupo no poder, ao tempo do Império, quando o aparelho estatal estivera nas mãos das grandes famílias pecuaristas, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, do Partido Liberal.⁹²

É correto afirmar que a ordem republicana consolidou-se no Estado do Rio Grande do Sul em meio a um fracionamento da classe dominante gaúcha, com a formação de grupos políticos em torno de projetos distintos para organizar a sociedade rio-grandense. Com o golpe de 15 de novembro, o grupo republicano tomou posse do aparelho estatal, instituindo uma nova ordem a partir de seus princípios positivistas. Daí a luta armada no RS, nos anos de 1893-1895, na chamada Revolução Federalista,

⁹¹ “Ao processo de desenvolvimento das forças produtivas não ocorria uma correspondente adequação da estrutura, jurídico-política. Os interesses próprios da área avolumaram-se em muito, acarretando uma pressão sobre o aparato estatal, cujos serviços – sejam empréstimos do governo central, sejam favores tributários -, mostravam-se muito aquém das necessidades correntes. (...) essa contradição será, ao final, o elemento que abriu novas possibilidades no campo da política”. MÜLLER, Geraldo. op. cit., p. 36. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 18.

⁹² ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 18.

envolvendo todo território rio-grandense e complicando-se com aspectos da política nacional.

Contudo, mais do que uma luta violenta, durante a Revolução Federalista, ocorreu, sob a liderança do PRR, uma dinamização do Estado a fim de implantar a nova ordem no Rio Grande. Portanto, a permanência desse grupo no poder está diretamente ligada à sua capacidade de responder, ao menos em tese, as questões necessárias para o desenvolvimento do RS como um todo. Essas necessidades não se restringiam mais tão somente aos problemas da pecuária, surgindo agora novas questões, uma vez que a região colonial, com suas pequenas propriedades agrícolas e com uma incipiente criação, já entrara em expansão.

Entretanto, a dinamização do Estado, efetuada pelo grupo republicano, devido aos seus princípios positivistas, estava acompanhada de uma maneira peculiar de compreender o relacionamento do Estado com as classes sociais. Portanto, a questão do fracionamento da classe dominante gaúcha e a conseqüente luta político-partidária no RS, durante a Primeira Republica, podem ser entendidas a partir das mudanças que se operaram na estrutura econômica e social rio-grandense no final do século XIX, diversificando a produção e a exportação da área; da ampliação das vicissitudes econômico-sociais do RS, que, não restringiam mais tão somente aos problemas da pecuária, fazendo com que desta forma surgissem novas pressões na estrutura de poder rio-grandense, bem como as modificações que ocorreram no aparelho estatal, que se adequou e expandiu, para atender à demanda de tais necessidades, a partir do positivismo, ideologia que inspirou a fração dominante no poder, notadamente o PRR.

2.3 Personalidades, partidos e a organização política do Estado do Rio Grande do Sul na Primeira República

O Partido Liberal, configurou-se como o mais influente na Província, dominando os principais setores como a Guarda Nacional e o Legislativo, assim como a maioria dos governos municipais.

A liderança desse grupo estava personificada na figura de Gaspar Silveira Martins, nascido em 1834, em Bagé, na fronteira com o Uruguai. Porém, este fora batizado em Melo, Departamento de Cerro Largo, muito embora seus pais o tornassem brasileiro ao mandá-lo ao norte e ao centro do Brasil (no curso secundário, em São Luis e Rio de Janeiro, e, em Recife, na faculdade de Direito). Ao retornar ao Rio Grande do

Sul em 1861, aos 26 anos, foi eleito à Assembleia Provincial.⁹³ Elegeu-se, em 1872, para a Câmara dos Deputados, com sua oratória de efeito, onde logo fez sucesso junto aos segmentos mais afeitos a reformas no regime. Em seus discursos, reivindicava eleições diretas, responsabilidade ministerial, descentralização administrativa, liberdade religiosa total e emancipação dos escravos. No mesmo ano, Martins assumia o controle da Assembleia Provincial, tornando-se líder incontestado do Partido Liberal, edificando-o em bases cada vez mais sólidas na província do RS. Com rápida passagem pelo Ministério do Visconde de Sinimbu, como ministro da Fazenda, incompatibilizou-se por defender o direito ao voto aos não católicos, e, depois, entrou para o Senado.

A próxima década demonstra a conversão de Silveira Martins de liberal a federalista, bem como o enfrentamento tenaz do tribuno com Júlio de Castilhos, então líder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Com a queda do regime monárquico, o processo de transformações econômicas e sociais pelo qual passava o Brasil refletiu também na província sulina. Em 1882, o ideal republicano firmou-se no Rio Grande do Sul, com a formação do Partido Republicano Rio-Grandense, formado por um grupo de jovens egressos das faculdades de Direito do centro do país, desejosos de mudanças no regime político. Esse grupo de jovens era formado, basicamente, por filhos de estancieiros da campanha. Entre tais jovens, estavam Joaquim Francisco Assis Brasil, Antonio Augusto Borges de Medeiros e José Pinheiro Machado – sendo que os dois primeiros governariam o Rio Grande, e o último seria o mais importante representante do Estado no Senado Federal.⁹⁴

Diferentemente de seus pares, Júlio de Castilhos não fazia parte do grupo de abastados fazendeiros da campanha, além de ter nascido na serra. Recusou o convite para ser redator do futuro jornal republicano, mesmo tendo sido indicado na convenção republicana de 1883. No entanto, esforçou-se, juntamente com Antão de Farias, Demétrio Ribeiro, João Pedro Alves e Ramiro Barcellos, para que o jornal *A Federação* fosse lançado no início do ano seguinte. Apesar de não ter aceitado o convite para ser o redator em 1883, em 1885 veio a ocupar essa função pelo poder de seu estilo enérgico, direto e rígido no trato com seus adversários.

⁹³ LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 25. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *1893: A revolução além da fronteira*. Passo Fundo, Méritos, 2007. p. 24. In: *Republica Velha* (1889-1930). GOLIN, Tau (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 . t. 1.

⁹⁴ RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *1893: A revolução além da fronteira*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 24-25. In: *República Velha* (1889-1930). GOLIN, Tau (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 . t. 1.

O Partido Republicano Rio-grandense, que inicialmente adotou as mesmas coordenadas do seu congênere paulista, o PRP, começou a se diferenciar deste gradativamente, em detrimento da radicalização de algumas de suas posições. O republicanismo gaúcho se diferenciou do paulista, na medida em que, na defesa da abolição da escravatura, recusou a cláusula que previa indenizações aos proprietários dos escravos. Ou seja, a postura do Partido Republicano gaúcho consolidava-se por não admitir, sob hipótese alguma, concessões às mudanças que se alinhavam no horizonte nacional. Entretanto, os republicanos, embora contassem menor número, eram prestigiados por alguns setores da opinião pública, quando da proclamação do 15 de Novembro.

Nesse contexto, o Visconde de Pelotas havia aceitado o convite de Júlio de Castilhos e de Ramiro Barcellos para assumir o comando do Governo Provisório, entretanto este era oriundo do Partido Liberal. Designou-se, então, o próprio Júlio de Castilhos à Secretaria do Governo Estadual, começando, assim, a derrubada dos liberais dos cargos públicos e organizando-se uma nova estrutura policial, de forma a retirar poderes do presidente provisório em benefício do chefe de polícia.⁹⁵

Pressionado por antigos liberais, assim como por republicanos, o Visconde transferiu por decreto o poder a Júlio de Castilhos, que, por sua vez, utilizando de toda sua cautela, indicou o general Júlio Anacleto Falcão da Frota como presidente do Estado, governo que durou poucos meses, pois Frota renunciou no início de maio de 1890. O governo de Deodoro nomeou outro militar desvinculado da região, o Gal. Candido Costa, porém quem assumiu foi o novo vice-presidente, Francisco Tavares, francamente hostilizado pelos castilhistas, o que o fez recuar e renunciar. Da mesma forma, no fim de março de 1891, o general Candido Costa teve seu pedido de exoneração concedido pelo Presidente Deodoro, tendo assumido o cargo o vice-presidente Fernando Abbott, responsável pelo ato nº 192, que regulava as eleições e a composição da Constituinte. A nova constituição foi aprovada em 14 de julho, e também fora eleito, nessa mesma data e de forma indireta, Júlio de Castilhos para presidente do Estado.

Dono de um estilo autoritário, Castilhos, que tinha no positivismo sua sustentação ideológica, aproximava-se da forma com que Deodoro da Fonseca dirigiu os

⁹⁵ CABEDA, Corálio Bragança Pardo. Apontamentos sobre a relação de Júlio de Castilhos com os militares. In: GUNTER et al. (Org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova; Memorial do Ministério Público, 2005. p. 21. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *1893: A revolução além da fronteira*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 26.

primeiros anos da recém instaurada república. Detentor do poder de nomear ou destituir funcionários, Castilhos provocou um verdadeiro expurgo dos liberais dos cargos municipais e estaduais, deixando clara sua intenção de montar uma eficiente máquina de controle político, para o qual os liberais seriam o maior entrave. Todavia, logo nos primeiros momentos do seu governo, Júlio de Castilhos já tinha deixado perceber seu autoritarismo, que provocou rupturas entre amigos, antigos fundadores do PRR, a exemplo de Assis Brasil, Barros Cassal, Borges de Medeiros e Ramiro Barcellos. A oposição, antes somente formada por liberais, os antigos donos do poder, agora contava com dissidentes do próprio partido republicano.

Os federalistas, agrupados em torno de seu líder, Silveira Martins, reuniram-se em Bagé, lançando oficialmente o Partido Federalista, e articularam uma possível volta ao governo rio-grandense, pronunciando-se, nesse período, como oposição aos castilhistas. Defensor de uma república parlamentarista, Silveira Martins expunha, ainda, a possibilidade de se fazer um plebiscito para escolher-se a forma ou o sistema de governo.⁹⁶ Os federalistas teciam estratégias para serem reconhecidos como força política, com vistas a mando do Estado, esforçando-se para se defenderem das acusações que os associavam aos monarquistas, sendo este o principal argumento dos castilhistas para forjar uma maciça e sistemática perseguição aos federalistas.

Partindo da concepção positivista – segundo a qual a política gira em torno do estabelecimento de uma conciliação entre a ordem e o progresso, baseada no “livre desenvolvimento da iniciativa individual” –, os republicanos entenderam que o Estado deveria exercer um papel, uma função, em que executasse uma ação reguladora sobre os grupos e classes sociais, de forma a promover um desenvolvimento equilibrado de ambos os setores de produção. Cabia, ainda, a intervenção do Estado para harmonizar a existência e o uso da propriedade, pois partia do princípio de “(...) que sendo social em sua formação, deve a riqueza ser também social em sua aplicação, considerava Comte a propriedade como uma função pública e não como um direito de usar e abusar”.⁹⁷

Porém, como aponta Cruz Costa, o Estado, para os positivistas, “(...) não deveria ser político, mas simplesmente técnico”.⁹⁸ Via-se, assim, a ordem política e as necessidades políticas a partir da ótica do grupo no poder, para atendê-lo como um

⁹⁶ RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *1893: A revolução além da fronteira*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 28. In: *República Velha* (1889-1930). GOLIN, Tau (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 . t. 1.

⁹⁷ LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 578.

⁹⁸ COSTA, João Cruz. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981. p. 20.

órgão acima das classes sociais. Temos, aí, a noção de um Estado que intervinha na sociedade para atingir uma harmonia social, que no limite tinha o intento de integrar o proletariado à sociedade moderna.

Esses mesmos positivistas, tendo se organizado justamente num período em que a diversificação tanto da produção quanto da exportação provocava necessidades na área, propuseram um projeto de organização social baseado no desenvolvimento de todos os setores da produção gaúcha. A vitalização do Rio Grande do Sul era entendida a partir da diversificação da produção gaúcha, sendo que os setores mais desenvolvidos, tais como a pecuária, deveriam ser mais taxados, possibilitando melhores condições aos setores em expansão. Sob esta perspectiva, podemos entender a postura adotada pelo PRR em relação à aplicação de impostos no RS, que estabeleceu o imposto territorial e distinções na cobrança de taxas de exportações, as quais eram mais elevadas para os produtos provenientes das grandes propriedades pecuaristas.⁹⁹

O Partido Republicano Rio-grandense, baseado em sua orientação positivista, concebeu um Estado que encaminhava o desenvolvimento conforme as necessidades do bem público. Acreditando em uma espécie de livre concorrência como estabelecadora de “relações normais” na sociedade (porém com a ressalva de intervir diretamente quando estivessem ligados diretamente com os interesses coletivos), considerava que a administração direta ou a intervenção do Estado na economia só era legítima quando dissesse respeito a serviços públicos que tivessem relação com o chamado “interesse da coletividade”. Nesse sentido, o Estado foi projetado durante os governos do PRR, como um administrador do bem público, cuja preocupação restringia-se a garantir a liberdade individual e a regular o mercado. Fica claro que o controle do desenvolvimento sempre fora realizado através do planejamento de orçamento, tendo o PRR, em sua “sã política econômica”, tentado racionalizar as medidas referentes ao aparelho estatal, objetivando uma receita sempre maior do que as despesas, evitando déficits orçamentários.¹⁰⁰ Tendo

⁹⁹ Sem analisar como a ideologia “positivista” – que informou os republicanos castilhistas – interferiu nas ações do PRR, Love viu apenas o que pareciam indicar certos atos republicanos, como: “A grande fonte de renda provincial nos anos de encerramento do Império era a taxa cobrada sobre todos os gêneros e mercadorias saídos da Província. O primeiro legislativo republicano alterou esta política ao fazer distinções entre diferentes tipos de mercadorias. Agora, foram cobradas taxas altíssimas sobre dois tradicionais produtos de exportação do Estado, o charque e os couros (6% e 9%, respectivamente), com o agravante de uma discriminação regional contra a Campanha, já que o Litoral e a Serra estavam se tornando cada vez mais agrícolas e começando a produzir bens manufaturados”. LOVE, Joseph. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 21.

¹⁰⁰ Parecer da Comissão de Finanças da Assembléia de Representantes do RS – AAR, 1921. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 21.

ainda transferido o poder de legislar ao Presidente do Estado, cabia apenas à Assembleia de Representantes a finalidade de aprovar os orçamentos propostos pelo executivo, o que possibilitou, ainda, a reeleição do presidente e dos intendentes municipais (prefeitos).

Fornecendo-se os instrumentos legais para controlar ininterruptamente o poder por parte do PRR, implantou-se mesmo uma “ditadura científica” no RS, de modo a tornar a Constituição Rio-grandense foco das discordâncias dentro da classe dominante gaúcha em devido: a) princípio da “ditadura científica”, com a reunião das funções legislativas no presidente e a redução do governo às funções técnicas; b) princípio da continuidade administrativa, garantida pela reeleição do presidente e dos intendentes, que ainda podiam indicar seu sucessor; c) e por último o princípio da não-interferência do Estado na sociedade, executando uma política antiprotecionista baseada no livre mercado.

O estágio de desenvolvimento das forças produtivas no sul, assim como as possibilidades advindas para a área devido à expansão do mercado, logo no início do período republicano, já com o esboço dos processos de concentração urbana e de instalação das primeiras unidades fabris a partir da intensificação do comércio, forneceram as bases concretas para que tal tipo de ideologia se tornasse dominante. Ou seja, os positivistas castilhistas/borgistas capitalizaram as disponibilidades correntes, propiciando

(...) alternativas práticas e práticas/teóricas que não chegaram a impugnar a existência do mundo em que seus portadores viviam, mas pelo contrário, propiciou tal existência (...) enfim, um modo de pensar adequado à articulação dos homens rio-grandenses entre si e com o meio ambiente”.¹⁰¹

O positivismo dos republicanos atendeu às necessidades da classe dominante gaúcha, de uma forma geral, até o momento em que a expansão do capitalismo e as condições de mercado propiciaram uma situação de prosperidade para o RS, sendo, dessa forma, viável um desenvolvimento natural de suas forças de produção. Essa situação perdurou até o início da década de 1920, mantendo-se essas correlações de

¹⁰¹ MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional* – estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. São Paulo: FELCH/USP, 1972, p. 87.

forças ao nível regional e nacional, de forma a conservar e garantir a hegemonia do PRR no Rio Grande do Sul, por estarem sustentadas por alianças junto ao governo federal.¹⁰²

Dessa forma, em junho de 1922, apareceram notícias de execuções judiciais de fazendeiros endividados,¹⁰³ levando os criadores a dirigirem-se com insistência a Borges de Medeiros, sendo que este se tornara, agora, o alvo das pressões dos criadores. Estes solicitaram ao governo do Estado não só redução de tarifas da Viação Férrea, mas também prorrogação de outros impostos, tal como imposto territorial.

Enfim, o governo de Borges, em última estância, não concedeu créditos especiais aos criadores por estar orbitando no âmbito da ideologia “positivista”, fonte de inspiração do grupo dominante no poder do Rio Grande do Sul. Com isso, os interesses da pecuária rio-grandense, no período da crise de 1921/22, não foram satisfeitos pelo Estado, visto a configuração em que estava organizado o PRR. Devido às condições externas e internas favoráveis, fora viável um desenvolvimento contínuo das forças de produção do Rio Grande do Sul, e os mecanismos de poder e o projeto político do PRR não sofreram maiores questionamentos. A ditadura científica, o livre mercado, o combate a monopólios e privilégios, tudo isso era prática do PRR, e, ainda que encontrasse ponderações pessimistas, continuou orientando a política econômica do governo de Borges. Na década de 1920, o desenvolvimento das forças de produção e o acirramento da concorrência tornaram inviável a estratégia do PRR para o Rio Grande.

Nesse sentido, no movimento dos pecuaristas, abriu-se um espaço para atuação dos grupos de oposição rio-grandense. Esses grupos de oposição, que na sucessão presidencial de Epitácio Pessoa apoiaram a candidatura de Bernardes contra a “Reação Republicana”, encabeçada por Borges e, conseqüentemente, o PRR, tiveram uma conjuntura tanto regional quanto nacional, extremamente propícia à articulação dos grupos sociais rio-grandenses contra o domínio do PRR.

¹⁰² Referente às alianças iniciadas no governo de Floriano Peixoto, renovadas no período de Campos Sales e mantidas sem dificuldades até a campanha presidencial de Bernardes (1921), momento em que Borges rompeu com a “política dos governadores”, desencadeando a “Reação Republicana”. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981. p. 23.

¹⁰³ “E ninguém ignora que estas execuções não se limitaram apenas às que já conhecemos, mas que se multiplicaram em número e proporções, escoradas pela fria indiferença com que nossos governos vêm assistindo a esse descalabro”. CORREIA, Carlos. Imposto territorial. *Correio do Povo*. 6/6/1922. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981. p. 52.

2.4 A formação das oposições no RS e a ascensão de Assis Brasil à candidatura das eleições de 1922

Após a Revolução Federalista, o PRR controlou o poder, alijando do governo a fração da classe dominante derrotada, sempre concentrando os poderes em um mesmo chefe. Assim, as desavenças, em última instância, eram sempre de ordem política. Com a falta de rodízio necessário, girando em torno de um regime ditatorial ou liberalizante, as lutas políticas, inclusive dentro do próprio partido do PRR, com a evasão de muitos dissidentes do mesmo partidos, agora investidos em outros interesses.

Desde a morte prematura de Júlio de Castilhos, em 1903, acumularam-se tensões dentro do PRR. Tornou-se presidente do Estado, por indicação de Júlio, e com a morte deste, Borges de Medeiros, cujas mãos passaram a concentrar todos os poderes, bem como as funções de chefe do partido e de chefe do governo. Como decorrência dessa centralização de poderes, começou a confundir-se a administração governamental com a partidária, convergindo-se sempre todas as questões a Borges de Medeiros, que passou a utilizar-se de um poder praticamente absoluto, imiscuindo-se tanto nas questões estatais como nos assuntos partidários.

Os problemas começaram a acirrar-se quando da ruptura de Fernando Abbott com a orientação política imposta por Borges de Medeiros, candidatando-se à presidência do RS à eleição de 1907. Ficou exposta, já desde aí, uma crescente tensão no PRR, entre correntes que preconizavam duas formas distintas de regime republicano: regime ditatorial positivista e regime liberal.

O grupo liberal tem sua origem na onipresença do executivo estadual, personificado na figura de Borges de Medeiros em todos os assuntos partidários e governamentais, tornando todas as questões dependentes de suas decisões. Fernando Abbott, ao expressar as aspirações do novo grupo liberal, manifestou-se contra o arbítrio governamental, mostrando-se a favor do governo e da Constituição.

Na busca de apoio, entraram em contato com elementos descontentes com a situação do RS, tendo Fernando Abbott dirigido-se a Assis Brasil por meio de telegrama.¹⁰⁴ Assis Brasil, na condição de dissidente do Partido Republicano Rio-

¹⁰⁴ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 25.

grandense, por ocasião da elaboração da constituição do RS¹⁰⁵, tentou reconduzir os antigos dissidentes, aproveitando a brecha aberta pela tendência liberal no PRR.

(...) prefiro que a evolução que deve trazer a democracia seja deliberadamente propiciada pelos diretores do velho partido que conserva o nome e muitos elementos da gloriosa combinação que (...) ajudei a fundar. (...) Se, entretanto, o atual partido republicano insistir em desconhecer a imperiosa injunção da maioria do Estado e pretender impor novo governante sectário, para mandar discricionariamente ou ser prisioneiro e instrumento de uma oligarquia, considerarei dever cívico fazer pela vossa candidatura tudo o quanto puder. (...) Hastearemos a bandeira republicana histórica em face da ditadura. A questão não será de homens, mas de princípios.¹⁰⁶

Percebe-se, acima, uma referência ao fato de o Estado do Rio-Grandense ser instrumento de uma oligarquia, no sentido de ser controlado e dirigido por um único grupo restrito, revelando o que pretendiam os liberais com o seu ideal democrático: a circulação dos cargos político-administrativos, fazendo do Estado um instrumento da classe dominante como um todo.

2.5 Assis Brasil e a influência do liberalismo clássico à ideia liberal democrática

O ideal democrático liberal, no que se refere à questão de ser “instrumento de uma oligarquia”, no sentido de ser dirigido e controlado por um determinado grupo, revelou o que pretendia: a circulação dos cargos políticos administrativos, fazendo do Estado um instrumento da classe dominante como um todo.

Por fim, derrotado nas eleições, e sentindo na prática a extensão dos poderes do chefe do governo estadual, Fernando Abbott publicou, em dezembro de 1907, outro manifesto, apontando para a necessidade de uma revisão constitucional.¹⁰⁷ Com o intuito de congregiar todos os descontentes com o exclusivo controle do PRR no RS,

¹⁰⁵ Assis Brasil foi membro fundador do PRR desde 1882, vindo a ser também o primeiro deputado republicano a ser eleito à Assembleia Provincial do RS, em 1884. Com a instauração da República, foi encarregado de, juntamente com Ramiro Barcelos e Júlio de Castilhos, da elaboração do projeto da Carta Constitucional de 1891 que levou Assis Brasil para dissidência, trocando, logo depois, a vida política rio-grandense, e postando-se a favor do corpo diplomático brasileiro.

¹⁰⁶ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 26.

¹⁰⁷ FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 77-80.

reuniram-se Assis Brasil e Fernando Abbott com alguns membros da Comissão Diretora do Partido Federalista¹⁰⁸, para discutirem as formas de atuação das oposições rio-grandenses.

Num sistema de dominação da República Velha, baseado numa estrutura de poder coronelista, essas lideranças surgiram com o caráter personalista, em uma reação em cadeia, onde chefes locais concederam o apoio de seus seguidores a chefes regionais, e assim subseqüentemente. Assis Brasil, uma vez tendo consolidado sua liderança, lançou as bases programáticas do Partido Republicano Democrático, o PRD. Tomaram essa denominação a fim de explicitarem as diferenças que mantinham em relação ao Partido Republicano Rio-grandense, o que ficou no discurso de Assis Brasil:

A denominação que de direito nos compete é simplesmente a de que é o Partido Republicano. Nessa denominação, como ela sempre foi usada e entendida no RS e no Brasil, está implícita a idéia democrática. Se adotamos agora o adjetivo que a declara expressamente, é para nos distinguirmos da criação moderna, em plena existência e atividade neste Estado de um Partido Republicano ditatorial. (...) o que quero apenas deixar assinalado agora é que, em matéria de doutrina, o que nos separa dos nossos correlegionários que também se denominam Republicanos – é a questão do fundamento e exercício de autoridade: eles querem-na residindo em uma só pessoa, com poder de fazer as leis, executá-las e distribuir justiça; nós desejamos vê-la constituída pela soberania popular e exercida por poderes responsáveis, separados e harmônicos. Parece pouco mas é muito.¹⁰⁹

Destarte, as divergências entre republicanos e democratas localizavam-se justamente na origem da autoridade, ou seja, se era formada representando correntes de opinião ou imposta por determinado grupo, e se atuava dividindo as funções ou se estaria concentrando os poderes. Longe do aparelho estatal, a fração da classe dominante gaúcha buscou, ferrenhamente, ampliar as bases de sua representação do Estado, com o objetivo de ter acesso aos cargos de decisão e participar da elaboração das diretrizes governamentais. Todavia, o objetivo maior seria, com essa participação nos cargos político-administrativos, orientar a política do governo rio-grandense, condicionando e patrocinando, mais de perto, os interesses agropecuários no RS. O

¹⁰⁸ Ver ANTONACCI, op. cit. p. 27.

¹⁰⁹ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Ditadura, Parlamentarismo, Democracia*. Porto Alegre: Globo, 1908, p. 19, 20 e 21.

próprio Assis Brasil expõe esta ideia em sua obra *Ditadura, Parlamentarismo, Democracia*, onde indica que:

O partido que se organizasse no RS, poderia, por exemplo, arregar-se a defesa das seguintes teses: - manutenção da paz pública; extinção da irritação existente causada pela linguagem intemperante da imprensa política; abertura de um porto para navios de grande calado, consagrando a esse objetivo o que hoje se gasta com a manutenção de um exército estadual; valorização da indústria pastoril e da terra pela exportação da carne fresca e não reduzida a uma terça parte do seu peso e valor, como agora acontece com a fabricação do charque; restauração da lavoura de trigo e desenvolvimento de outras próprias dos climas temperados; localização dos colonos nos campos e não nas florestas, etc.¹¹⁰

Na tentativa de impor uma nova perspectiva de desenvolvimento de governo do RS, os grupos da oposição fizeram força para tirar o Estado do controle total e exclusivo do PRR. Por esse motivo, foi formando e organizando, sob a liderança de Assis Brasil desde 1908, em torno de idéias liberais-democráticas¹¹¹.

Assis Brasil marcou sua volta à vida política do RS imprimindo, ao PRR, as idéias que desenvolvera nos anos em que ficara afastado do cenário político rio-grandense, quando esteve em missões diplomáticas na Argentina, em Portugal e nos Estados Unidos. Deixou tais idéias expostas em obras como: *Democracia representativa – Do voto e do modo de votar*¹¹² e *Do governo presidencial na república brasileira*.¹¹³

Entretanto, para se falar nas idéias de Assis Brasil, devemos antes rever brevemente que a história clássica do liberalismo é a história de como os direitos tornaram-se uma precondição, de maneira que a soberania pareceu ser a criatura dos direitos para qual proteção ela existia. As primeiras fontes modernas do liberalismo clássico podem ser caracterizadas como uma espécie de corpo, com as formulações

¹¹⁰ Assis Brasil a Prudente de Moraes. 27/10/1901. AAB In: ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições e a revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 29.

¹¹¹ AITA, Carmen S. A. *Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. Assis Brasil*. Tese de doutorado defendida em dezembro de 2006 no PRPPG-PUCRS, p. 166.

¹¹² ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Democracia Representativa – Do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1893.

¹¹³ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Do governo presidencial na República brasileira*. Lisboa: Nacional, 1896.

teóricas que defendem um Estado constitucional, ainda com uma ampla margem de liberdade civil, consistindo sua doutrina basicamente em três elementos: a teoria dos direitos humanos, o constitucionalismo e a economia clássica.

Sabe-se que a luta formativa do liberalismo foi a reivindicação de direitos, quer de cunho político, econômico ou religioso, mas, principalmente, na tentativa de controlar o poder político. Contudo, se a cultura moderna é normalmente associada a uma profusão de direitos individuais, poderíamos entender que, historicamente, a liberdade estaria relacionada ao advento da civilização moderna. Dessa forma, pode-se concluir que as raízes do liberalismo podem ser encontradas na experiência histórica da modernidade.

Porém, a complexidade do pensamento liberal, dispendo de uma fusão entre a herança clássica e as demandas da modernidade de inspiração democrática, sob o prisma do refinamento filosófico da linguagem política, envolveria questões cujo cerne seriam o direito, o mercado, a virtude e a representação. Tal entendimento está explícito no discurso parlamentar de Assis Brasil.

O acréscimo das rendas públicas deve ser baseado, de preferência, no aumento da produção, da riqueza e do comércio, na boa distribuição e arrecadação dos tributos, e não na agravação deles. Deve prevalecer o regime aduaneiro mais liberal em tudo quanto contribuir para tornar barata e sadia a vida do país produtor.”

O comentário seria de mau conselho, porque não caberia dentro do tempo de que disponho. Só direi duas palavras. O Brasil, senhores - é questão de fato, qualquer de nós pode averiguá-lo, qualquer de nós o sabe, bastando para isso tomar a sério o papel de legisladores, de representantes da Nação – o Brasil era, até uma dezena de anos atrás, o país cristão, mas, agora, o é de todo o mundo, sem excluir os muçulmanos, os brahmanes, os feticistas, ou qualquer dessas mil extravagâncias que povoam a terra do *mal seme d’Adamo*, na expressão do sublime. Dante, é o país do mundo que mantém mais altas tarifas aduaneiras, e é também o país do mundo que colhe menor soma de tributos a título de importação! Pois a qualquer espírito claro não se impõe nitidamente a necessidade de estudar este paradoxal absurdo, de ver em que assenta o doloroso disparate.

Diante do que fora exposto pelo próprio Assis Brasil, fica claro que o interesse era uma redução nas tarifas aduaneiras, ou melhor, dos pesados impostos estabelecidos sobre determinados produtos, nesse caso, o charque e o gado, para que a classe dos

produtores e criadores revertesse o quadro de prejuízos nesse setor da economia gaúcha. Assim, a disputa entre dois sistemas políticos distintos, inclusive em suas origens filosóficas, motivaria Assis Brasil a colocar em prática sua própria concepção, construída, em grande parte, quando das suas participações nas ações diplomáticas brasileiras.

Com as distorções feitas na interpretação dos arts. 9º, 18§, e 3º da Constituição Estadual de 1891, os assististas, notadamente os mais ilustrados, exigiram que o candidato Borges de Medeiros, para vencer o então candidato da oposição, personalizado na figura de Assis Brasil nas eleições de 1922, deveria obter não as três quartas partes dos sufrágios, mas sim de todo o eleitorado, ou seja, todos os votos inscritos na eleição. Entre as tantas respostas às provocações da oposição assistista, coube ao parlamentar João Neves da Fontoura, da tribuna da Assembléia de Representantes, ratificar, “conforme a lei”, a quinta reeleição do candidato do Partido Republicano Rio-grandense, Borges de Medeiros.

João Neves da Fontoura inicia seu discurso suscitando a oportunidade de rebater ao ataques dos opositores dos governistas e do próprio Borges, de forma que João Neves aponta para uma oportunidade única de elucidação por parte dos governistas a uma “definitiva liquidação de vários aspectos jurídicos do pleito, suscitado nesta instância pelas oposições, que a ele recorram e que não se fadigam de os martelar nas seções editoriais pelas da imprensa daqui e do Rio de Janeiro”.¹¹⁴

[...] Quero ocupar-me de uma das feições mais salientes e mais discutidas do caso – a inteligência que deve ser dada à letra dos arts. 9º e 18§ da Carta de 14 de julho. Já na sessão de 22 de dezembro, respondendo ao nobre Deputado da minoria, o Sr. Dr. Alves Valença, tive ocasião de expor *per summa capita* o meu modo de entender o assunto, então trazido prematuramente a debate.

O art. 9º da Constituição Estadual admite a reeleição do Presidente desde que esse mereça três quartas partes dos sufrágios do eleitorado.

Nenhuma outra palavra acompanha este vocábulo, palavra que esclareça, amplie ou restrinja. O artigo alude simplesmente ao eleitorado.¹¹⁵

¹¹⁴ Fragmento do debate realizado na 34ª Sessão da 9ª Legislatura da Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul, em 24 de janeiro de 1923, In: AITA, Carmen (org.). João Neves da Fontoura. Discursos (1921-1928). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, nº 1, 1997, p. 40-1, 45-6, 48.

¹¹⁵ Fragmento do debate realizado na 34ª Sessão da 9ª Legislatura da Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul, em 24 de janeiro de 1923, In: AITA, Carmen (org.). João Neves da Fontoura.

Entretanto, em sua ratificação à candidatura de Borges, João Neves tenta apontar para o detalhe de que eleitorado seria. Se ao eleitorado inscrito em registros oficiais ou seria mesmo às massas que realmente fazem peso nas urnas e, que efetivamente é a massa votante. Neste sentido o mesmo João Neves tenta elucidar a questão quanto ao tipo de eleitorado que deveria ser entendido pelo exposto no art.47º da Constituição Federal. Estando amparado pelo art. 47º, indo contra o desejo dos opositores que, queriam que fosse entendido que o candidato deveria ser eleito por sufrágio direto com a maioria absoluta dos votos, entendendo que a maioria deveria ser calculada pelo número total de inscritos no pleito. Assim, neste sentido também foram os pareceres de Aristides Milton e de Silva Marques. Porém, Júlio de Castilhos, escreveu naquela ocasião palavras que tirariam todas e quaisquer dúvidas restantes, entendendo que “(...) o supremo funcionário nacional deve ser eleito pela nação, representada pela maioria do eleitorado que se compõem de todos os cidadãos ativos (...)”.¹¹⁶

Todavia, João Neves apontou para uma interpretação distorcida dos opositores, salientando que para o “grande republicano, o eleitorado seria o conjunto de cidadãos ativos que comparecem às urnas e não simplesmente o rol dos indivíduos relacionados nas listas autênticas.”¹¹⁷ Em um discurso firme, Neves procurou estabelecer a importância do entendimento dos art. 9º e 18§ 3º, da Constituição Estadual, deixando claro que:

[...] Seja como for, o certo é que o congresso da República, em todos esses longos anos de regime democrático, tem entendido e com boa razão que a maioria absoluta é calculada sobre o número de eleitores que votaram. Eis aí, Sr. Presidente, o elemento histórico, o fator analógico postos em linha de conta e testemunhando que a exegese dos textos em debate tem de ser a adotada sempre pela Assembléia, nas reeleições anteriores. [...] O que sempre se evidencia em matéria de eleições da maioria é o cômputo dos sufrágios. O sufrágio é o ponto de referência de toda a vida cívica.

Discursos (1921-1928). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, nº 1, 1997, p. 40-1, 45-6, 48.

¹¹⁶ Fragmento do debate realizado na 34ª Sessão da 9ª Legislatura da Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul, em 24 de janeiro de 1923, In: AITA, Carmen (org.). João Neves da Fontoura. Discursos (1921-1928). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, nº 1, 1997, p. 40-1, 45-6, 48.

¹¹⁷ Fragmento do debate realizado na 34ª Sessão da 9ª Legislatura da Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul, em 24 de janeiro de 1923, In: AITA, Carmen (org.). João Neves da Fontoura. Discursos (1921-1928). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, nº 1, 1997, p. 40-1, 45-6, 48.

Sufrágio universal é o lema da escola política que predomina em todos os países do mundo; ninguém fala eleitorado inscrito, ninguém toma para termo de comparação das votações obtidas ou a obter para a consecução de um mandato. Assim, adotado o sistema do voto proporcional, como faz a libérrima lei rio-grandense a base para a obtenção do quociente eleitoral é o número de eleitores que votaram. Esse é também o sistema adotado por Lastarria na Política Positiva, esse foi proposto já em 1870 pelo Duque de Richmond à Câmara dos Comuns na Inglaterra. [...] O próprio Assis Brasil assim pregava em um livro científico já em 1896 e a sua escapatória de ontem, a sua retificação *pro domo*, de última hora, antes nos traz a idéia de que serão seus documentos inapagáveis, quando das vicissitudes da política obrigarem o autor dos diplomas mentais ao rodopio de cata-vento, sacudido pelos temporais do interesse ou da ambição. Sinto, Sr. Presidente, que se aproxima a hora das definições irrevogáveis e que devemos todos os que temos assentos nesta Casa tomar a atitude que nos impõe nossa consciência, o exame desapassionado do pleito em debate. Por mim já elegi, diante do exame que fiz de todos os pontos da matéria discutida. Voto pelo reconhecimento de S. Exa. O Sr. Dr. Borges de Medeiros e voto sinceramente, de alma aberta, como quem não teme que o seu sufrágio seja acoidado de parcial ou suspeito.¹¹⁸

Porém, antes mesmo de apurado o resultado das eleições de 1923, os principais opositoristas já manifestavam, veementemente, sua desconformidade com o resultado previsto, alegando que houvera parcialidade nas Comissões de Constituição e Poderes da Assembléia dos Representantes, que estava a examinar e dar o parecer sobre o processo eleitoral – tendo, então, o candidato Assis Brasil proposto a constituição de um tribunal de honra, que pronunciará um veredicto irrevogável.

Embora, a princípio, Borges tenha, aparentemente, aceitado, sugeriu que o julgamento do pleito fosse submetido à decisão arbitral do Presidente Arthur Bernardes, logicamente após o parecer da Assembléia e dentro dos termos da lei. Assis Brasil, entretanto, aspirava um tribunal que julgasse soberanamente, podendo, inclusive, indagar da constitucionalidade da lei eleitoral. Todavia, a proposta de Assis Brasil não vingou, mas este chegou a solicitar, por fim, uma apreciação analítica da Constituição de 1891, referente ao processo eleitoral, ao seu colega Rui Barbosa. Este o fez, porém o parecer de Rui Barbosa sobre o caso do Rio Grande do Sul ficaria inacabado.

¹¹⁸ Fragmento do debate realizado na 34ª Sessão da 9ª Legislatura da Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul, em 24 de janeiro de 1923, In: AITA, Carmen (org.). João Neves da Fontoura. Discursos (1921-1928). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, nº 1, 1997, p. 40-1, 45-6, 48.

[...] Desta noção tem resultado, não somente ser restrito a um curto prazo o termo de exercício da primeira magistratura, senão também vedar-se a reeleição do que ocupa, recriando-se que a faculdade contrária importante em deixar ao chefe do estado aberta a porta à perpetuidade no gozo da soberania.¹¹⁹

Rui Barbosa passa a explicar a necessidade da rotatividade dos chefes de estados, deixando claro que a perpetuação ou até mesmo a manutenção de um mesmo chefe, iria contra uma das “(...) características da forma republicana seria a própria limitação, rigorosamente temporária, de poder do chefe da nação, contraposta à duração (...)”.¹²⁰ Continua Rui Barbosa:

[...] Destarte a constituição inescrita derogou a constituição escrita, assentando-se que o cidadão uma vez reeleito não podia sê-lo segunda vez, ainda quando esta não fosse imediata daquela (Macy and Gannaway, *op. cit.*, p. 51.). Ainda, porém, circunscrita essas proporções, a reelegibilidade não obteve o assentimento dos constituintes americanos mais zelosos da segurança e pureza das instituições. Para o demonstrar, basta a opinião, energicamente expressa, de Jefferson. “A razão e a experiência nos afirmam”, dizia ele, “que o primeiro magistrado será sempre reeleito, uma vez que for reelegível. O cargo será, então, vitalício.” (Carta a Madison. Jeffers. Correspond, v. II, p. 274-275. Story: Commentaires, v. II, 4. ed., 1873, p. 289, not. 3.).”

Consulta a reeleição presidencial indefinida, por ventura permitida pela constituição do Estado do Rio Grande do Sul, vai ou não de encontro ao regime republicano instituído pela constituição da República?

Admitida, por hipótese, a constitucionalidade daquela reeleição indefinida, o presidente que estiver em exercício do cargo, para ser considerado reeleito, segundo a constituição do Rio Grande (arts. 9 e 18§ 3º) precisa conseguir o sufrágio de três quartas partes do eleitorado, ou basta que consiga apenas o sufrágio de três quartos dos que forem às urnas?

Esta consulta foi levada pessoalmente por mim a Rui Barbosa poucos dias antes dele subir para Petrópolis, onde faleceu. Assis Brasil. 1923.¹²¹

¹¹⁹ Parecer de Rui Barbosa em texto manuscrito, datado de 1923, integrante do acervo documental da biblioteca de Pedras Altas. Acervo Família Assis Brasil. In AITA, Carmen S. A. *Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. Assis Brasil*. Tese de doutorado defendida em dezembro de 2006, no PRPPG-PUCRS. p. 140.

¹²⁰ Parecer de Rui Barbosa em texto manuscrito, datado de 1923, integrante do acervo documental da biblioteca de Pedras Altas. Acervo Família Assis Brasil. In AITA, Carmen S. A. *Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. Assis Brasil*. Tese de doutorado defendida em dezembro de 2006, no PRPPG-PUCRS. p. 140.

¹²¹ Parecer de Rui Barbosa em texto manuscrito, datado de 1923, integrante do acervo documental da biblioteca de Pedras Altas. Acervo Família Assis Brasil. In AITA, Carmen S. A. *Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. Assis Brasil*. Tese de doutorado defendida em dezembro de 2006, no PRPPG-PUCRS. p. 140.

Assis Brasil, ao recorrer a um dos maiores juristas da república, expôs as origens filosóficas de seu projeto político. Alinhado ao federalismo americano de Rui Barbosa, então no leito de morte, Assis Brasil tornaria pública sua concepção iluminista de revolução, com um projeto planejado e amadurecido, ao longo de sua experiência, desde a sua obra publicada em 1896.

Os conflitos propriamente constitucionais podem todos encontrar solução legal e pacífica nos instrumentos que a Constituição presidencial pode oferecer, como em outras páginas desta obra fiz ver. Mas, quando o chefe do estado cometer brutalidade de declarar cessante a lei e vigente apenas sua vontade, tem abdicado a autoridade que a nação lhe delegou, tem-se despido da majestade legal, ela, nação, exerce o verdadeiro direito de desalojá-lo pela força. É o direito de revolução. A nação delega, mas não abdica a soberania.

[...] Sempre dependerá menos das disposições constitucionais que do estado de capacidade do povo para ser bem governado. Nenhuma Constituição produzirá, pela sua própria virtude, revoluções, nem violências de qualquer ordem, se os homens que exercem o poder estiverem suficientemente aperfeiçoados para evitar rompimentos, transigindo mutuamente e sabendo amar a pátria ao ponto de sacrificarem os seus caprichos à consideração do sossego público.

[...] Entretanto, as revoluções, sem deixarem de ser incidente sempre possível na vida dos povos, não podem, desgraçadamente, ser regulamentadas. É preciso, por um lado, reconhecer o direito que o povo tem de fazê-las, e emudecer diante das hipóteses legais em que elas devem produzir-se. É um dos pontos fracos do limitado engenho humano. Só a educação da liberdade e do bom senso é que pode aconselhar cidadãos na distinção dos casos em que convém usar de tão extraordinário direito, e, ainda estabelecidos tais casos, é necessário uma circunspeção quase inatingível para saber se o uso do direito não traria males superiores ao bem que se procura. Se me fosse lícito fazer neste sentido um regulamento, eu o gravaria nestas poucas palavras; “Diante de um governo legal, embora cometa erros, ou aplique mal as leis, o patriotismo manda recorrer aos meios de responsabilidade legal e ter paciência, até que passe o tempo de tal governo; diante de um governo que abandona ostensivamente as leis fundamentais, deve-se, na maioria dos casos, apelar para a violência”.¹²²

¹²² *Do governo presidencial*. In: AITA, Carmen S. A. *Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. Assis Brasil*. PRPPG-PUCRS, 2006. p. 140.

Tendo interpretado a revolução como um direito dos povos usurpados em sua soberania, Assis Brasil assumiria a veia rousseauiana, de forma a mobilizar um ciclo de resistência liberal, que se perpetuaria até 1926 e que, ao alcançar toda a nação, precipitaria um novo cenário ideológico que desembocaria em 1930. Portanto, pode-se creditar, em grande medida, ao pensamento político assisista a subsequente reforma constitucional com a qual nem o próprio Rui Barbosa havia obtido êxito, em uma vida de luta intensa.

Quando se trata de definir verdades urgentes e, sobretudo, quando estas arrancam com a mesma energia do coração e da cabeça, não preciso obedecer às regras clássicas de Quintiliano, de Cícero ou de Horácio. Eu desprezarei, pois as leis obrigatórias do discurso e, dando por feita a análise que deve preceder a síntese, vou logo a esta, para vos dizer não tanto o que eu sou nas circunstâncias presentes, que é quase nada, mas o que represento é quase tudo, se não for tudo: se houve guerra civil no Brasil, se formalizou e corporificou o recurso doloroso ao emprego da força para a reivindicação do direito, se mais uma vez, enfim, no curso da nossa vida nacional, campeou o monstro que faz horror a tanta gente, mas que nenhum homem de sentimento e integridade cívica pode repudiar, se houve uma revolução – essa guerra civil, esse recurso à força, essa revolução tiveram por objeto a paz! É bem a paz que todos queremos, e ninguém com mais ardor que os chamados revolucionários.

[...] Vede, em cada destes gestos largos que instintivamente faço acompanhar a minha palavra, o clássico “gesto augusto” do sementeiro. A terra, não amanhada, recusa-se a entregar o seu seio fértil; é então que o arado concorre com a sua bendita revolução que concluiu sempre por fazê-la frutificar. Todos os que vós chamais revolucionários, todos os opositoristas do Brasil, toda a inúmera gente que pensa – todos estamos persuadidos de que o trabalho preparatório está concluído.¹²³

¹²³ Discurso proferido na sessão de 2 de junho de 1927, na Câmara dos Deputados, In: BROSSARD, 3º v., op. cit., 11-2, 22. In AITA, Carmen S. A. *Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. Assis Brasil*. PRPPG-PUCRS, 2006. p. 141.

A postura adotada por Assis Brasil denota um sentido amplo na sua forma de agir, moldada pelo próprio pensamento político assisista, pois que, nos caminhos de Rousseau, através de sua mobilização liberal, possibilitou, em grande parte, a referida reforma constitucional, adiantando, dessa forma, um cenário ideológico que o Brasil vivenciaria.

3. FRONTEIRA E TRANSPOSIÇÕES: DAS ELEIÇÕES À REVOLUÇÃO E O ENGAJAMENTO DO CORONEL NEPOMUCENO SARAIVA ÀS FILEIRAS REPUBLICANAS

3.1 Fronteiras: ora problemas, ora soluções

A formação do território sulino, como fora mencionado anteriormente, tem origem na questão estratégico-militar, pois eram vastas as regiões desguarnecidas em suas fronteiras. Assim, a própria formação do gaúcho na região da campanha tem um duplo caráter: o de povoar e o de guarnecer essa região, cujas fronteiras eram fáceis de transpor. Como num efeito em cadeia, as transposições de uma fronteira, tanto de um lado quanto do outro, fazem surgir uma atividade muito corriqueira nas regiões de fronteira zona, sem algum obstáculo natural, possibilitando a prática ilícita do contrabando, fato comum nas regiões da campanha sulina desde a formação e configuração dos seus limites com o Uruguai e a Argentina.

Assim, durante a República velha, o comércio ilícito, bem como a sonegação fiscal foram fartamente mencionados, mesmo que sem um aprofundamento nos relatórios administrativos e nos discursos de parlamentares e governantes do Rio Grande do Sul, indicando a visibilidade do tema para a época.¹²⁴ As questões que concernem à atividade ilícita do contrabando, tendo origens ainda no período colonial, nos remetem a uma ideia de que o contrabando foi, desde o princípio da formação do território sulino, praticado com certa tolerância, por não haver condições necessárias para o controle e a fiscalização nas largas extensões fronteiriças. Sem um guarnecimento necessário para o controle, tal prática, ao mesmo tempo em que prejudica as atividades comerciais, possibilita também uma maior propulsão ao mercado concorrente, por em última estância gerar um fator de concorrência ao mercado interno das regiões afetadas pela prática do contrabando. Um exemplo disso ocorreu na Câmara

¹²⁴ AXT, Gunter. *Dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul*. Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 2002. p. 2.

da vila de Uruguaiana em 1857, que estava convencida de que o comércio ilícito era maior do que o lícito e reclamava que não havia um órgão ou autoridade que combatesse e reprimisse com autoridade o contrabando e o roubo de gado, práticas prejudiciais para a arrecadação dos impostos e a fortuna de particularistas, que desta forma viam-se obrigados a baixar seus preços para conseguir concorrer nos mercados. Ainda em 1857, chegou à vila de Uruguaiana a Comissão do Porto de Rio Grande, com o objetivo de apurar a forma de fiscalização executada pela administração da alfândega, gerando revolta na Câmara de Vereadores, a qual alegou que a fiscalização desta Comissão se devia a interesses em acabar com o comércio feito pelo rio Uruguai, fluindo este comércio para o Porto de Rio Grande.¹²⁵ Tentando apurar os favores e os tipos de concessões que a administração do Porto fazia, em relatório da Câmara dos Vereadores,¹²⁶ fica claro que a administração concedia favores e privilégios, mas agia com honestidade, não existindo abusos.¹²⁷

Nota-se, portanto, que o comércio ilícito era conhecido pelas autoridades brasileiras e, com certeza, como se pode observar através dos relatórios expedidos pelos fiscais, também pela província vizinha, visto que era um modo de fazer circular os produtos produzidos, tanto no lado argentino como no lado brasileiro.¹²⁸ Todavia, vários problemas acarretavam o contrabando, largamente praticado por pessoas que tinham propriedades perto das linhas de fronteira e por comerciantes que vinham até a região desde os tempos em que estas terras de fronteira pertenciam a Espanha e Portugal. Dessa forma, uma fiscalização somente seria realmente eficaz numa área consideravelmente extensa se houvesse vários postos fiscais, bem como a necessidade de coesão dos três países envolvidos nas transações com meios de fiscalização, mútuos e cooperativos entre si. Porém, tais práticas de fiscalização nunca aconteceram, até mesmo porque ocorreu a liberação da navegação dos rios Uruguai e Paraná. Portanto, havia certa convivência de ambos Estados e do Brasil para com os contrabandistas, pois

¹²⁵ COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. UPF, 2004. p. 187-188.

¹²⁶ URUGUAIANA. Câmara Municipal da Vila de Uruguaiana. Livro de Registros... (1849-1861). Acervo do Centro Cultural Pedro Marini. Uruguaiana. Arquivo Sala Raul Pont. p. 139v.-142v.

¹²⁷ COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. UPF, 2004. p. 188.

¹²⁸ COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. UPF, 2004. p. 189.

em todos os sentidos estava sendo facilitada a travessia de longas distâncias, por água e por terra, para a comercialização dos produtos contrabandeados.¹²⁹

Para Lilia Inês Medrano,

(...) a história do contrabando esteve intimamente ligada às fronteiras dos três países: Brasil, Uruguai e Argentina. Nesse triângulo tiveram grande participação as povoações de Salto (Uruguai), Restauración (Confederação Argentina) e Uruguaiana (Brasil), além de outras intermediárias, entre elas Concórdia (Argentina)”.¹³⁰

Ainda em torno do contrabando, graças à proporção e dimensão criada pela tarifa especial na purificação e na solidificação do regime republicano, surgiu a primeira chance para a formatação da política econômica castilhistas, logo após a tomada do poder estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR). A tarifa especial referida era um mecanismo de equilíbrio entre interesses conflitantes na antiga Província de São Pedro, consubstanciados na divisão entre o alto comércio urbano litorâneo, convergente para as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, assim como o comércio fronteiriço, de maneira que este era significativamente determinado pela forte presença do contrabando de mercadorias com o Uruguai e a Argentina.¹³¹ Rui Barbosa, ao assumir o Ministério da Fazenda do Governo Provisório, esboçou o perfil do conflito. Argumentava que a tarifa especial era uma demonstração de fraqueza do Governo Brasileiro na região, cujo único efeito prático foi de enriquecer alguns comerciantes fronteiriços. O Governo Provisório considerou a tarifa especial um sustentáculo da autonomia dos estancieiros da fronteira, muitos dos quais que eram o coração do Partido Federalista, criado em 1892 cujos interesses se conectariam aos dos comerciantes locais.¹³²

Em primeiro de fevereiro de 1890, o Decreto nº 196, de autoria do ministro Rui Barbosa e, também, do senador Ramiro Barcelos, organizou a Delegacia Fiscal e a

¹²⁹ COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. UPF, 2004. p. 189

¹³⁰ MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889)*. 1989. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. p. 183.

¹³¹ BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil war in Southern Brazil*. University of Pittsburg, Ph.D., 1985. 31-2. p. 62.

¹³² BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil war in Southern Brazil*. University of Pittsburg, Ph.D., 1985. 31-2. p. 64.

extinção da tarifa especial.¹³³ Além disso, João Curvello Cavalcanti, então Delegado Fiscal da Fazenda no Rio Grande do Sul, baixou Circular em 28 de fevereiro de 1890, proibindo a concessão de guias de trânsito para mercadorias ingressas no país pela fronteira, reinstituindo as zonas fiscais, que se tornaram obsoletas durante a vigência da tarifa especial. Essa medida foi ratificada pelo Decreto nº 805, de 4 de outubro de 1890, com base no Artigo 644 da Consolidação das Leis de Alfândegas de 1885, conformando as zonas fiscais em ¼ de légua além da linha divisória das municipalidades fronteiriças.¹³⁴

A fiscalização, porém, reftreava-se à ascendência formal do comércio fronteiriço, estimulando, assim, a ação dissimulada do contrabando. Por mais empenhados que estivessem os guardas e fiscais aduaneiros, uma forte dose de cumplicidade coletiva, independente de filiação partidária ou extração social, continuou favorecendo o descaminho dos tributos durante toda a República. No transcurso da linha divisória com o Uruguai, o contrabando era especialmente facilitado pela significativa presença de proprietários brasileiros nos departamentos limítrofes. Uma estimativa de 1863 indicava que, de uma população de 180 mil habitantes, cerca de 40 mil eram brasileiros, os quais possuíam aproximadamente a metade do território Uruguaio.¹³⁵

O contrabando e a corrupção em torno da fiscalização eram uma resposta cultural das populações fronteiriças diante de um problema estrutural, determinado pela histórica integração econômica entre os países platinos, pelo regime de tarifas escorchantes, pelo sistema precário de transportes, bem como pela própria legislação brasileira, que, mesmo antes de coibir o comércio ilícito, incentivava-o indiretamente. O Decreto nº 2431, de 8 de janeiro de 1897, restabeleceu as zonas fiscais no Rio Grande do Sul. A partir de então, as zonas foram progressivamente estendidas até cobrir todo o território gaúcho, o que foi consumado com o Decreto de 1916. As guias de trânsito passaram, então, a ser exigidas em qualquer operação mercantil, mesmo no caso do deslocamento de uma simples carreta de um arrebalde de Porto Alegre para o centro da cidade. Tinham de acompanhar mercadorias estrangeiras e nacionais, pouco importando a quantidade, o valor, a origem e o destino. Essa exigência criava um regime de exceção no Rio Grande do Sul, que submetia ao comércio uma burocracia infernal e gravava a

¹³³ AXT, Gunter. *Dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul*. Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 2002. p. 2.

¹³⁴ SILVA, J. Resende. *A fronteira do sul*. Estudo geográfico e econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 480.

¹³⁵ AXT, Gunter. *Dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul*. Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 2002. p. 3.

população com um imposto injusto, pois cada guia precisava ser autenticada com um selo de 2\$000, que apenas em Porto Alegre gerava cerca de 160 contos por ano, já que eram expedidas em média 80 mil guias de trânsito anualmente. Porém, mais grave que este custo era o ônus total. Se um negociante da capital tivesse de remeter uma mercadoria a um cliente do interior, precisaria de 13 documentos diferentes em várias vias, totalizando 25 folhas de papel, que custariam 7.400 réis de estampilhas, exigiriam 96 assinaturas, e nada mais que 7.492 letras manuscritas, que, à média de cinco letras por palavra, produziriam 1.500 palavras! O processo ao todo exigiria 14 diferentes caminhadas, entre o banco, a alfândega, a mesa de rendas e a estação de trem.¹³⁶

Essa cadeia de equívocos era um evidente convite à desobediência. Além do mais, as alfândegas não dispunham de pessoal suficiente para fiscalizar cuidadosamente o conjunto dessa documentação. As estradas de ferros, por sua vez, nunca chegaram a levar tais exigências a sério e embarcavam as mercadorias com ou sem as guias de trânsito. Finalmente, não havia guardas suficientes para monitorar a chegada das mercadorias aos destinos declarados.¹³⁷

Ainda pelo Decreto de 1916, as mesas de renda federais estavam impedidas de facultar a importação de certos produtos. Dessa forma, se um negociante despachasse uma partida de tecidos ou vestuário, por exemplo, de Buenos Aires para São Borja, mesmo querendo pagar os tributos, não poderia cruzar a fronteira, porque as mesas não estavam habilitadas, nesse caso, a autorizar o trânsito em valores acima de 500\$000 por pessoa. Ao comerciante não restava outra saída a não ser cruzar a fronteira através do campo, em carretas ou lombo de mulas, ou atravessar o rio com pequenas balsas, pois a alternativa oficial de penetração por Uruguaiana comprometia o lucro da operação com o frete.¹³⁸ Soma-se a esse quadro a extraordinária deficiência do sistema de transportes no Rio Grande do Sul, com hidrovias subutilizadas, ferrovias sucateadas e ineficientes, portos caros e embarçados. O regime fiscal brasileiro era definitivamente pesado e cumulativo.¹³⁹

A postura do governo gaúcho em relação ao contrabando foi, num primeiro momento, determinada por uma aliança política que amarrava o castilhismo a Deodoro,

¹³⁶ SILVA, J. Resende. *A fronteira do sul*. Estudo geográfico e econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 500.

¹³⁷ SILVA, J. Resende. *A fronteira do sul*. Estudo geográfico e econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 492.

¹³⁸ SILVA, J. Resende. *A fronteira do sul*. Estudo geográfico e econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 539.

¹³⁹ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2001. p. 439.

ao florianismo, às ligas operárias e ao alto comércio de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. A tentativa de reversão do Decreto nº 196, pelo Decreto nº 590 de 17 de outubro de 1891, entretanto, não surtiu os efeitos desejados, pois atçou o descontentamento desse último segmento. Logo em seguida, Julio de Castilhos foi surpreendido com o movimento de reação ao golpe de Deodoro, sendo constrangido a deixar o governo. Todavia, ao retornar ao poder, em 17 de junho de 1892, encontrou na fronteira um dos principais focos de resistência federalista. A partir de então, tornou-se motivo de preocupação para Castilhos que o poder local fosse exercido por régulos leais a sua causa, os quais, durante e após a Revolução Federalista, gozaram considerável margem de manobra.

A retórica oficial justificava o convênio de 1899 em vista do interesse mútuo da União e do Estado na repressão. Justamente no ano em que a arrecadação estadual dera um salto, ficou claro que a região da fronteira não vinha contribuindo com as mesmas proporções de aumento. Produtos agropecuários evadiam-se pela fronteira argentina e uruguaia sem pagar os direitos estaduais, sendo, nesses países, trocados por manufaturas estrangeiras, as quais eram contrabandeadas para dentro do Brasil, entorpecendo o comércio litorâneo e deprimindo a arrecadação estadual.¹⁴⁰

Com o convênio, o governo de Borges de Medeiros demonstrava boa vontade diante da política anticontrabando do Ministério da Fazenda e satisfazia às pressões dos comerciantes litorâneos, além de perseguir os objetivos de Estado. Porém, a convivência entre os poderes nunca foi tranqüila. Embora *A Federação* divulgasse contínuas notas sobre os sucessos da guarda fiscal, o contrabando não parava de crescer, constatação feita pelos fiscais da Fazenda lotados no Estado. O relatório do inspetor de alfândega de Rio Grande, em 1906, acusava o Estado de não repassar convenientemente os recursos às forças de repressão, comprometendo sua eficácia. Denunciava, ainda, este inspetor estar a fronteira entregue aos contrabandistas, os quais encontravam suporte e proteção em diversas fazendas, onde existiam depósitos de trânsito das mercadorias, sem que tal fato motivasse a averiguação por parte das forças públicas. A acusação foi repelida na Câmara pelo Deputado São-borjense Homero Batista.¹⁴¹

¹⁴⁰ FURTADO, Francisco J. Relatório do Diretor Geral do Tesouro, Secretaria da Fazenda, 1899, p. 15. IN: AXT, Gunter. *Dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul*. Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 2002. p. 8.

¹⁴¹ BATISTA, Homero. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 4 de outubro de 1911. IN: AXT, Gunter. *Dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul*. Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 2002. p. 8.

Mesmo no período do Convênio aduaneiro, a Delegacia Fiscal do Ministério jamais abdicou de manter no Estado uma força própria. Arregimentava de 200 a 450 praças, de forma que o número variou conforme sucessivos decretos federais. Com os Decretos nº 7.865, de 1910, e nº 10.037, de 1913, elevaram-se respectivamente o número de guardas a cavalo da Delegacia de 225 para 275 e 450. Porém, já o Decreto nº 12.328, de 1916, reduziu-a novamente para 200, devido a uma contenção de despesas gerada em face da crise de recursos enfrentada pela União em função da Guerra. Tentou-se compensar, dessa forma, a diminuição do efetivo policial, com o sistema mais burocrático das guias de trânsito exigidas em todo território sul-rio-grandense.¹⁴²

Entretanto, qualquer que fosse o número de guardas montados, o serviço de repressão, estadual e federal mal fazia cócegas no comércio ilícito. Os contrabandistas conheciam os detalhes da fronteira: caminhadas ocultas, passos, picadas, ilhas, banhados. Mantinham, ainda, estreitos laços pessoais e de interesse com os habitantes da região, especialmente os fazendeiros, comerciantes e industriais. Gozavam de familiaridade junto aos capatazes e agregados das estâncias, criados no mesmo fogão, e de onde, muitas vezes, estes saíam. Eram valentes, audazes, estavam sempre em boa montaria e muito bem armados e municados. Na fronteira, existiam verdadeiras companhias, muitas delas comandadas por orientais, reunindo nunca menos de 12 homens e organizadas segundo as melhores precauções das artes militares e sempre prontas para o combate.¹⁴³ Na realidade, em toda a fronteira, grupos armados invadiam as cidades à noite, envolvendo as rodas das carretas com panos. Durante a descarga, ou a desova das mercadorias nas casas comerciais de distintos cidadãos, a rua era fechada por sentinelas embaladas, que bloqueavam o trânsito de pedestres e veículos. Na cidade de Uruguaiana, onde, segundo uma estimativa oficial da Inspetoria Fiscal de 1907, atuavam cerca de 120 contrabandistas¹⁴⁴, a usina de eletricidade costumava entrar em pane em noites de entrega, sendo as máquinas reparadas tão logo os contrabandistas, camuflados pela escuridão, se retirassem de volta para Passo de Los Libres.¹⁴⁵ A usina

¹⁴² SILVA, J. Resende. *A fronteira do sul*. Estudo geográfico e econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 448; 466.

¹⁴³ Carta de Francisco Gomes Góes Filho a Borges de Medeiros, Santana do Livramento, 19 de novembro de 1905, nº 8175, Arquivo Borges de Medeiros. IN: AXT, Gunter. *Dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul*. Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 2002. p. 9.

¹⁴⁴ A Federação, Porto Alegre, 24 de setembro de 1907.

¹⁴⁵ SILVA, J. Resende. *A fronteira do sul*. Estudo geográfico e econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 575.

pertencia à mesma família que administrava a casa comercial mais importante e maior casa bancária da cidade.¹⁴⁶

Inúmeros são os indícios de envolvimento de importantes casas comerciais com o contrabando, o mesmo acontecendo com autoridades governamentais, nos mais diversos escalões, as quais agiam em prol de interesses próprios ou visando a objetivos políticos e militares. Durante as revoluções orientais e sul-rio-grandenses, o contrabando de armas de lado a lado era uma prática governamental. Outro exemplo disso foi a participação de João Francisco na revolução uruguaia, pois sua participação era estratégica para a manutenção do domínio castilhistas na fronteira e contava com a aprovação de Castilhos e Borges de Medeiros. Através dele, o governo gaúcho contrabandeou armas para os *blancos* pela linha divisória.¹⁴⁷ Nas mobilizações militares, não apenas a Brigada Militar, mas também a guarda fiscal era utilizada. Em contrapartida, o exército brasileiro aquartelado na fronteira, fazia de tudo para combater os *blancos* e dar cobertura aos *colorados*, tradicionais aliados do governo brasileiro. Os maragatos, por sua vez, uniam-se aos *colorados* e armavam possível investida contra o borgismo. Com a morte do principal líder *blanco*, Aparício Saraiva, a revolução nacionalista se dispersou e a aliança com o castilhismo se rompeu. Já em 1906, João Francisco negociou, com o apoio de Borges, um acordo com Batlle, Presidente uruguaio, no qual se comprometia com a neutralidade nos conflitos vizinhos, ganhando, em troca, sentença favorável da Justiça oriental em diversos processos¹⁴⁸, muitos dos quais relativos às práticas de contrabando e sonegação fiscal, movidos contra correligionários republicanos com interesses estabelecidos naquele país, entre os quais o irmão de João Francisco, Bernardino Pereira de Souza.¹⁴⁹

Outro episódio revelador ganhou grande destaque nas memórias do General de Brigada José Antônio Flores da Cunha. Pouco antes da eclosão da Revolução de 1923, Flores da Cunha, então intendente de Uruguaiana, recebeu do próprio Borges de Medeiros um cheque no valor de “setenta e poucos reis”¹⁵⁰, emitido contra o Banco

¹⁴⁶ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2001. p. 459.

¹⁴⁷ Cartas de João Francisco Pereira de Souza a Borges de Medeiros e a Júlio de Castilhos, Santana do Livramento, 19 de outubro de 1903, nº 8.152, e 4 de janeiro de 1904, nº156, Arquivo Borges de Medeiros.

¹⁴⁸ Cartas de João Francisco Pereira de Souza a Borges de Medeiros e a Júlio de Castilhos, Santana do Livramento, 19 de outubro de 1903, nº 8.152, e 4 de janeiro de 1904, nº156, Arquivo Borges de Medeiros.

¹⁴⁹ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2001. p. 459.

¹⁵⁰ CUNHA, José Antônio Flores da. *A campanha de 1923*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 11.

Holandês em Buenos Aires, para adquirir, secretamente, naquela cidade, material bélico necessário para aparelhar os Corpos Provisórios que faziam a defesa do regime ameaçado pela insurreição libertadora.¹⁵¹ Ou seja, o próprio governo, nesse caso, seria o contraventor, em sua investida no contrabando de material bélico, como ocorrido no episódio descrito por Flores da Cunha.

O percurso da organização das estações de fisco no Rio Grande do Sul durante a República velha sugere que Borges de Medeiros, ciente da tendência de declínio do nível de renda na região sulina, procurou tornar mais ativa a presença da Secretaria da Fazenda nos municípios da depressão e da região norte. Paralelamente a isso, ampliou competências das estações fiscais da fronteira, ao mesmo tempo, atendendo reivindicações dos habitantes locais e demonstrando o intuito de aprofundar o controle sobre a atividade econômica da região, especialmente no que tange à exportação e ao imposto territorial.

Esse quadro permaneceu inalterado até a assunção de Getúlio Vargas ao poder, quando uma reengenharia na estrutura fazendária consagrou os postos de arrecadação da Região Norte e Depressão Central, indicando que o foco da arrecadação estadual deslocava-se dos impostos de exportação e territorial para a circulação e serviços.¹⁵² Entretanto, Borges de Medeiros, pretendendo melhorar o desempenho da arrecadação pública, arriscou duas fortes investidas, em fins de 1903 e a partir de 1914, sobre a rede de corrupção, contrabando e sonegação que encharcava a atividade econômica da fronteira. Nota-se que, em ambos os casos, a arrecadação estadual estava conjunturalmente afetada, pelo ajuste econômico imposto à nação por Campos Salles e pela conjuntura de guerra. Em ambos os casos, o poder pessoal de Borges de Medeiros estava fortalecido, em primeiro lugar pela morte de Castilhos, em 1903, e pelos ajustes processados nas situações políticas nacional e municipais durante o quinquênio Barbosa Gonçalves. Porém, Borges, que tinha os inspetores e os delegados fiscais sob seu comando direto, agentes políticos na região, precisou se aliar a outras correntes partidárias, conseguindo vitórias parciais e obrigando-se a continuar o convívio com o contrabando e a sonegação, o que evidenciava os limites do poder infraestrutural do Estado.

¹⁵¹ AITA, Carmen & AXT, Gunter. *Perfil parlamentar de José Antônio Flores da Cunha*. Discursos, 1909-1930. Série Perfis Parlamentares, .v 3, Porto Alegre: ALRS/Corag, 1998. p. 160-163.

¹⁵² AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2001. p. 463.

Enfim, e finalmente, a capacidade do Estado de promover investimentos e melhorias, atentando às demandas dos eleitores, punha por terra as pretensões locais de insubordinação. Chegava-se assim a um círculo vicioso, pois os investimentos dependiam do aumento da receita, que era diretamente proporcional à intensificação da atividade econômica e a maior pressão criada pela fiscalização sobre o contrabando e a sonegação. As encampanações de 1919 e 1920 do porto e da ferrovia¹⁵³ viriam a representar no horizonte governativo, pelo menos teoricamente, a dupla contingência de apertar o controle político sobre a sociedade civil e constituir novos campos de receita. Portanto, esperava Borges um natural aumento da arrecadação fiscal após as encampanações, tanto pela via do fortalecimento da autonomia relativa do poder central estadual no âmbito da rede de compromissos coronelísticos, quanto pelo favorecimento à atividade mercantil litorânea em detrimento da fronteira, através da adoção de programas que estimulassem cada vez mais a convergência do fluxo mercantil para a capital, utilizando para isso o traçado da malha viária e a navegação lacustre.¹⁵⁴

A questão referente a participações de estrangeiros no cenário rio-grandense, está entrelaçada com a própria formação do território sulino, posto que a própria história do gaúcho fora forjada entre guerras e batalhas, desde os enfrentamentos entre portugueses e espanhóis até o período analisado, notadamente a Revolução de 1923. A intromissão de uruguaiois nas lutas internas do Rio Grande do Sul e a de gaúchos nas lutas uruguaiois foram, durante mais de um século, acontecimento comum na história dos dois povos.¹⁵⁵

A situação do RS na passagem do Império para a República foi o momento em que adquiriu expressão o fracionamento da classe dominante gaúcha. Com a estruturação de grupos oponentes a partir de estratégias políticas para classe dominante em particular e a área rio-grandense em geral, instaurou-se um processo de luta intraclasse no RS.

Da mesma forma com que, ao decorrer dessa história, desenvolviam-se ideais inspiradas nas mudanças ocorridas na Europa, desde o fim do Império às primeiras décadas da República, mudanças operaram-se na área rio-grandense nesse período,

¹⁵³ AXT, Gunter. *Política portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul (1900-1930)*. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/FEE/UNIVATES, 1998. p. 179.

¹⁵⁴ Relatório da Comissão de Orçamento. *Anais da Assembléia dos Representantes*, sessão de 19 de novembro de 1906. IN: AXT, Gunter. *Dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul*. Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 2002. p. 19.

¹⁵⁵ FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. op. cit., p. 64.

fazendo surgir uma nova conjuntura no RS, da qual emergiram forças sociais, ligadas agora ao desenvolvimento da lavoura, pequena criação, assim como um incipiente comércio e o próprio surgimento da indústria no Estado. A própria República trouxe consigo novos atores que moldariam o cenário político e econômico rio-grandense, havendo um reajustamento dessas forças sociais, que provocaram pressões na estrutura de poder vigente no RS, sob o controle dos criadores e charqueadores, tudo para instalar uma “nova ordem”. Essa ordem assumiu um caráter de movimento político, com interesses encaminhados pelo grupo organizado no PRR, sob a liderança de Júlio de Castilhos, consolidando-se no RS a ordem republicana em meio ao fracionamento da classe dominante gaúcha, e com a sua formação de grupos políticos.

Com o golpe de 15 de novembro, o grupo republicano tomou posse do aparelho estatal instituindo esta nova ordem, com princípios positivistas, o que fez eclodir a luta armada no RS de 1893/1895 a Revolução Federalista, envolvendo toda a área sulina:

A instabilidade política no Rio Grande do Sul repercutia no país vizinho, estando as autoridades uruguaias atentas aos acontecimentos gaúchos. Este fato estava estreitamente ligado com o envolvimento de lideranças políticas uruguaias na contenda gaúcha. (...) à Revolução Federalista, foram identificados neste estudo Gumerindo Saraiva e seu irmão Aparício Saraiva, ou *Saravia* conforme grafia de seu país, como nomes de maior importância no arranjo federalista uruguaio.¹⁵⁶

Percebe-se, antes mesmo da Revolução de 1923, os reflexos da participação de elementos de origem uruguaia, no RS, no período da Revolução Federalista 1893/1895, demonstrada na obra de Reckziegel, em *A diplomacia marginal*, onde fica evidente a transposição de elementos brasileiros e uruguaios na fronteira sulina. Porém, em 1923, também elementos de origem uruguaia, sob o comando de Nepomuceno Saraiva (Saravia) e seu contingente de soldados, participariam de forma direta no conflito que se desenvolvia no Estado, o que foi descrito pelo próprio Nepomuceno na bibliografia *Memórias de Aparício Saravia*. Nesse sentido, cabe a seguinte indagação: Qual o sentido, objetivo destes em fazerem frente em uma guerra que pouco, ou quase nada, afetou o território uruguaio? Aliás, outro detalhe importante seria a corrente política

¹⁵⁶ RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. 1893: A revolução além da fronteira. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 28. In: *República Velha* (1889-1930). GOLIN, Tau (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, t. 1.

defendida por Nepomuceno Saraiva, que era o Federalismo Uruguaio. Destarte, quando, como e onde ocorreu a participação dos uruguaio na revolução de 1923 é o cerne da questão levantada por este estudo. Entretanto, é necessário contextualizar essa aproximação entre os republicanos gaúchos e os federalistas de Nepomuceno. Para tanto, foram confrontados os depoimentos constantes nas obras de participantes, tanto na opinião do republicano e General Flores da Cunha e Ferreira Filho, ambos aliados de causa do uruguaio contratado por ordem do próprio Flores, assim como o do federalista e opositor Adalberto Corrêa, incluindo, neste sentido, a memória familiar dos Saraiva, personificada na figura de Sergio Saraiva.

Contudo, vale salientar que, antes mesmo da luta armada, ocorreu no RS uma luta constitucional entre o Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Federalista, havendo uma coalizão de federalistas com outros grupos da oposição que operaram, tendo em vista um objetivo comum das oposições gaúchas que seria combater o poder exclusivo do PRR. Esta mesma coalizão lançou a campanha de Assis Brasil pelo Partido Federalista contra mais um mandato de Borges de Medeiros, para a disputa das eleições de 1922.

3.2 Da luta constitucional nas urnas ao Pacto das Pedras Altas

Ao término das eleições de 25 de novembro de 1922, o foco de atenções estava concentrado na Assembléia dos Representantes, onde eram feitas as apurações. A bancada da minoria, não tendo acesso aos trabalhos da Comissão de Constituição e Poderes, pleiteou para a Assembléia dos Representantes sua função de órgão apurador. Todavia, a Comissão de Constituição e Poderes era formada por Getúlio Vargas, diretor republicano da política de São Borja, que fora indicado por Borges de Medeiros e eleito ao cargo de deputado federal, além de compor esta Comissão o Presidente do Conselho Municipal de Cruz Alta, Vasconcelos Pinto, e Ariosto Pinto.¹⁵⁷

Na verdade, acreditava-se que Borges de Medeiros não alcançaria os três quartos da votação necessária, conforme exigência do artigo 9º da Constituição rio-grandense, para a sua reeleição. Dessa forma, mesmo antes que a Comissão de Constituição e Poderes proferisse o resultado, a oposição havia solicitado um Tribunal de Honra para julgar a questão da reeleição. A oposição indicou como exemplo a atitude do próprio

¹⁵⁷ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 97.

Borges de Medeiros, que pouco antes, na eleição presidencial de Bernardes, apoiara a formação de um Tribunal de Honra, sob alegação de que o Congresso Federal carecia de imparcialidade para julgar sua eleição.

Borges aceitou o arbitramento de um tribunal, desde que o pleito estivesse submetido aos cuidados do presidente da república Arthur Bernardes. Este, todavia, sentindo as tensões do momento, não aceitou o convite. Dessa forma, a idéia da oposição, de um tribunal, não vingou, posto que Assis Brasil exigia um tribunal que indagasse da constitucionalidade da lei eleitoral, com o que Borges não concordava.

Em 16 de janeiro de 1923, a comissão de Constituição de Poderes deu por encerrados seus trabalhos ao concluir pela vitória de Borges de Medeiros, que alcançou uma expressiva votação, contabilizando 106.360 votos, contra os 32.216 votos obtidos por Assis Brasil, que deveria alcançar, para impossibilitar a reeleição do adversário, uma margem superior, devendo ter a quarta parte dos sufrágios.

Estando claro que as oposições não estavam dispostas a aceitar a vitória de Borges, Assis Brasil fora ao Rio de Janeiro, numa tentativa de recorrer às instâncias superiores da nação.¹⁵⁸ Entretanto, em 25 de janeiro de 1923, Borges de Medeiros assumiu mais um mandato na presidência do Rio Grande do Sul para o período de 1923-27, esgotando-se, assim, as possibilidades de luta constitucional entre as frações da classe dominante rio-grandense, posto que a Assembléia de representantes havia reconhecido a reeleição de Borges.

A oposição não aceitou passivamente o resultado das eleições, e, enquanto Borges assumia a presidência do Estado, em 25 de janeiro de 1923, tinha início o movimento armado na região serrana do RS. Nesse sentido, os federalistas organizaram-se e começaram a atacar as tropas do governo estadual. Essa organização e mobilização bélica, porém, havia começado antes mesmo da apuração do resultado das eleições de 1922, sendo que, na cidade de Passo Fundo, o deputado federalista Arthur Caetano iniciou as hostilidades ao governo do Estado, no dia em que Borges tomava posse para assumir mais um quadriênio.

Contando com o desencontro entre o governo federal e o de Borges de Medeiros no RS, a oposição pretendia, com o movimento armado, criar uma situação que ensejasse uma intervenção federal no Estado, pondo fim ao mandato de Borges. Por

¹⁵⁸ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 98.

esses motivos e perspectivas, Assis Brasil encontrava-se no Rio de Janeiro, porém alegava Bernardes não ter base constitucional para tal intervenção.

Essas hostilidades foram gradativamente aumentando e se expandindo pelo estado, até mesmo porque a Revolução de 1923, nos meses de janeiro e fevereiro, estava restrita a Passo Fundo, Erechim, Palmeira das Missões e Nonohay, e já no fim de abril tomava conta do RS. Nas diversas regiões do Estado, chefes rebelados contra Borges de Medeiros organizaram colunas revolucionárias, cujo efetivo “(...) variou segundo a região e o prestígio do chefe, que tinha o posto de general. As menos numerosas andariam pelos setecentos, enquanto outras, como as do Portinho e Honório deveriam oscilar entre mil e quinhentos e mil e oitocentos homens”.¹⁵⁹

A organização ocorreu de ambos os lados partidários, tanto dos republicanos quanto dos federalistas, e com a expansão da luta armada pelo estado, para centralizar e dirigir a revolução, os grupos da oposição organizaram no Rio de Janeiro um governo provisório e uma junta suprema, além de formarem comitês para auxiliar os rebeldes. Em São Paulo, por exemplo, “(...) dentro da redação do “O Estado de São Paulo”, os dois Julios de Mesquita, pai e filho, Francisco Morato, Plínio Barreto e Fernando Caldas constituíram um centro secreto para recolher dinheiro, comprar armas e munições, que eram levadas às colunas revolucionárias, especialmente às de Felipe Portinho”¹⁶⁰. Chegou-se a fundar determinadas Juntas Libertadoras em alguns municípios, com o objetivo de:

(...) embaralhar, perturbar a administração do usurpador, tornando um fato indiscutível a dualidade governamental do estado (...). A Junta, assim, irá, audaciosamente procurando apoderar-se do espírito público, formando assim um estado dentro do estado, começando pelos negócios municipais, até generalizar sua ação, envolvendo-se, imiscuindo-se em todos os negócios estaduais.¹⁶¹

O Estado sentiu a necessidade de fortalecer suas posições com as tropas da Brigada Militar, que foram acrescidas de novos contingentes, os chamados “Corpos Provisórios”¹⁶², compostos por civis, também conhecidos como “voluntário a

¹⁵⁹ FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. op. cit., p. 29.

¹⁶⁰ SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973, p. 59.

¹⁶¹ Governo Provisório do RS. Junta Libertadora de Pelotas. Ata nº I. 05/04/1923. AAB.

¹⁶² As Brigadas Provisórias, num total de cinco, todas sob o comando do General Emílio Massot, chefe da Brigada Militar. In: FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973, p. 30.

maneador”, homem incorporado à força¹⁶³, e de mercenários uruguaios¹⁶⁴. E é exatamente aqui que se desenvolve um cenário de ligação externa, até mesmo geopolítico, entre o Estado do RS, aliando-se a elementos uruguaios, por parte do governo estadual, tanto no contingente de mercenários contratados, bem como a aquisição de material bélico (armas e munições), na Argentina. Todavia, o objetivo dos revolucionários era manter o RS convulsionado, à espera de uma intervenção do governo federal de Bernardes, adotando, dessa forma, a tática de guerrilhas, com lutas dispersas, nunca havendo um emprego da totalidade de suas forças.

Os produtores gaúchos, já muito abalados com a situação do pós-guerra e sentindo os efeitos da revolução, manifestaram-se através de suas associações, pressionando os governos federal e estadual a encaminharem, ambos, soluções para o problema político rio-grandense. A partir de maio, chegavam notícias vindas do Rio de Janeiro, indicando que no centro do país já começavam a se sentir os efeitos da luta armada no Rio Grande do Sul.¹⁶⁵

3.3 As movimentações na região da campanha e a defesa ao cerco da cidade de Uruguaiana

Em 31 de março de 1923, a forte tropa revolucionária, com mais de mil homens, ocupa a cidade de Alegrete, comandada pelos caudilhos Gaspar Saldanha e Aníbal Padão, que puseram as autoridades de Alegrete em fuga, bem como o “Corpo Provisório”¹⁶⁶, que havia sido enviado a Alegrete pelo Comando Maior de Santana do Livramento. Todos se refugiaram em Uruguaiana.

Sendo intendente dessa cidade, Flores da Cunha, em princípios de 1923, recebeu um emissário de Borges de Medeiros, chamado Alceu Barbedo, chefe de gabinete que traria uma missão secreta, a qual constituía-se em uma ordem para que Flores da Cunha fosse a Buenos Aires.¹⁶⁷ O próprio Flores da Cunha expõe, porém sem precisar bem as

¹⁶³ A respeito do “voluntário a maneador”, ver FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973, p. 65.

¹⁶⁴ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 101.

¹⁶⁵ O Imparcial do RJ publicou em maio: “Com uma produção enorme o Rio Grande tornara-se o nosso celeiro, fornecendo-nos vários artigos de primeira necessidade: a banha, feijão, arroz, o charque, vinham dessas regiões agora assoladas e cuja a [sic] atividade fecunda a revolução paralisou”. IN: *Correio do Povo*. 8/5/23.

¹⁶⁶ FERREIRA FILHO, Arthur. *Revoluções e caudilhos*. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.12, 13 e 14.

¹⁶⁷ CUNHA, José Antônio Flores da. *A campanha de 1923*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 10.

datas, detalhes preciosos da referida campanha de 1923 e da aquisição do material bélico, por parte do governo de Borges, deixando claro que em relação à reeleição:

(...) não veio ao meu conhecimento a tramóia feita para declarar válida a eleição e, conseqüentemente, o Dr. Borges de Medeiros reeleito. Acreditei, com sinceridade, até há bem poucos anos, que, efetivamente, ele atingirá os três quartos exigidos pela Constituição.¹⁶⁸

Dessa viagem à Argentina, Flores trazia consigo uma carta de recomendação, para fazer negócios com o ex-presidente do Paraguai, Eduardo Sherer. Por já ter se desfeito do material bélico, este apresentou, também por carta, Flores da Cunha a Ramón Vidal, senador pela província de Corrientes, que, conforme Flores, era: “um homem de influência mais prestigiosa daquela região”. Estes marcaram encontro no Savóia Hotel, onde há poucos anos o senador residia. Continuando, Flores descreve a referida negociação bélica da seguinte forma:

Na entrevista, disse-me que, de fato, dispunha de certo armamento Mauser, tipo argentino, e de cento e tantos mil cartuchos, de calibre 7,65. Esse material porém estava disperso em vários departamentos da Província e, para juntá-lo, necessitava de algum tempo. Acrescentou que, na ocasião, não lhe era possível sair de Buenos Aires, mas que ia providenciar um amigo seu, leal e dedicado, me acompanhasse até a capital de Corrientes, para fazer a entrega do equipamento bélico referido. (...) em companhia do deputado Filipe Sollari (...). Mantive-me no Hotel Meca, no mais rigoroso e incógnito e sem sair à rua, durante vários dias, à espera para mim daquela valiosa aquisição. Por fim, regularizada a compra, embarquei em um vagão 400 carabinas Mauser, tipo argentino; 120.000 cartuchos de calibre 7,65 e os respectivos correames e cananas.”¹⁶⁹

Flores, ainda quanto à aquisição do material bélico, teve a exata noção de que teria problemas, ou melhor, dificuldades para despachar o material adquirido. Dessa forma, pôs mil pesos argentinos nas mãos do chefe da estação da estrada de ferro, o qual

¹⁶⁸ CUNHA, José Antônio Flores da. *A campanha de 1923*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1942, p. 8 e 9.

¹⁶⁹ CUNHA, José Antônio Flores da. *A campanha de 1923*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1942, p. 11, 12 e 13.

interpelou-o, por várias vezes, para saber a natureza, a origem da mercadoria que ele estava embarcando e se a mesma não continha *algodón-pólvora!*¹⁷⁰.

Na estação, ao serem pesada as devidas mercadorias, um dos caixotes abriu-se quase que por completo, conforme o relato do próprio Flores, “espirrando baionetas para todos os lados!”¹⁷¹.

Foi um momento de atribulação, senão de pânico, para mim e para os indivíduos que me auxiliavam a despachar aquela carga perigosa e cujo o [sic] destino se ignorava! Tanto mais quanto, é sabido, as populações daquelas regiões costumam freqüentar as estações ferroviárias, por ocasião das chegadas de trens, e, aquela, nessa tarde, estava repleta! Eram homens, mulheres, crianças e, sobretudo, muitos soldados da unidade do Exército argentino, cujo o [sic] quartel era fronteiro e distante poucos metros da estação!¹⁷²

Ao tentar transportar a carga para Uruguaiana, Flores da Cunha viu surgir o impedimento de que aquele material não era “*equipage*”¹⁷³ e que, portanto, a carga ficaria retida em Passo de Los Libres. Entretanto, os revolucionários já estavam a caminho para o inevitável confronto que se esboçava na região, o qual abrangeu não somente a cidade de Uruguaiana, mas também Santana do Livramento e Alegrete. Todavia, esse episódio teve início na primeira das três cidades mencionadas. Ficou claro que, devido à falta de material bélico na região, sem a mercadoria adquirida para a defesa da cidade de Uruguaiana, esta ficaria desguarnecida de suas posições, e totalmente exposta às investidas dos revolucionários. Desse modo, Flores da Cunha, recorreu à “interposição de pessoas amigas junto às autoridades aduaneiras e da Sub-Prefectura Marítima”¹⁷⁴, para que deixassem transitar aquelas mercadorias. Não obtendo sucesso em sua investida com a ajuda das autoridades aduaneiras e da Sub-Prefectura, Flores não revela, em sua obra, qual foi a forma que encontrara para que lhe fosse permitido partir, porém, ele refere que:

(...) Não houve nada que os demovesse do propósito em que estavam de impedir a saída imediata dos grandes caixões de armas e dos cunhetes de munição! Foi preciso agir de outro modo para que, decorridas várias horas de impasse, me fosse permitido partir, não sem

¹⁷⁰ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 13.

¹⁷¹ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 13.

¹⁷² CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 13.

¹⁷³ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 14.

¹⁷⁴ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 14.

antes me dizerem, em som gutural, próprio do falar guarani: - “Puede seguir, no más, señor!...”¹⁷⁵.

Retornando a Uruguaiiana, Flores ordenou que o material bélico fosse armazenado na intendência municipal, para que fosse feita a manutenção do armamento, a fim de que pudesse ser utilizado o quanto antes.

Após invadirem e tomarem a cidade de Alegrete, os revolucionários federalistas marchavam para sitiar Uruguaiiana. Em três de abril de 1923, os revolucionários, em número próximo a dois mil homens, cercaram Uruguaiiana, isolando-a por terra, mas ficando o rio Uruguai em poder dos defensores de Uruguaiiana, garantindo-lhes a comunicação por via fluvial e a livre passagem para o território da Argentina, o que foi de extrema importância para a estratégia dos defensores. Defesa esta que estava a cargo da Guarda Republicana, que fora organizada por Sérgio Ulrich e Flores da Cunha, este na qualidade de intendente e comandante civil da praça. Flores, com sua tropa a cavalo, fora de encontro à vanguarda inimiga, entretendo e tiroteando até certo ponto conhecido como “cerrito”.¹⁷⁶

Enquanto Sérgio Ulrich, com seus homens, improvisou trincheiras em todas as bocas de ruas, os sitiantes, depois de baldados esforços para penetrarem na cidade, retiraram-se no dia 5 de abril de 1923.

De regresso a Uruguaiiana, Flores não imaginava que, horas depois, grave perigo ameaçaria a vida dos que combatiam lado a lado, e a própria sorte da cidade. É que, saindo de Quaraí, em número muito maior que o efetivo dos defensores, o exército adversário, sob o comando de Honório Lemes, marchava aceleradamente na direção de Uruguaiiana.

Tendo conhecimento da aproximação dos revolucionários, Flores correu a cavalo para fora da cidade na direção do cerrito, e ali aguardou os reforços que determinara que fossem remetidos aos seus postos de defesas para inevitável confronto. Após a chegada dos reforços, prepararam a resistência, e Flores, tendo preparado a defesa, ficou surpreso, pois os revoltosos não apareceram, de modo que a tropa de Flores ficara no aguardo de uma possível investida dos revolucionários à noite, ou, quando muito, no dia seguinte. Eis a descrição do próprio Flores da Cunha do cerco de Uruguaiiana, nos dias 3 a 5 de abril de 1923:

¹⁷⁵ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 14.

¹⁷⁶ SILVA, Lucia Silva. *Uruguaiiana e os coronéis*. Porto Alegre: Evangraf, 2001. p.88.

Para a defesa de Uruguaiana contávamos com a polícia municipal, com amigos de Itaqui, sob a direção de Osvaldo Aranha, com os correligionários e autoridades que haviam, com o nosso auxílio, conseguido escapar de Alegrete, ocupada pelos adversários em armas, com 40 praças do 2º R.C. da Brigada Militar, encarregados do policiamento de Alegrete, que também vieram abrigar-se a nós, e, finalmente, com a Guarda Republicana, composta da mocidade dos melhores cidadãos de Uruguaiana, organizada e sob o comando do Dr. Sérgio Ulrich de Oliveira, chefe de nosso partido.¹⁷⁷

O contingente para a defesa de Uruguaiana, ao todo, não atingia 400 homens, que passaram a noite estendida. Iam desde as cercas externas do matadouro municipal, atravessavam a estrada geral que liga Uruguaiana aos municípios de Quaraí, Livramento e Alegrete, seguida pelos campos e chácaras situados ao norte e à esquerda da referida estrada, terminando nos campos próximos do arroio do Salso. Por volta de oito horas da manhã, desceu do cerrito, na direção de Flores da Cunha, a vanguarda inimiga, que contava com um contingente bem maior que o dos defensores, e que vinha comandada por Adalberto Correia. Quando os federalistas se aproximaram, Flores ordenou que abrissem fogo contra os inimigos, que, em desordem, debandaram em disparada, atordoados e surpresos com aquela emboscada, pois não sabiam da negociações feitas em torno do material bélico adquirido pela tropa dos republicanos. Após três descargas de fogo contra o inimigo que investia na invasão da cidade de Uruguaiana, Flores da Cunha aguardou novas investidas dos revoltosos, mantendo a tropa resoluta perante a situação, o dia inteiro, nas posições ocupadas. Esta negociação, aliás, foi feita às escuras, pois, ao buscarmos a descrição oficial de despesas com material de guerra, dentro da análise feita, nada foi encontrado nesse sentido – muito embora não esteja em xeque a veracidade da negociação desse material bélico em território argentino, até porque o episódio narrado parte do próprio Flores da Cunha, o qual, apesar de revelar muito a respeito das movimentações em torno da Revolução de 1923, por motivos óbvios, deixa em outro plano o que descreve como “agir de outro modo”¹⁷⁸. Assim,

¹⁷⁷ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 20 e 21.

¹⁷⁸ Referente à negociação feita em torno do respectivo material bélico comprado por Flores da Cunha em território argentino, e que, em detrimento de ser uma mercadoria de procedência duvidosa, este enfrentou certos entraves para atravessar a fronteira. Dessa forma, acreditamos no depoimento do próprio Flores, que, antes mesmo de ter oferecido propina para gendarmaria argentina, teria proposto ao condutor e

Flores da Cunha apenas afirma uma tentativa de suborno para que o maquinista do trem transportasse o armamento, porém, não esclarece como a gendarmeria argentina permitiu tal manobra, para que o material bélico entrasse em território brasileiro, o que irá se repetir com relação ao engajamento da tropa de Nepomuceno Saraiva junto às forças de Flores da Cunha.

Surpreso com a resposta enérgica dos defensores da cidade de Uruguaiana, Honório Lemes deslocou-se em direção a Alegrete, sendo seguido pelo grosso das colunas revolucionárias, enquanto outros se dirigiram para Quaraí e Rincão de Artigas, no município de Livramento. Honório Lemes reocupou a cidade de Alegrete, e o coronel Claudino Nunes Pereira havia recebido ordem de Flores da Cunha para retomar àquela cidade. Dessa forma, através das comunicações telegráficas, Flores ficou sabendo da ordem dada ao coronel Claudino Nunes, e partiu com trezentos homens rumo a Alegrete. O fato é que Flores, ao chegar a Alegrete, percebeu que a cidade já havia sido retomada pelo coronel Claudino Nunes, tendo regressado para Uruguaiana com seu efetivo. Ao chegar a Uruguaiana, combinou com seu irmão Guilherme de saírem, respectivamente, um de Livramento e outro de Uruguaiana, costeando o rio Uruguai em sentido contrário, de oeste para leste, fato ocorrido nos últimos dias do mês de abril. As forças já reunidas acamparam cerca de seis quilômetros a oeste de Livramento, nas imediações da linha divisória com a República do Uruguai.

Informado de que os destacamentos de Flores e Guilherme da Cunha estavam na linha de fronteira, Borges de Medeiros fez o pedido para que Flores, com todas as forças que tinha disponível, atacasse o inimigo, cuja intenção era tomar e sitiar a cidade. Ao mesmo tempo, o coronel Claudino Nunes atacaria, do lado de Rosário, fazendo o ramal férreo de Cacequí a Livramento eixo de marcha, por trazer as tropas embarcadas. Obedecendo à ordem de Borges, Flores da Cunha determinou que todas as forças rumassem para o Passo do Guedes, a pouco mais de duas léguas da cidade referida. Após uma primeira investida do 1º corpo, sob o comando do tenente-coronel Miguel da Cunha Coitinho, contra a coluna revolucionária de Honório Lemes, esta ordem de ataque foi sustada. Porém, numa segunda investida por parte dos republicanos, estes apanharam de surpresa os revolucionários, que sofreram perdas significativas.

Enfim, durante três dias, Honório Lemes tentou, em vão, quebrar a resistência de Flores da Cunha, sendo repellido em todos os ataques, e, por fim, retornou a Alegrete.

maquinista do trem que pudesse, então, transpor a fronteira com a referida mercadoria, para que os republicanos tivessem condições de fazer a defesa da cidade de Uruguaiana. (Grifo nosso).

Contudo, como Coronel Claudino já ocupava a cidade, Honório resolveu evitar esse confronto, encaminhando-se ao seu reduto preferido, a Serra do Caverá.¹⁷⁹ No entanto, o revés sofrido por Honório Lemes, na tentativa de tomar e sitiar Uruguaiana, não alterou o quadro geral da Revolução de 1923, que continuou se ampliando.¹⁸⁰

A partir desse momento, Flores da Cunha sentiu que, além de ter sido feita a negociação em torno do material bélico adquirido em solo argentino, era necessário ter o apoio de exímios conhecedores do terreno e contar com aguerridos combatentes, até porque as maiores perdas sofridas pelos republicanos davam-se nessa região. Nesse sentido, da mesma maneira – ilegal – como negociou o armamento, Flores da Cunha ateou fogo na carta enviada por Borges, assim que terminara de ler as ordens que a mesma continha. Em seguida, determinou que seu irmão Chico Flores fizesse o mesmo após contatar o então Coronel Nepomuceno Saraiva, já que este, além de conhecer o terreno, possuía armas e munições, bem como um contingente expressivo que consta no depoimento de seu importante opositor federalista Adalberto Corrêa, que enfrentara o próprio Coronel Nepomuceno, causando várias baixas em sua tropa.

3.4 Perseguições à coluna revolucionária de Honório Lemes e o engajamento da tropa do Coronel Nepomuceno Saraiva e sua fusão à Brigada do Oeste

Outro importante depoimento parte de um destacado participante na Revolução de 1923, reconhecido nome rio-grandense na historiografia gaúcha, Arthur Ferreira Filho, Comandante da vanguarda da “Coluna do Nordeste”, testemunho de valor inestimável, na medida em que dá subsídios para a crônica destes acontecimentos.

Segundo o então republicano Ferreira Filho, Honório Lemes internou-se na Serra do Caverá. Mesmo não se tratando de uma serra que possa sugerir a imagem da Serra do Mar ou da Serra Geral, mas apenas de uma sucessão de cerros e quebradas, onde corriam alguns afluentes do Ibirapuitã e vários pequenos arroios, tendo um desenho de contornos labirínticos, oferecia sérias dificuldades ao trânsito de quem não conhecia o

¹⁷⁹ Pequena serra no município de Rosário.

¹⁸⁰ FERREIRA FILHO, Arthur. Revolução de 1923. Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1973. p. 62.

lugar suficientemente. Porém, Honório Lemes, que deste lugar procedia, era um antigo tropeiro e perfeito vaqueano da zona referida.¹⁸¹

O Coronel Claudino havia deixado a cidade de Alegrete, e fora à busca de Honório durante três dias, porém, sem obter sucesso em suas investidas, não conseguira empenhar-se em alguma ação decisiva. Todavia, ocorreram confrontos e pequenos combates memoráveis, assim como os combates no Passo da Cruz, no Passo do Guedes e no Cerro das Palomas.¹⁸² Aliás, remetemo-nos aos enfrentamentos e combates porque é exatamente neste contexto que se percebe a presença de estrangeiros na contenda gaúcha, a exemplo da participação do Coronel Nepomuceno e seus soldados, nestes e em outros combates contra as colunas revolucionárias de Honório Lemes.

Nepomuceno expõe a sua idéia de participação junto às tropas republicanas atentando para sua necessidade de agregar forças e conseguir uma possível aliança junto ao republicanismo gaúcho, para o seu partido “el Nacional”, desde que estivesse disposto a contribuir de forma inusitada, de maneira que havia ele, Nepomuceno servir as tropas republicanas no combate aos federalistas que reivindicavam contra o resultado da eleição de 1922, no qual Borges de Medeiros vencera ao pleito. Nas palavras de Nepomuceno que descreve em poucas linhas sua participação, ele teria aceitado engajar em tal conflito para:

Para continuar educando a mis hijos, a fines de 1922 me instale em Villa Colón.

(...) Acompañé entonces al gobierno de Borges de Medeiros y combati largos meses junto a los hombres del Partido Republicano que se veian ante una revolución desatada por el Partido Maragato o Federal.

Fui compañero de los Flores da Cunha, de Osvaldo Aranha y de Getulio Vargas.

No és mi intención describir todas las contingências de aquella campana, lo cual haría demasiado largo este libro, y, además, porque el lector uruguayo está fuera de foco ante los problemas de política de Rio Grande del Sur.¹⁸³

¹⁸¹ FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1973. p. 63.

¹⁸² FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1973. p. 63.

¹⁸³ SARAVIA GARCIA, Nepomuceno. *Memorias de Aparicio Saravia*. Montevideo: Editorial Medina, 1956. p. 624.

A descrição feita pelo depoimento de Nepomuceno em sua bibliografia, não esclarece sua contratação, mas deixa claro que sua participação e fusão junto às tropas republicanas, somente ocorreram por sentir-se em dívidas com o Partido Republicano que “(...) tantos servicios de importância nos hiciera cuando la Revolución de 1904, se presentó la oportunidad de prestar mi concurso”.¹⁸⁴ Quanto de sua entrada em território brasileiro Nepomuceno descreve que:

Dispuesto pues a dar mi ayuda a mis compañeros brasileños, perseguido por policias y algún piquete de regimiento, por el Rio Negro que cruze em Carpintería, invadi el 19 de Abril com treinta y tres uruguayos que me acompañaron durante los seis o sete meses que duro la contienda.”¹⁸⁵

Segundo Ferreira Filho, quanto à presença de estrangeiros na convulsão intestina rio-grandense:

Nesse combate figurou, comandando um Corpo Provisório, o Caudilho uruguaio Nepomuceno Saraiva. A presença desse estrangeiro, entre os defensores do Governo Riograndense [sic], foi denunciada em termos alarmantes pela imprensa oposicionista do Rio Grande do Sul e pela que, no Rio de Janeiro e São Paulo, simpatizava com a causa revolucionária, como se fosse um afronto insulto à soberania da Pátria Brasileira.

Houve comícios ruidosos, e um orador, aliás, tribuno de fama, na intenção de uma grande frase impressionista, chegou a dizer que “a lança castelhana fora cravada no coração do Brasil!”¹⁸⁶

O combate ainda não tinha acabado, quando chegaram notícias de que uma “outra força legal”, comandada pelos coronéis Nepomuceno Saraiva e Pequeno Pedroso, necessitava de reforço e do amparo do destacamento de Flores da Cunha, pois as forças comandadas por aqueles tiveram um encontro sangrento em batalha contra a vanguarda de Honório Lemes, entre o Passo da Cruz e a estação de Palomas. Dessa forma, Flores deslocou-se na direção de seus companheiros de causa. Nepomuceno relata também os

¹⁸⁴ SARAVIA GARCIA, Nepomuceno. *Memorias de Aparicio Saravia*. Montevideo: Editorial Medina, 1956. p. 624.

¹⁸⁵ SARAVIA GARCIA, Nepomuceno. *Memorias de Aparicio Saravia*. Montevideo: Editorial Medina, 1956. p. 624.

¹⁸⁶ FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1973. p. 63.

combates em quais esteve presente e participou ativamente, referindo-se aos enfrentamentos contra as tropas federalistas.

Dimos nuestro esfuerzo en numerosos combates y creemos que nuestra actuación no mereció críticas; nombraremos los principales: Palomas; Paso de Bentos Rengo em Satna Maria; Paso do Ibirapuitám frente a Alegrete donde hirieron a José Antonio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha y mataron al Ing. Guillermo Flores da Cunha hermano del Dr. Flores; Santa Maria; Santo Ângelo; San Francisco de Asís; San Luis; Vista Alegre; Sierra do Caverá; Poncho Verde donde me derrotaron ampliamente; Garupa cerca de Quananbú.¹⁸⁷

Na noite, Flores e seus comandados iniciaram a marcha, a “trancos e barrancos”, e, pouco antes do alvorecer, encontraram-se com o Coronel Nepomuceno Saraiva e seus comandados, todos acampados em campo aberto e protegidos apenas por um tipo de cercado de arame forte. Flores da Cunha narra seu encontro com o coronel Nepomuceno:

(...) pouco antes de alvorecer, encontramos o coronel Nepomuceno e sua gente, acampados em campo raso, protegidos apenas por uma forte cerca de arame. Houve certa dificuldade em, na escuridão, nos darmos a conhecer como amigos, até que perguntado em voz alta, por Nepomuceno, nos identificamos e reconhecemo-nos mutuamente. (...) conhecendo os pormenores do choque havido. “Fera ferido o coronel Pequeno Pedroso e conduzido a um hospital da cidade (...).¹⁸⁸

Segundo ainda o relato de Flores, quase foi morto também em combate o próprio Coronel Nepomuceno, envolto como se vira na carga trazida pelos adversários, inferior em número, porém excitados por libações alcoólicas, como referem o General Flores da Cunha e o próprio Coronel Nepomuceno. Além desses últimos, também temos na colocação de Adalberto Corrêa o endosso necessário para esta afirmação que confere com os relatos de seus adversários. Nesse mesmo dia, incorporaram-se às tropas republicanas o Coronel Nepomuceno e seus comandados.¹⁸⁹

Segundo o relato do General Flores:

¹⁸⁷ SARAIVA GARCIA, Nepomuceno. *Memorias de Aparicio Saravia*. Montevideo: Editorial Medina, 1956. p. 625.

¹⁸⁸ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 34 a 36. (Grifo nosso)

¹⁸⁹ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 37.

Nesse dia incorporaram a nós o Coronel Nepomuceno e seus comandados. Depois de breve bivaque em torno da Fazenda da Cruz, de propriedade do nosso correligionário Joca Paiva, marchamos nas pegadas do inimigo e fomos pernoitar (...).

(...) o chefe da estação preparou-me um leito de cadeiras, por cima das quais colocou um colchão de palha. Terrível noite! Pensei morrer!

Sentia-me tão mal, pelo meu estado e com frio intenso que fazia, que encarreguei o Dr. Osvaldo Aranha de fazer, ao presidente do Estado, as comunicações relativas aos combates de Passo da Guedes e de Palomas.

Daí para a frente fui, pouco a pouco, melhorando.

Afinal, começaram a chegar, à estação de Santa Rita, os grandes trens militares em que avançavam o Coronel Claudino e as unidades componentes da Brigada do Oeste!

Encontrei-o na estação, no momento do desembarque, e lhe disse: - “Então, Coronel, só agora é que chega?”

Retorquiu-me, com ar irônico: - “E o senhor?”

Ao que revidei: - “Eu já combati!”

- “Ah ! Sim? – disse, e, fixando-me na cara: - “Mas, o senhor está macerado e muito doente!”

E como lhe tivesse armado a barraca logo ali, convidou-me para comer um *guisadinho carreteiro*!

Depois, queixou-se que vinha faltando recursos pecuniários, por não lhe ter fornecido o governo do Estado.

¹⁹⁰Dividi com ele os dez contos de réis que trazia comigo e me pertenciam. Ocorria isto na primeira semana de maio. Pois bem, só em agosto me era devolvido, pelo governo, o dinheiro que adiantara!

Concedeu-me um fardo de capas e cobertores para distribuir com a minha e com a gente do Coronel Nepomuceno que, estoicamente, vinham agüentando, desabrigadas, o frio e a chuva.

Mediante completo entendimento, deu-se, em Santa Rita, a nossa fusão com a Brigada do Oeste.¹⁹¹

O Presidente do Estado, Borges de Medeiros, já na posse do seu quinto mandato, por perceber avolumarem-se os encontros bélicos no interior do estado e a maneira como estavam agindo os revolucionários com organização e comandos por todo o estado, passou a organizar a defesa, distribuindo as tropas em quatro Brigadas Provisórias e os chamados CPs, Corpos Provisórios, que ficariam sob direta orientação do Coronel Massot.

Estavam estas tropas organizadas conforme as suas respectivas zonas de atuações: a Primeira Brigada Provisória do Norte, comandada pelo veterano Firmino de Paula, com os corpos comandados pelos tenentes-coronéis Victor Domuncel Filho, Teodoro Silveira, Valsumiro Dutra, Joaquim de Moura, Martin Leonardo e Edmundo

¹⁹⁰ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 37.

¹⁹¹ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 38.

Oliveira, com atuação na zona norte; a Quarta Brigada Provisória do Nordeste, comandada pelo Coronel Dr. Firmino Paim Filho, com seis Corpos Provisórios comandados pelos tenentes-coronéis Eliziaro Paim Neto, Eliziaro Paim Filho, Avelino Paim, Emílio Carneiro Borges, Teodoro Camargo e Franklim Cunha, com ação no nordeste do estado.¹⁹² Essas duas Brigadas e mais alguns Corpos Provisórios cobriam com suas ações toda a região serrana, sendo que, nesta região, foi onde teve início o movimento que tomou a denominação de Revolução de 1923.

Na parte oeste do estado, foi organizada a Segunda Brigada Provisória, que, a princípio, teve o comando do Tenente-Coronel efetivo Claudino Nunes Pereira e foi composta pelo 1º Regimento de Cavalaria, efetivo comandado pelo Major Cândido Alves de Mesquita; os Fronteiros da República (Corpo Provisório), comandados pelo Tenente-Coronel Neco Costa, e os Corpos Provisórios comandados pelos Tenentes Coronéis Miguel Cunha Sobrinho, Osvaldo Aranha, Oscar de Prado Souza, Acácio Teixeira de Carvalho e Nepomuceno Saraiva. O próprio Flores da Cunha acompanhava a tropa do Tenente-Coronel Neco Costa, com certa autoridade junto ao mesmo Corpo.

Na parte sul, a Terceira Brigada Provisória, comandada pelo Tenente-Coronel Juvêncio Maximiliano de Lemos, tinha nos comandos de suas unidades os tenentes-coronéis Hipólito Ribeiro Filho, José Lucas Martins, Alfredo Nunes Garcia e Francelino Meireles, com ação em toda Zona Sul.

Flores da Cunha assumira, então, o comando da Segunda Brigada Provisória do Oeste, em razão da enfermidade do Coronel Claudino. Todavia, sendo organizada a Quinta Brigada Provisória do Centro, e tendo-se recuperado de suas enfermidades, o Coronel Claudino Nunes assumira o comando da mesma, estando constituída do 1º Regimento de Cavalaria, comandado pelo Major Cândido Alves de Mesquita; o 2º Regimento de Cavalaria, sob o comando do Tenente-Coronel Augusto Januário Corrêa, e dos Corpos Provisórios, comandados respectivamente pelos Tenentes-Coronéis Manoel Bica, Júlio Aragão Bozano, Lídio Nunes Pereira, Anibal Loureiro e Guarani de Bem.

Além dessas cinco Brigadas Provisórias, o governo criou vários Corpos Provisórios, que às vezes eram incorporados às Brigadas, e, em outros momentos, agiam independentemente, bem como os três batalhões efetivos da Brigada Militar, que ou guarneciam a capital, ou incorporavam-se às Brigadas.

¹⁹² SILVEIRA, José Luiz. *O Rio Grande pelo Brasil: 1897 – 1932*. Santa Maria, Ed. Machris, 1989. p. 118.

Por fim, temos na Zona Norte e Nordeste as ações dos Revolucionários que se autodenominavam Exércitos Libertadores, chefiados pelos veteranos General Leonel da Rocha, Coronel Salustiano de Padua, General Felipe Portinho, Fabricio Vieira, Belizário Batista, Demétrio Ramos e vários outros. Salienta-se, ainda, no comando libertador o veterano republicano Coronel João Rodrigues Mena Barreto, o qual já havia comandado as tropas da Brigada em 1893 com o posto de Tenente-Coronel, e que, agora, como libertador, teria ocupado o povoado de Carazinho com sua tropa.

Nas zonas sul e oeste e no centro do estado, agiam os exércitos libertadores segundo as ordens dos caudilhos Honório Lemes, General Estácio Azambuja, José Antonio Neto “Zeca Neto”, Dinarte Dorneles, entre outros, sendo estes os chefes revolucionários de mais prestígio.

Entendemos, neste estudo, que é necessário ter uma visão geral do período analisado para construir uma compreensão quanto à questão da contratação por mil réis e do engajamento do Coronel Nepomuceno e seus comandados na Brigada do Oeste, posto que não se encontramos registros da contratação de um exército uruguaio, duro e bem treinado, e, na contramão dos registros não encontrados, está o relato de Flores da Cunha, no qual havia referido-se ao engajamento da tropa uruguaia, da seguinte forma: “Mediante completo entendimento, deu-se, em Santa Rita, a nossa fusão com a Brigada do Oeste”¹⁹³. Outro fato relevante é a descrição da composição da Brigada do Oeste, onde consta o nome do Coronel Nepomuceno Saraiva.

Sabe-se, pelo relato na obra de Flores intitulada *A Campanha de 1923*, que era corriqueiro o ato de queimar as cartas de comunicações extra oficiais, assim como este o fez com a carta que recebeu do emissário de Borges, Alceu Barbedo. Há de se compreender, nesse caso, que o referido “entendimento completo” seria, em suma, uma contratação feita através de uma ordem recebida por Chico Flores, enviada pelo comandante da Brigada do Oeste, Flores da Cunha, de mais um exército especializado, do que a simples afeição por parte dos federalistas uruguaio de Nepomuceno que contava com um contingente de número controverso, segundo Adalberto Corrêa o efetivo uruguaio era composto de 180 a 200 homens,¹⁹⁴ já no relato descrito pelo

¹⁹³ CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 38.

¹⁹⁴ CORRÊA, Adalberto. *O Brasil inquieto de 1922 a 1937*. Ed. Antonio Guedes de Holanda, 1954. p. 661; 66 e 67.

próprio Nepomuceno, este efetivo contava com 33 homens,¹⁹⁵ para simplesmente levantar a bandeira do republicanismo gaúcho.

Ainda segundo o federalista Adalberto Corrêa, o próprio Nepomuceno debater-se em disparada com seu contingente superior em número e armas, as quais estiveram presentes na Revolução Federalista nas mãos de Gumercindo Saraiva, seu tio, e de seu pai Aparício Saraiva. Entretanto, o contingente de Adalberto Corrêa não passava dos oitenta homens. Além do mais, se faltavam tantos recursos aos soldados uruguaios, como estes permaneceram e sustentaram-se, durante toda a campanha de 1923, senão com subsídios fornecidos pelos republicanos gaúchos? Das hipóteses levantadas, através de um confronto entre depoimentos dos federalistas e dos republicanos, esta nos parece mais sensata, entre tantos outros aspectos que poderiam ser discutidos. Porém, cabe aqui o interesse/objetivo da pesquisa em questão, que é demonstrar que a efetiva participação de uruguaios, durante a revolução de 1923 na contenda gaúcha, deu-se mediante um acerto, em suma, de valores, no caso, o valor percebido pelo Coronel Nepomuceno Saraiva.

Nesse sentido, inclusive com o endosso da memória familiar dos Saraiva teria, sim, o Coronel Nepomuceno recebido um determinado valor. Entretanto, ainda segundo a memória familiar, nas palavras de Sergio Saraiva, o interesse não estava no referido valor recebido por Nepomuceno, que seria nada mais do que um apoio financeiro para manutenção da tropa de uruguaios. O motivo residia, de acordo com as palavras de Sergio Saraiva, na intenção de obter apoio para uma intervenção em território uruguaio, com o mesmo auxílio por ele oferecido no RS. No entanto, esse apoio esperado por Nepomuceno orbitava nos embates políticos entre Blancos e Colorados. Dessa maneira, segundo o relato de Sergio Saraiva, Nepomuceno não estaria interessado em afortunar-se, como exposto por seu inimigo federalista Adalberto Corrêa, mas sim em buscar uma aliança para intervir na política Uruguaia, angariando o apoio aos Blancos.

Outra importante fonte está no relato de Nepomuceno em sua autobiografia onde este explica sua participação no apoio das tropas republicanas. Porém este salienta que:

¹⁹⁵ SARAVIA GARCIA, Nepomuceno. *Memorias de Aparicio Saravia*. Montevideo: Editorial Medina, 1956. p. 624.

Trabé relaciones importantes y tiempos después de aquella campana hobo de realizarse uma entrevista entre los principales directivos de ambos partidos, el Nacional y el Republicano, para ajustar uma alianza, entrevista que fracasó porque nuestros hombres no se hicieron presentes..¹⁹⁶

Porém, no que diz respeito à participação, Nepomuceno teria aceitado a participar devido ao interesse exclusivo de obter um apoio tanto logístico quanto de efetivos para que da mesma forma com que esteve presente nas ações republicanas no Rio Grande do Sul, este, contaria então com o mesmo apoio fornecido e prestado por ele, Nepomuceno.

Entretanto, alicerçada em fato concreto, por estar literalmente enraizada nos anais da história gaúcha, está a efetiva participação de Nepomuceno e seus comandados e a contratação do destacamento do Coronel Nepomuceno Saraiva. Dessa forma, sendo endossado pela própria narração de Flores da Cunha, temos, ainda, em breves linhas, outro fato descrito pelo Coronel maragato Adalberto Corrêa, que, na visão de inimigo dos republicanos, expõe a participação de Nepomuceno Saraiva ao lado dos republicanos. Interpelado pela imprensa uruguaia sobre sua retirada, em virtude do ataque sofrido pela tropa comandada pelo próprio Adalberto Corrêa, o Coronel uruguaio expôs à imprensa que:

(...) quien podia suponer que Adalberto Corrêa com meia dúzia de gaúchos se tirara com ochenta hombres contra um ejército como el mio. Solo um loco o um borracho hace una cosa dessas. Yo crei que era Honório Lemes y dispare (...)¹⁹⁷

Ainda de acordo com as palavras de Adalberto Corrêa, justificando o motivo pelo qual atacara um exército que tinha naquele momento mais que o dobro¹⁹⁸ do efetivo de sua tropa, este coloca que:

Isso tudo demonstra o elan, o ardor e a decisão patriótica de nossa gente de vencer ou morrer naquela luta contra o invasor. Em 93 houve famosas cargas de lança. Em Palomas esse sistema de combate somente se justificou diante de uma

¹⁹⁶SARAVIA GARCIA, Nepomuceno. *Memorias de Aparicio Saravia*. Montevideo: Editorial Medina, 1956. p. 624. Ver Anexo I.

¹⁹⁷ CORRÊA, Adalberto. *O Brasil inquieto de 1922 a 1937*. Ed. Antonio Guedes de Holanda, 1954. p. 66.

¹⁹⁸ Segundo descrição do próprio Adalberto Corrêa, referente à narração do episódio em que a tropa comandada por ele contava com um efetivo de pouco mais de oitenta homens, contra o efetivo do Cel. Nepomuceno, que contava com um total de quase duzentos homens. (Grifo nosso).

situação de desespero como aquela em que a soldadesca preferia se deixar matar a fugir do estrangeiro dentro do Rio Grande!¹⁹⁹

Segundo, ainda, o relato de sua participação nos episódios ocorridos em 1923, Adalberto Corrêa enviou a Flores da Cunha uma carta na qual expressava seu total descontentamento a propósito da “destruição” levada a efeito pelas forças sob o comando de Flores, nas estâncias da família Corrêa. Responsabilizava, assim, o General republicano pelos vandalismos inúteis, embora, em tempos de conflitos armados, uma forma prática de minar o exército inimigo fosse desestruturá-lo na sua base.

Adalberto Corrêa desafiou o General Flores da Cunha para um duelo onde quer que fosse, mas, já estando dominado pela idéia de aniquilar o “mercenário uruguaio Nepomuceno”, propôs bater-se com este último, caso Flores por algum motivo não o pudesse fazer. Flores, ao receber a referida carta enviada por Adalberto, chamou para conversa o Coronel Nepomuceno, transmitindo-lhe o desafio feito. O próprio caudilho uruguaio, após ter acesso ao conteúdo da carta de desafio, segundo o relato do autor, expressou-se da seguinte forma ao dirigir sua resposta ao general Flores:

El lo desafió a Usted e dice que em caso de no poder Usted cati-se permitirá que yo lo substituía. Pero Usted está d buena salud. El desafio ES para Usted y yo no soy petiço de La puerta.²⁰⁰

Respondendo a Flores que não era cavalo para toda obra ou serviço, deixava claro que não lhe era de toda conveniência aceitar esse desafio, por estar a par do descontentamento por parte dos revolucionários pela participação destes uruguaio em um conflito político de poder de interesses exclusivamente dos gaúchos.

Outro episódio que revela a participação do caudilho uruguaio Nepomuceno Saraiva ocorreu na cidade de Dom Pedrito, no dia 15 de maio de 1923, onde as forças de Flores da Cunha e Nepomuceno Saraiva, que estavam mais bem equipadas em montaria e munições, tiveram a missão de vanguarda, tendo um confronto bélico com as tropas reunidas dos caudilhos Zeca Neto e Estácio Azambuja, com um efetivo de 1500 homens.²⁰¹ Já as tropas de Flores e de Nepomuceno não passavam de um número de

¹⁹⁹ CORRÊA, Adalberto. *O Brasil inquieto de 1922 a 1937*. Ed. Antonio Guedes de Holanda, 1954. p. 66.

²⁰⁰ CORRÊA, Adalberto. *O Brasil inquieto de 1922 a 1937*. Ed. Antonio Guedes de Holanda, 1954. p. 66.

²⁰¹ SILVEIRA, José Luiz. *O Rio Grande pelo Brasil: 1897 – 1932*. Santa Maria, Ed. Machris, 1989. p. 125-126.

500 homens, porém bem armados e municados, além de boas montarias, que lhes permitiam carregar todo material bélico²⁰², o qual Flores teria comprado para a defesa contra as investidas dos revolucionários. O referido combate ocorreu à margem direita do arroio Santa Maria Chico, 3º distrito de Dom Pedrito.

Gumercindo Saraiva esteve coberto de glórias na Revolução de 93, com uma bravura realmente temerária, aliada a um tino militar quase genial, o que levaria o grande Rui Barbosa, mais tarde, a chamá-lo de “Napoleão dos Pampas”. Sua marcha sobre Santa Catarina e Paraná fora um feito de tal magnitude que, de tão notório, mereceu os mais minuciosos estudos do Estado Maior do Exército. Os melhores e maiores generais do castilhismo e do florianismo porfiavam na perseguição do valoroso caudilho, tendo a certeza de que capturá-lo, ou, até, derrotá-lo, seria o mesmo que conquistar a celebridade. Aparício Saraiva, seu irmão, somente veio a revelar suas aptidões militares posteriormente, durante as revoluções uruguaias, porém não possuía de forma alguma o gênio militar do seu irmão Gumercindo.

Já Nepomuceno Saraiva, que se pôs a serviço do borgismo na Revolução de 1923, por mil contos de réis,²⁰³ uma quantia bem expressiva na época, não herdou quaisquer qualidades militares do pai e, muito menos, de seu tio Gumercindo.

Nepomuceno Saraiva, segundo as palavras de Adalberto Corrêa:

(...) seria um caudilho de segunda ou terceira ordem. Colocando-se à frente de um bando de aventureiros, penetrou no Rio Grande para tentar a fortuna. Ter-se-ia do mesmo modo colocado à disposição dos revolucionários, se estes procurassem ou aceitassem semelhante colaboração. Quando se soube no Estado que o mercenário havia atravessado a fronteira, nas alturas do município de Dom Pedrito, para participar da luta ao lado dos borgistas, houve uma séria reação da opinião pública, que se generalizou por todo o país.²⁰⁴

Essa é a visão do inimigo federalista, no qual expõem que Nepomuceno Saraiva fora um aproveitador e desestabilizador oportuno, de maneira que este fora contratado justamente na região onde o exército republicano sofria mais assédio por parte dos federalistas comandados por Adalberto Corrêa. Em última instância, para Adalberto

²⁰² CUNHA, José Antônio Flores da. *A campanha de 1923*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942, p. 11-12.

²⁰³ CORRÊA, Adalberto. *O Brasil inquieto de 1922 a 1937*. Ed. Antonio Guedes de Holanda, 1954. p. 66.

²⁰⁴ CORRÊA, Adalberto. *O Brasil inquieto de 1922 a 1937*. Ed. Antonio Guedes de Holanda, 1954. p. 66.

Corrêa, o Coronel Nepomuceno estava em território gaúcho para angariar riquezas, posto das sucessivas perdas relativas ao patrimônio da família Saraiva.

Fica claro que as visões e os entendimentos da participação do Coronel Nepomuceno na contenda gaúcha entram em conflito, de maneira que temos uma diversificação nos depoimentos deixados por republicanos, como Flores da Cunha e Ferreira Filho, em relação à memória familiar dos Saraiva, assim como a visão do federalista Adalberto Corrêa, que se diferencia da visão dos republicanos, bem como difere também do relato do próprio Nepomuceno. Todavia, essas visões não estão, de forma alguma, em sintonia, pois, se para os republicanos o Coronel Nepomuceno Saraiva era um aliado de valor inestimável, para os federalistas, este não passava de um perturbador e aproveitador, que se imiscuiu no conflito gaúcho apenas por seu caráter mercenário para, segundo as palavras de Adalberto Corrêa, “afortunar-se”.

Naturalmente, este seria o objetivo maior do Coronel Nepomuceno, ainda que este realmente desejasse um apoio do governo gaúcho para intervir em território uruguaio, o que nunca viria a ocorrer. Dessa maneira, temos, então, o esclarecimento da participação desses estrangeiros comandados pelo referido Coronel, endossado pelos depoimentos de seus congêneres e aliados, que depõem sobre sua participação e seu engajamento na Brigada do Oeste, revelando, ainda, o valor percebido por ele, reforçando a idéia transmitida pelo seu inimigo Adalberto Corrêa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho estudou as movimentações e articulações partidárias das oposições rio-grandenses frente ao domínio do PRR. Analisou o contrabando bélico por parte do Governo do Estado e, principalmente, a participação de elementos de origem uruguaia na contenda gaúcha, na conjuntura das eleições de 1922/23, no momento em que se agravaram ainda mais as questões da agropecuária, que já estava em crise desde o pós-guerra. Num sentido mais amplo, buscou-se compreender a peculiaridade da participação desses elementos de origem estrangeira, assim como as medidas adotadas frente ao período de enfrentamentos entre republicanos borgistas e federalistas assisistas, tanto pelos revolucionários, quanto pelo governo de Borges de Medeiros.

Enquanto as condições nacionais e internacionais possibilitaram a expansão da produção gaúcha de bens agropecuários, o PRR e Borges de Medeiros mantiveram-se sem maiores contestações, exceto em 1907/08, quando as oposições rio-grandenses mobilizaram-se, sem, contudo, alcançarem uma maior expressividade no contexto político do Estado.

A Constituição de cunho positivista e baseada nos princípios comtianos de ordem e progresso englobava os interesses das classes que começavam a emergir na sociedade rio-grandense oriundas principalmente da região norte do estado, deixando para segundo plano os grandes criadores da campanha, que, durante o Império, foram os únicos a terem seus interesses atendidos. O projeto progressista modernizador, apresentado pelos republicanos, acabava atendendo às classes que desapontavam na economia gaúcha, e estas retribuía a atenção com seu apoio às causas republicanas. Essa política não foi bem aceita pelos grandes criadores, pois eles, que, até então, possuíam todas as atenções e regalias do Governo do Estado, não gostaram de ser deixados de lado.

O Estado, então, adota, na condução do PRR, uma política de não intervenção na economia, sendo que não seriam disponibilizados recursos nos momentos de crise. O progresso e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul sempre foi a grande meta do PRR (Partido Republicano Rio-grandense), e, para que esta meta fosse atingida, os pecuaristas sofreram com enormes taxações, pois esta era a classe que possuía mais recursos, motivo pelo qual deveriam contribuir para o desenvolvimento da região norte do estado, considerada, pelo governo, indispensável para o progresso almejado e base de sustentação do poder republicano gaúcho.

Essa posição, inicialmente liderada pelos criadores da campanha, mas que se fazia presente em todas as regiões do estado, foi aumentando a cada ano, e se mantinha calada, desde que não se sentisse prejudicada pelo governo. Dissidências dentro do PRR e alianças entre os opositoristas foram sendo concretizadas no decorrer da República Velha, mas principalmente na década de 1920. Essas alianças são fortemente sentidas nas eleições de 1922, sendo que, em 1923, a oposição resolve pegar nas armas contra o governo autoritário de Borges de Medeiros, estourando na Revolução de 1923.

Entretanto, fica claro que, diante da necessidade de se manter a frente do poder no Estado, Borges de Medeiros utilizou-se de todos os recursos possíveis, criando as quatro Brigadas Provisórias. Logo após, houve a necessidade de se criar uma quinta Brigada provisória, também constituindo, ou melhor, reorganizando os antigos Corpos Provisórios. Estes, que haviam sido criados ainda na Revolução Federalista, em 1893, pela primeira vez seriam empregados nesta Revolução, agora em 1923. Além disso, Borges de Medeiros também se utilizou de recursos não lícitos para a manutenção do PRR, na condução da política estadual, os quais estão na clandestinidade da história, na medida em que, mesmo com uma busca minuciosa em registros, processos, cartas, comunicações entre tantos outros registros espalhados pelos arquivos instalados no Rio Grande do Sul – assim como em outros locais de pesquisa e, também, a partir de pesquisas feitas em território uruguaio –, quaisquer documentações ou registros oficiais foram encontrados. Não obstante, fica tátil, palpável e visível a necessidade de não haver registros em torno de negociatas e em torno da aquisição de materiais bélicos no território argentino, assim como da contratação do caudilho uruguaio Nepomuceno Saraiva e seu contingente de soldados, fundindo-se à 2ª Brigada Provisória do Oeste.

Entretanto, mesmo que não se tenha encontrado registros dos atos ilícitos nas comunicações oficiais, temos os depoimentos daqueles que fizeram parte desse período da história do Rio Grande do Sul, inclusive testemunhos valiosos de grandes chefes,

tanto republicanos – como Arthur Ferreira Filho; Flores da Cunha; Setembrino de Carvalho – quanto do chefe revolucionário personificado na figura de Assis Brasil.

Portanto, se este texto não foi ousado no sentido de tentar elucidar os fatos ocorridos durante os encontros entre borgistas e assististas, o foi na tentativa de encontrar uma interpretação sob um novo olhar acerca das ações tomadas pelo governo rio-grandense, em primeiro lugar, na negociação do material bélico, e, em segundo, na contratação do referido efetivo de estrangeiros uruguaios. Doutra maneira, o objetivo do trabalho residiu na busca incessante por fontes e fatos que comprovassem as articulações de Borges para a manutenção de seu quinto mandato, sendo que, por motivos óbvios, há de se ter em mente que nenhum homem de média inteligência, no pleno exercício de suas faculdades mentais, deixaria rastros de negociações que colocariam em xeque a própria conduta partidária rio-grandense.

Enfim, as perguntas e os questionamentos levantados e que, de forma simples, tentou-se responder foram: “quais foram e como se deram as atitudes do governo republicano frente ao convulsão do Estado?”. Nessa perspectiva, esta dissertação tentou demonstrar que, segundo a história do enfrentamento no período de 1923, o governo republicano de Borges de Medeiros, com vistas à sua perpetuação no poder frente a mais um – agora, o quinto – mandato, ultrapassou os limites de seu poder. Além de promover uma eleição corrupta, teve, ainda, a capacidade de utilização da máquina pública para a concretização tanto da aquisição do material bélico como da contratação de um exército uruaio, que, ao que se sabe, estaria buscando recuperar o patrimônio da família Saraiva em território gaúcho, idéia endossada pelas palavras de Adalberto Corrêa, o qual coloca Nepomuceno Saraiva como um aproveitador e mercenário.

Por fim, para possibilitar essa interpretação, permanece a necessidade de fazermos um esforço e buscarmos tais informações, nos importantes depoimentos daqueles que participaram, efetiva e diretamente, de alguma forma, dos acontecimentos de 1923. O que deixa de legado este trabalho é, assim, uma nova porteira aberta para as ações clandestinas no Rio Grande do sul por parte das ações do Governo Estadual, demonstrando que o homem gaúcho fica, aqui, ao menos, com sua verdadeira imagem, a imagem de homem em incessante movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITA, Carmen S. A. *Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. Assis Brasil*. PRPPG-PUCRS, 2006.

AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Perfil parlamentar de José Antônio Flores da Cunha*. Discursos, 1909-1930. Série Perfis Parlamentares, v. 3, Porto Alegre: ALRS/Corag, 1998.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

ARDENGUI, Lourdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *A Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul ao País*. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1925.

_____. *A vida no campo e a reforma rural*. São Paulo: Secretaria dos Negócios do Interior, 1917.

_____. *Democracia representativa – do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1893.

_____. *Ditadura, Parlamentarismo, Democracia*. Porto Alegre: Globo, 1908.

_____. *Do governo presidencial na república brasileira*. Lisboa: Nacional, 1896.

_____. *Manifesto da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul ao País*. Montevideo: El Siglo, 1925.

_____. *Idéias políticas de Assis Brasil*. Org. de Paulo Brossard. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, v. 3.

_____. *Um Diplomata da República – Buenos Aires, Lisboa & Washington*. Centro de História e Documentação Diplomática CHDD/FUNAG, Rio de Janeiro, 2006, v. 1.

_____. *Um Diplomata da República – Buenos Aires & Volta à Diplomacia*. Centro de História e Documentação Diplomática CHDD/FUNAG, Rio de Janeiro, 2006, v. 2.

AXT, Gunter. *Dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul*. Núcleo de Documentação Histórica – UFPEL, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb, v.2, 1993.

_____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. DALCANAL, José H. e GONZAGA, Sérgio. In: *RS: Cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto: Série Documenta, 1980.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1889. Cap.5.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença. 1982.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura-trigo e soja*. Ijuí, RS: FIDENE, 1985.

CABEDA, Corálio Bragança Pardo. *O complô do centro republicano de Porto Alegre*. Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, vol.136 p. 37-45. Porto Alegre, 2001.

CALLAGE, Roque. *O drama das coxilhas: episódios da revolução rio-grandense, 1923*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: DIFEL, 1972.

_____. O sistema oligárquico nos primeiros anos da República. In: *História geral da civilização brasileira*. (org. Boris Fausto), São Paulo: DIFEL, 1975.

_____. COLLOR, Lindolfo. *A campanha presidencial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1923.

CASTELLO, Iára [et.al.] (org.). *Fronteira na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A história da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2. ed. 2006.

COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2004.

CORRÊA, Adalberto. *O Brasil inquieto de 1922 a 1937*. Ed. Antonio Guedes de Holanda, 1954.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930 historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

Expansão do Café e Política Cafeeira. In: *História geral da civilização brasileira*. (org. Boris Fausto), São Paulo: DIFEL, 1975.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revoluções e caudilhos*. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias. Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRANCO, Sergio da Costa Franco. *Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguai*. Porto Alegre: Verso e Reverso, 1992, a, VI, n. 11, p. 29-42.

_____. *A pacificação de 1923*. Porto Alegre: Editora da Universidade e EST Edições, 1996.

_____. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. São Paulo: Civilização brasileira, 1966.

GUIBERNAU I Berdum, MONTSERRAT, Maria. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX/Montserrat e Guibernau*; tradução: Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: UNOESC, 2003.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas. Reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional – estado do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: FELCH/USP, 1972.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RAMBO, Arthur de Bálzio e FÉLIX, Loiva Otero (Org.). *Revolução federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Editora UPF, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *1893: A revolução além da fronteira*. Passo Fundo, Méritos, 2007. p. 23- 88. In: *República Velha (1889-1930)*. GOLIN, Tau (Coord.). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SILVA, Lucia Silva. *Uruguaiana e os coronéis*. Porto Alegre: L.S.S. Evangraf, 2001.

SILVA, Marcos A. da (Coord.) *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, J. Resende. *A fronteira do sul. Estudo geográfico e econômico, histórico e fiscal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

SILVEIRA, José Luiz. *O Rio Grande pelo Brasil: 1897 – 1932*. Santa Maria, Ed. Machris, 1989.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.

WEFFORT, Francisco C. *Origem do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)*. In: Estudos CEBRAP, vol. 4. São Paulo: Brasiliense, abr./mai./jun. de 1973.

ANEXOS I

Como viejo partidario que ya me acerco al viaje final de la vida, seáme permitido insistir, ante quienes puedan hacerlo, con mi aspiración de que la unidad nacionalista será la mayor gloria que podemos ofrendar a la memoria del General que todo lo dió por el Partido sin nada pedirle.

Las esperanzas van abriendo rutas en las masas blancas y auguro al Comité de Unión que preside el gran compañero Don Emeterio Arrospide el más completo éxito.

¿POR QUE FUI A LA GUERRA DEL BRASIL, EN 1923?

Para continuar educando a mis hijos, a fines de 1922 me instalé en Villa Colón.

En mi pensamiento he tenido siempre una preocupación: el triunfo del Partido; y una permanente duda: en caso de triunfar ¿se nos entregaría el mando?

He ahí sintetizado un estado de ánimo que aún hoy persiste con fuerza incontrastable en la primera premisa, y que para la segunda, como los tiempos y la cosas han cambiado, ahora confío en que la superación democrática de la República no será obstáculo para la rotación de los Partidos en el Poder.

Teniendo por norte la idea de buscar un apoyo eficaz para el caso de que se desconociera el triunfo del Partido (recordemos que estaba muy cerca, como lo comprobó la jornada electoral del 8 de Febrero de 1925) y estando en deuda anímica para con el Partido Republicano que tantos servicios de importancia nos hiciera cuando la Revolución de 1904, se presentó la oportunidad de prestar mi concurso.

Acompañé entonces al gobierno de Borges de Medeiros y combatí largos meses junto a los hombres del Partido Republicano que se veían ante una revolución desatada por el Partido Maragato o Federal.

Fuí compañero de los Flores da Cunha, de Osvaldo Aranha y de Getulio Vargas.

No es mi intención describir todas las contingencias de aquella campaña, lo cual haría demasiado largo este Libro, y, además, porque el lector uruguayo está fuera de foco ante los problemas de la política de Río Grande del Sur.

Trabé relaciones importantes y tiempos después de aquella campaña hubo de realizarse una entrevista entre los principales directivos de ambos partidos, el Nacional y el Republicano, para ajustar una alianza, entrevista que fracasó porque nuestros hombres no se hicieron presentes.

Dispuesto pues a dar mi ayuda a mis amigos brasileños, perseguido por policías y algún piquete de regimiento, por el Río Negro que crucé en Carpintería, invadí el 19 de Abril con treinta y tres uruguayos que me acompañaron durante los seis o siete meses que duró la contienda.

Aunque no recuerdo el nombre de todos citaré algunos, pero para todos ellos vaya mi gratitud y mi agradecimiento porque todos cumplieron con eficacia y con honor el voluntario apoyo: Brigido Aramburú que era mi 2º jefe, Miguel Berruti ayudante, Eusebio Rovira abanderado, Antonio Floricio Saravia (el Chico) ayudante, Fernando Diago oficial como José Alvarez y Benjamín Corrales, Ramón Alaniz, Eloy Laureiro, Jorge Williman, Pancho Espinola López, J. Brito hijo del ayudante de G. Lamas, Santos Saravia, Antonio Valín, E. López, Prego, Silva, Oriente Leiva y su hermano, Exaltación y Mario Viera, F. Delbene, José Fros, S. Muniz.

Como distintivo usábamos Divisa Blanca.

Dimos nuestro esfuerzo en numerosos combates y creemos que nuestra actuación no mereció críticas; nombraremos los principales: Palomas; Paso de Bentos Rengo en Santa María; Paso de Ibirapuitám frente a Alegrete donde hirieron a José Antonio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha y mataron al Ing. Guillermo Flores de Cunha hermano del Dr. Flores; Santa María; Santo Angelo; San Francisco de Asís; San Luis; Vista Alegre; Sierra de Caverá; Poncho Verde donde me derrotaron ampliamente; Garupá cerca de Quanabú.

Del enemigo el más guerrillero era el Gral. Honorio Lemos, cuyo 2º jefe era el Dr. Batista Luzardo, que después será embajador de su País ante el nuestro.

En Poncho Verde habíamos quedado aislados por crecientes unos 400 hombres, los míos y fuerzas de Miguel de Cunha y fuimos vencidos por 1800 al mando de Lemos.

Las fuerzas de línea uruguayas en la frontera protegieron a Lemos, incluso tuvieron algunos heridos porque estaban sobre la frontera y, en la carga que llevamos al comienzo de la pelea tomamos a Lemos unos cargueros de municiones que están en el Parque de Porto Alegre y pertenecen al Ejército Uruguayo.

En la Cámara de Diputados fui combatido por colorados y algunos blancos; de estos recuerdos a Cacho Monegal y Oxilio Sichero.

Se pidió mi internación en el Brasil y se envió al Sr. Sampognaro hasta Livramento, donde en la Usina Eléctrica, concluyó un acuerdo en que se disponía contra mí una faja de 100 kilómetros de seguridad sobre la frontera brasileña.

Cuatro días después la revolución tomó Quarahí donde en el Saladero de Emilio Calo se quemó la bandera uruguaya por fuerzas al mando de Batista Luzardo; recibimos la orden de retomar la ciudad que fué tomada dos días después, luego del combate de Garupá; allí fueron tomados prisioneros algunos componentes del Ejército uruguayo que pusimos en libertad con el encargo de que dijeran a sus superiores que yo estaba allí y que era dueño de mis actos privados.

ANTICOLEGIALISMO

Siempre he creído que el sistema de gobierno pluripersonal es caro para la nación y además diluye responsabilidades.

Siempre he sido y sigo siendo anticolegialista.

En el año 29 el país afrontaba una situación muy difícil en virtud de la pesadez de su gobierno y de múltiples factores de crisis; se fué haciendo ambiente a la necesidad de una reforma constitucional capaz de corregir los problemas.

La opinión pública esperaba un movimiento de envergadura suficiente para avizorar mejores días para el país.

Concorde a mis ideas me decidí a poner en marcha el viejo espíritu que animara el nacionalismo en la jornada feliz del 30 de Julio de 1916.

En 1930, acompañado de muy pocos compañeros, recuerdo a Miguel Berruti, Ceferino N. Fajardo y Fernando Artucio, nos lanzamos a la propaganda que chocó, desde el primer momento, con la incredulidad pública y con el manifiesto repudio de las autoridades partidarias que desautorizaron la primera reunión efectuada en Blanquillos, el 19 de Enero de 1930.

Continuaba mis tareas rurales explotando una granja en Cerro Chapeu con mis hijos Artigas y Lavalleja pues Oribe y Nepomuceno proseguían sus estudios en la capital; sufrí el 23 de Enero del 29 la irreparable pérdida de mi gran compañera, mi amada esposa con quien compartí todas las venturas y todos los sinsabores de la vida cívica y militar desde 1903, apoyo y guía espiritual aunados a un carácter de belleza moral que conservo en mis recuerdos como delicada ofrenda.

Contando siempre con la amistad de los camaradas del Brasil, traté de llevar adelante la campaña anticolegialista haciendo ver lo moroso que era obtener por medio de las disposiciones legales la reforma de la Constitución.

En la calurosa tarde de Blanquillos, el que estas líneas escribe recuerda que debajo del camión desde donde se hacía uso de la palabra, delegados del gobierno del Presidente Campistegui, tomaron la versión taquigráfica de los discursos que la propaganda adversa suponía que serían una incitación revolucionaria; sabemos que en los pasos vecinos policías reforzadas vigilaban atentamente; congregamos más de 500 compañeros en Blanquillos, 6ª sección de Rivera.

A esa reunión se sucedieron las de Tranqueras, Polanco de Río Negro, Achar, Tejera y ciudad de Durazno; la opinión favorable crecía dentro de filas; y en el coloradismo, como es lógico, el sector riverista veía con satisfacción el movimiento.

En Tejera, a dos leguas de Durazno, se reunieron mas de 2.000 hombres, y, en vista del éxito, pocos días después, efectuábamos en Durazno una gran asamblea en su Plaza principal, que se desbordó de concurrencia.

Cumplí así con la absurda disposición que pretendía cercenar mi libertad en tierra extraña pero amiga.

Hemos visto en el relato la eficaz ayuda de Juan Francisco Pereyra, que también firmaba Reynafé, que prestó al General antes y durante 1904; cumplí mi deseo de retribuir esa deuda anímica con creces ya que, en numerosas ocasiones mi pequeño contingente fué eficaz factor de victoria.

Se hizo la Paz; me instalé con mi familia en Livramento unos meses; luego arrendé la estancia de Orlando Carvalho en Mangueras, 4ª sección de Rivera.

Cuatro años después nos trasladamos a la ciudad de Rivera.

Cerca de Mangueras, sobre los Tres Puentes de Corrales mi gran amigo y esforzado partidario Miguel Berruti, funda después un pequeño pueblito que se llamará Aparicio Saravia.

En esa época sucede el famoso y siempre comentado episodio de La Cerrillada, maniobras del Ejército frente a las puertas de Montevideo cuando el Senado, Juez supremo de la elección presidencial estudiaba el fallo de la misma; en el Senado teníamos mayoría nacionalista y había que dictaminar sobre las listas rosadas de Minas y sobre un numeroso conjunto de votos observados que muchos quedaron sin dilucidar y que podían haber absorbido la escasa diferencia numérica del Partido Colorado sobre el Partido Nacional; se estaba en los últimos días de Febrero muy próximo a la expiración del plazo legal para fallar la elección; las famosas maniobras constituyeron una evidente presión; así lo entiendo y creo que me dá la razón a mi pensamiento sobre las dudas que albergaba respecto a la normal rotación de los Partidos en el poder.

Si se hubiere llegado a un acuerdo con los Republicanos quizá hubiera tomado otro curso la historia de nuestra tierra.

Las Supletorias.

Al error directivo de no tomar en cuenta mi actuación en Río Grande, estamparé el que se cometió en Rivera, en ocasión de las supletorias; por este medio los Partidos inscribían sus contingentes que trabajaban en el Brasil y a quienes les faltaban los certificados respectivos; el sistema fué autorizado; después los colorados viendo en peligro la mayoría que habían obtenido en Rivera y con la aprobación de los nacionalistas declararon nulo el procedimiento; la finalidad directa era el triunfo seguro de los colorados y la indirecta ganar a mi candidato a Diputado, el Dr. Carlos Jiménez de Aréchaga, que salió triunfante por el hecho de ir en listas cruzadas con Benjamín Pereyra Bustamante.

El asunto incluso se llevó a la Convención que también dispuso la anulación de las supletorias; recuerdo que en los saladeros y frigoríficos de Santa Ana trabajaban muchos uruguayos y casi todos eran blancos!